



**ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

Cadernos de
Estudos Estratégicos



Cadernos de
Estudos Estratégicos

ISSN 1809 - 1180



9 771808 947002

Março - 2006

Cadernos de Estudos Estratégicos

Os Cadernos de Estudos Estratégicos são uma publicação do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Com tiragem de 500 exemplares, tem circulação de caráter nacional e internacional. Edição irregular.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, salvo com autorização, por escrito, do Centro de Estudos Estratégicos - CEE

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) - N. 02 (mar 2006) - Rio de Janeiro: CEE - ESG, 2006 - p. v.; 21cm

Edição Irregular

128 p.

ISSN 1809 - 1180 Cadernos de Estudos Estratégicos

1. Relações Internacionais. 2. Modernidade. 3. Axiologia. 4. Praxiologia. 5. Polemologia. 6. Cratologia. 7. Segurança.

Comandante e Diretor de Estudos
Gen Ex José Benedito de Barros Moreira

Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos
Prof. Edimar Pereira de Oliveira

Março - 2006

Sumário

Apresentação	05
Quem somos	07
Brazil-China frente a situação estratégica em 2005 e as transformações na segurança internacional Liderança Regional A América do Sul <i>Jorge Calvario dos Santos</i>	10
Brazil-China towards the strategic situation in 2005 and the transformations in international security <i>Jorge Calvario dos Santos</i>	28
<i>Jorge Calvario dos Santos</i>	45
巴西中國於2005年戰略形勢和國際安全 Brazil-China: Cooperação e intercâmbio no campo de estudos estratégicos e internacionais <i>Severino Bezerra Cabral Filho</i>	49
Brazil-China - Cooperation And Interchange On Strategic And International Studies <i>Severino Bezerra Cabral Filho</i>	55
<i>Severino Bezerra Cabral Filho</i>	60
Reforma das Nações Unidas – Roteiro para Exposição na Escola Superior de Guerra com Delegação do Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais <i>Achilles Zaluar</i>	62

United Nations Reform - Guide For Statements In The Superior War School, With A Delegation Of The Chinese Institute For International And Strategic Studies	75
<i>Achilles Zaluar</i>	
(Escola Superior de Guerra - ESG) (Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais - CIISS)	87
<i>Achilles Zaluar</i>	
A grande responsabilidade e o longo caminho da reforma da ONU	90
<i>Wang Yibin</i>	
The great responsibility and the long path of the Reform at the UN	95
<i>Wang Yibin</i>	
<i>Wang Yibin</i>	100
<i>Wang Yibin</i>	
联合国国际战略研讨会代表团 观点及初步看法	
Considerações Preliminares sobre a Atual Situação Estratégica Mundial	104
<i>Xie Wenqin</i>	
Preliminary Views on Current International Strategic Situation	114
<i>Xie Wenqin</i>	
<i>Xie Wenqin</i>	124

Apresentação

Este segundo número dos Cadernos de Estudos Estratégicos é dedicado ao seminário realizado entre a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais (CIISS) em junho de 2005, na Escola Superior de Guerra. As conferências proferidas na oportunidade compõem esta edição.

A aproximação da ESG com a República Popular da China tem origem em 1982, quando - pela primeira vez - uma comitiva oficial do Comando da ESG visitou aquele país.

Somente em 2001, quando a ESG promoveu um Ciclo de Extensão com tema central "China - Equilíbrio ou Desequilíbrio nas Relações Internacionais?", nossa instituição voltou a referir-se àquele país. Durante o ciclo, foi programada uma conferência de abertura que foi proferida pelo Exmo. Sr. Zeng Gang, Ministro-Conselheiro da Embaixada da China no Brasil.

No ano seguinte, no período de 18 a 28 de março, uma delegação da Escola, foi convidada a visitar a China, para participar de um seminário conjunto com o Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais sobre temas pertinentes à conjuntura internacional.

Em reciprocidade, no mesmo ano, a ESG recebeu uma comitiva daquele Instituto. Naquela ocasião, também foram debatidos temas de interesse comum as duas instituições.

No ano de 2004, numa nova rodada de visitas foi realizada cabendo a Escola visitar a China, tendo sido realizado um novo seminário, também ligados à conjuntura internacional.

Chegamos a 2005, oportunidade em que a ESG foi anfitriã do Instituto, momento em que também foram discutidos temas de interesse das duas organizações.

Esses encontros realizados anualmente, ora no Brasil ora na China, tendem a se manter em benefício de ambas as instituições. Neles são apresentadas as visões, as análises e diagnósticos de temas pertinentes a conjuntura internacional.

Este número de nossa publicação oferece, àqueles que não tiveram a oportunidade de participar do seminário, os textos das conferências proferidas, assim, como pretende resgatar, compensar e divulgar o que foi tratado na oportunidade.

Ao leitor fica a promessa de que próximos eventos por nossa Instituição estarão disponíveis nos Cadernos de Estudos Estratégicos que serão proximamente publicados.

Centro de Estudos Estratégicos

Quem Somos

O contrário de uma verdade profunda não é um erro, mas uma outra verdade.
Niels Bohr

O contrário de uma verdade não é um erro mas uma verdade contrária
Blaise Pascal

O Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra tem a iniciativa de editar seus "Cadernos de Estudos Estratégicos". Essa publicação é produto de intenção e determinação dos integrantes do Centro de Estudos Estratégicos (CEE).

Lembrando Confúcio que nos ensinou que "Saber e não fazer, ainda é não saber", acreditamos que sem publicar nada permanece. Daí a necessidade de fazer acontecer os estudos, seminários e pesquisas que serão fontes permanentes de idéias que constituirão essa publicação.

Entendemos todos nós, membros do CEE, que estamos todos, virtual e realmente, submetidos ao que Ignácio Ramonet denominou de "pensamento único". Por tal razão o pensamento de todos nós ou ao menos da maioria de nós todos, decorre de matrizes exógenas que não possibilitam a reflexão, conduzem ao fazer sem pensar, e que nada tem a contribuir para o pensamento original brasileiro.

Há que fugir do pensamento único que remete ao pragmatismo de uma consecução. Temos pouco tempo para viver, evoluir e construir uma nova e melhor civilização, e muito para saber. Por isso não podemos viver sem saber e não podemos saber sem viver. Daí a necessidade fundamental de publicar as idéias que constam dos estudos, conferências e pesquisas sob a coordenação do Centro de Estudos Estratégicos.

Nessa linha de pensamento, os Cadernos de Estudos Estratégicos tem presente o ensinamento de Michel de Montaigne

que nos ensina que "mais vale uma cabeça bem feita do que uma cabeça cheia". Com isso pretende a coordenação do CEE, dispor aos leitores os pensamentos que fazem parte deste e d'outros Cadernos que se seguirão, para que possa o leitor refletir e não apenas repetir o que outros já pensaram, e que os que optam por não refletir e buscam assim se conduzir por ser mais fácil ou mais simples não entender, mas se contentam em apenas saber da existência do que por outros foi formulado.

J. G. Jung, em nota preliminar do seu dogma da Trindade nos mostra que o homem que apenas crê e não procura refletir termina por esquecer que é um ser exposto à dúvida. Dúvida essa que se coloca como seu inimigo íntimo. Isso porque a dúvida está a espreita onde a fé domina. Entretanto, para aquele que pensa e que possui bons propósitos, a dúvida deve ser sempre bem aceita. Ela é um importante passo para a consolidação de um saber mais seguro. Assim pode o homem de fé, submetido à dúvida ser abraçado por permanente reflexão e por isso evoluir entendendo o que ocorre no processo geral da evolução humana e evoluir como ser num mundo em que o ser deixa de ser o próprio ser.

Para os homens que crêem, e dialogam com a dúvida, nenhuma explicação é necessária. E para os que não crêem, por isso não aceitam a dúvida, nenhuma explicação é possível, como nos ensinou Santo Inácio de Loyola. Por isso faz parte do credo dos que se dedicam ao pensar, aumentar o universo dos que crêem e se submetem à dúvida, para assim poderem com os que acreditam que possam ajudar a construir um mundo melhor.

Nesse sentido não podemos construir uma nova civilização que venha a se consumir no modo de ser que seja dedicado primordialmente à proposta exclusiva de fazer o que por outros já foi pensado, ao invés de pensar para compreender, pois se tornará obsoleta ou sem sentido, vindo a tornar-se secundária e de curta existência.

Assim sendo, os Caderno de Estudos Estratégicos buscam seguir o caminho da reflexão, do estudo, da pesquisa, da originalidade e do saber. Tal como Ésquilo, os membros do CEE entendem que é pelo sofrimento que se chega ao saber, sem esquecer que a aprendizagem é uma longa clausura. E por essa

razão mesma, dedicam o melhor de seus esforços para produzirem o melhor de seus estudos, de suas pesquisas como forma de contribuir para a construção de um mundo melhor, mais justo, onde todos os homens possam vir a se entender e ter a certeza que seus filhos terão um futuro melhor que o seu.

É pretensão desse Cadernos de Estudos Estratégicos preencher uma lacuna que pode abrigar pensamentos originais, estratégicos que pouco se encontra na literatura geral. Com essa intenção os textos publicados nos Cadernos não conduzem ao fazer mas possibilitam o pensar por parte do leitor.

Ao leitor esperamos apenas que medite sobre o que lhe oferece os Cadernos de Estudos Estratégicos, mas também lhe rogamos que busque a reflexão, o saber e alimente a dúvida, pois só assim poderemos trilhar o caminho da evolução como ser humano que somos e que pretendemos continuar a ser.

Centro de Estudos Estratégicos
www.esg.br / CEE
cee@esg.br

Brasil-China frente a situação estratégica em 2005 e as transformações na segurança internacional¹

Jorge Calvario dos Santos ()*

A história da humanidade tem sido caracterizada por uma sucessão de crises. A crise generalizada que atinge o mundo neste início de século não é um fato insólito ou singular. As transformações decorrentes atingem fortemente as estruturas política, econômica e cultural dos Estados Nacionais.

O mundo, neste momento histórico, vive uma das mais difíceis e sofridas fases da evolução humana, conseqüência da hegemonia de uma civilização em seu ápice, de uma cultura do espaço, no momento de sua projeção sobre o mundo.

A época em que vivemos, foi denominada por Edgar Morin² de idade de ferro planetária. Denominação pertinente pois, desde há algum tempo, constatamos um processo de ocidentalização do mundo, onde é procurado instalar a globalização das idéias, pois que de modo geral, as idéias provém, quase todas, da mesma raiz, da mesma matriz de pensamento; a globalização pelas guerras, em sua maioria por razões culturais, mas que muitas vezes atendem a interesses pelo controle e acesso irrestrito aos recursos naturais não renováveis; a esperança da humanidade cedeu lugar à desesperança, pois perdeu-se a utopia, não mais existe referencial fixo que nos guie a um objetivo futuro; a globalização econômica que, padronizando o mundo, viabiliza o processo de interferência cultural que objetiva a

¹ Conferência apresentada no seminário Escola Superior de Guerra e Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais, em 02 de junho de 2005, Rio de Janeiro

² Edgar Morin & Anne Brigitte Kern em Terra-Pátria, Ed. Sulina 1995

* Doutor em Ciências pela COPPE/UFRJ, Coronel Aviador e Assessor do Centro de Estudos Estratégicos.

subordinação das culturas mais frágeis; a virtualização do mundo que retira da pauta a realidade dos fatos, considerando sua versão como o próprio fato; a consolidação do pensamento e consciência única, que tornariam a humanidade semelhante ao protagonizado no Admirável Novo Mundo, de Aldous Huxley.

O observador mais atento, constata o esforço para a implantação de uma ética universal que nos conduz, a todos ao aprisionamento da dimensão cultural, essência e fator de unidade e que caracteriza cada uma das nações.

No final do século XX e nesse início de século XXI, tem se formado uma, jamais vista concentração de poder e riqueza. Como consequência direta, formou-se o monopólio das mais importantes decisões a nível mundial, bem como a busca à monopolização do conhecimento técnico-científico.

A diferença entre a crise atual e as que as precederam está no seu caráter maciço, na sua abrangência e simultaneidade universal, em que os agentes desestabilizadores atuam recorrentemente na totalidade do espaço geográfico, deixando ver o agravamento das contradições do sistema em meio à difusa movimentação horizontal e vertical de inúmeras variáveis, causando, não raro, perplexidades e sofrimento.

Em tais circunstâncias, nem sempre é percebido um fato fundamental: a concentração do poder decisório jamais vista, como decorrência da progressiva concentração do capital e do monopólio do conhecimento científico e tecnológico, contraposta à ilusão de sua democratização, cuja consequência, no plano teórico é a ideologia do fim das ideologias. Tal é o caso da ideologia de *O Fim da História*, de Francis Fukuyama, estabelecendo que o neoliberalismo seria o estágio final do desenvolvimento da sociedade humana.

Vivemos todos num sistema em estado de falência em seus próprios centros de comando e que pretende sobreviver pela monopolização das decisões, com base na lei de sobrevivência do mais forte. Isto é, implantando-se um jogo cuja regra básica é que todos transfiram recursos de toda ordem, para poucos. Isso, porque os países mais industrializados e ricos, assumem o direito de legislar sobre os interesses e soberania dos demais Estados, julgando-se “única forma de salvação da humanidade”.

Todavia, essa falência pode significar a fase final de transformações qualitativas que denunciam o “Fim da História” exatamente para aquele sistema condenado à própria história que pretende ser, ele próprio o fim da história.

É a violência sob os mais científicos métodos para chegar à dominação hegemônica de um só. Esse, o produto final da sociedade industrial, que não tem como objetivo principal o homem, mas que sob a ótica da maximização do lucro e da eficiência se complicou com a pulverização da divisão social do trabalho, da excessiva subdivisão de classes sociais, da geração do poder burocrático e tecnocrático tanto no setor público como no setor privado. Para o atendimento da consolidação do poder decisório centralizado, no qual a tecnologia é fator preponderante, a sociedade industrial não eliminou os conflitos de classe nem entre o capital e o trabalho.

De fato, diversificaram-se a natureza e a força dos conflitos, dissimulados na suposta divisão do poder decisório. Tem-se a tecnologia como fator principal, frente ao qual capital e trabalho, como antagonismos sociais, têm uma nova face: desemprego e tecnologia, saber e ignorância, pobreza e concentração da riqueza, com suas graves conseqüências.

O entendimento da crise atual, que coloca o Estado Nacional Soberano no centro, só pode ser alcançado ao se conseguir estabelecer o nexos causal entre Poder e Ideologia; Ideologia e Cultura; Poder e Cultura; Ideologia e Técnica; Divisão Social do Trabalho e Poder.

Atualmente, George W. Bush, dá continuidade à proposta de seu pai, ao projetar sobre o mundo as Forças Armadas estadunidenses, pregando a luta do Bem que diz representar, contra o Mal. Para tanto, usa o argumento de levar democracia aos países que, segundo seus propósitos, não são democráticos.

O mundo, nessa nova ordem, vive em permanente instabilidade. Toda nova ordem mundial encerra em si, uma pretensão de ser permanente. A Paz de Westfália durou 150 anos, o sistema internacional decidido no Congresso de Viena durou 100 anos, a ordem caracterizada pela Guerra Fria durou 40 anos. Como vemos, as ordens mundiais têm durado cada vez menos, apesar de suas aspirações de eternização.

No século XXI, a tecnologia predomina fortemente, mas sem perder o componente ideológico. Ideologia que combate o Estado Nacional soberano; que defende a falsa competição econômica em lugar da cooperação; que defende um sistema de economia política que transfere riqueza das nações pobres para as nações ricas; onde o ser humano é posto à margem e não no centro do processo.

Como a ideologia de todas as ideologias, o processo de consolidação da hegemonia anglo-saxônica busca perpetuar o domínio dos mais fortes sobre os mais fracos. Procura manter as nações periféricas como fornecedoras de *commodities* e matérias-primas, em benefício das mais industrializadas e desenvolvidas.

A estrutura que sustenta a nova ordem, ou a modernidade, é apoiada por gigantesco acervo de conhecimento técnico e científico, mas que restringe o acesso, a cada indivíduo, a apenas o que é determinado pelo sistema. Mesmo nessas condições de trabalho, de aprendizado e de realização, o indivíduo tem a sensação de felicidade. Isto, porque ele, desde o nascimento, foi condicionado, sendo-lhe a satisfação e a felicidade proporcionada, como diz Lorenz, por meios psicofarmacológicos.

Um aparato de dominação, possibilitado pela técnica e provido de um sistema de doutrinas, tende, em função do tempo, a desenvolver mecanismos próprios destinados a eliminar qualquer reação.

Por via de consequência, as nações ficam vulneráveis, o Estado é desprezado, as reais insatisfações das populações crescem, ficam fora de controle e os governos tornam-se frágeis para conduzir e construir o futuro dos países.

Por país, que podemos entender, como sendo uma dialética entre duas dimensões. Uma dimensão espaço e uma dimensão cultura. A dimensão espaço faz-se representada por uma área geográfica delimitada, de soberania política. A dimensão cultura faz-se representada pela área cultural, mais ou menos homogênea, não delimitada. Como é a cultura a responsável pela unidade nacional, percebe-se sua fundamental importância para a soberania e sobrevivência da nação.

Isso também mostra porque a dimensão cultural é a mais importante das determinantes sociais a longo prazo, ainda que possam existir ou persistir uma indeterminação quanto ao exato momento em que a cultura é determinante para a evolução ou dissolução das nações.

Entretanto, isso nos leva à uma questão que entendo essencial, e que se faz necessário esclarecer. Aquilo que está oculto nas transformações que vêm ocorrendo no mundo. É a dualidade identidade nacional ou identidade cultural e modernidade ou nova ordem.

Essa dualidade nos conduz, a todos, a um impasse: ou nos modernizamos e deixamos de ser o que somos ou nos mantemos como somos e não nos modernizamos. Este é um impasse que traz profundas conseqüências e por isso gostaria de tecer algumas considerações.

Trata-se da insistência generalizada na afirmação de que a modernidade mencionada constituiria para nós, brasileiros e chineses, um paradigma, um novo e promissor paradigma. Na minha opinião, para se entender a problemática de nossos países, faz-se necessário perceber modernidade, não como nos é transmitido, como um novo paradigma, mas como o velamento de um paradigma. É de fato algo que tem a ver com o paradigma, mas não com o paradigma propriamente dito, e sim com a sua ocultação.

Todos concordam em caminhar em direção à modernidade no sentido da busca do domínio do universo científico-tecnológico, tão necessário e fundamental para o atendimento das necessidades da humanidade. Todos concordam em que, se não tivermos os meios proporcionados pela ciência e pela técnica, vamos acabar sendo dominados, ainda muito mais do que já somos, pelas culturas centrais e possuidoras de amplo domínio técnico e científico. Por isso, todos queremos nos modernizar. Não há quem não o queira.

Com relação à função da cultura na nação, faz-se necessário quebrar a dualidade, ora política, ora econômica que impede a compreensão em profundidade do processo histórico de longo curso em que estamos, todos nós, visceral e

dramaticamente envolvidos e que coloca a intelectualidade, que está preocupada com o futuro de nossos países, em profunda depressão; a necessidade de adequar o pensamento estratégico à nossa realidade, portanto à nossa cultura. Estamos tratando dos inúmeros e intermináveis conflitos armados proliferando por todo o mundo.

Conflitos que, nas palavras de Xie Wenqing, (Wenqing, 2004) são motivados por fatores como contradições nacionais e religiosas, disputas territoriais e por recursos, luta pelo poder e intervenção externa, hegemonia e poder político. Estes fatores, ainda que presentes, refletem o fundo eminentemente cultural de tais conflitos e que não pode ser mais elidido.

Para que se tenha uma idéia um pouco mais precisa, sobre esse assunto, vale a pena comparar uma sociedade desenvolvida, uma sociedade de centro, hegemônica, com uma sociedade periférica. Uma sociedade desenvolvida, de centro, necessariamente possui esses três aspectos de uma forma bem articulada. Ela precisa ter uma solidez cultural, ela tem um dinamismo econômico e essas duas dimensões vão encontrar um balanço ou uma composição dialética ao nível do político.

Quando comparamos essa sociedade com uma sociedade periférica como a nossa, o que é que vamos encontrar. Vamos ver que o lado econômico dessa sociedade periférica é que recebe uma influencia muito grande do econômico do centro. Então o que é que acontece? Nessa sociedade periférica a atividade econômica passa a ter um dinamismo maior do que a cultura permitiria. Porque começa a haver um processo de acumulação de capital, de aumento de produtividade em determinado setor, exigências de qualidade para atender inclusive as demandas do centro, então o setor econômico recebe um dinamismo que é induzido de fora.

De certa forma tal setor se torna a faceta mais desenvolvida do país subdesenvolvido. É exatamente o econômico que é mais desenvolvido. Isso cria um problema muito grave porque não tendo uma consistência cultural a sociedade não tem uma dimensão sócio-cultural que suporte aquele dinamismo. E o que acontece, a cultura deixa de ter essa função de unificação da

sociedade. Ela é que passa a receber a influência desagregadora do econômico. Ela passa a ser função do econômico. Então não há como fazer uma composição dialética a nível do político porque o econômico prepondera sobre o cultural. Então o que acontece? A política passa a ser puro reflexo dos interesses econômicos. Isso cabe exatamente no esquema marxista de infra-estrutura econômica e superestrutura cultural. Isso mostra bem o que é a condição de subdesenvolvimento. Ela é uma degradação porque, a rigor, é toda a sociedade periférica que passa a ser parte da economia do país de centro. Então isso é uma degradação. Um país subdesenvolvido não é o desenvolvido num estágio anterior ou em menor tamanho ou coisas desse tipo. É uma degradação ontológica porque todo o seu ser que passa a ser parte do ser econômico do outro.

Assim, podemos facilmente compreender que não se pode sair dessa situação sem um reforço do cultural. É a partir do cultural que se pode restabelecer a força da identidade, a coesão social, para contrabalançar o dinamismo econômico induzido para então ter uma composição a nível político e que o político não seja apenas um reforço da dominação econômica. Isso é mais do que claro e deixa bastante flagrante porque é importante ocultar a dimensão cultural da sociedade. Em suma, sem cultura não há salvação (Sampaio,1993).

Reduzidos apenas às suas dimensões política e econômica, o homem e a sociedade se vêem irremediavelmente mutilados nas suas essências e, por conseguinte, nas suas potencialidades realizadoras. Acreditamos também que a ênfase que aqui será dada aos determinantes lógico-filosóficos pode se constituir, por si só, na mais fecunda estratégia, não só para compreensão da especificidade e significação da cultura mas igualmente para ulterior compreensão das outras duas dimensões do ser social: a econômica e a política, assim como da complexa trama que as articula.

Isso nos é importante para ressaltar o real valor da cultura como fator fundamental e essencial da unidade nacional tão atacada nos dias atuais e pouco percebida por todos. A preservação da cultura é questão de sobrevivência da nação

como tal. Por isso, entendo que a dimensão cultural não é considerada quando se trata das questões de segurança internacional.

Com relação ao atentado de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington, o Presidente George W. Bush qualificou o ataque terrorista contra o World Trade Center e o Pentágono, não como um ataque contra os Estados Unidos da América, mas um ataque contra a humanidade. Isso trouxe profundas conseqüências. Bush diferenciou aquele ataque terrorista de tantos outros ocorridos em diferentes locais do mundo e, assim, procurou pressionar outros países a participarem da “cruzada contra o mal” e justificar a cruzada militar que se seguiu, e que motivou as iniciativas para transformações na segurança internacional.

Terminou a Guerra Fria, mas o maniqueísmo continua. Divide-se o mundo entre o bem e o mal. Entre os que são e os que não são terroristas. É construída uma nova cruzada. A nova guerra santa faz visualizar os quatro cavaleiros do apocalipse. As vítimas inocentes dessa cruzada contra o terrorismo, identificado ou não, são consideradas como *efeitos colaterais*. A vida passa a não ter valor para os que não nasceram no solo dos que se propõem a erradicar o *mal*.

Em “A Arte da Guerra”, Sun Tzu, com sua milenar cultura chinesa, nos ensina que “se conhecermos o inimigo e a nós mesmo, seremos vitoriosos centenas de vezes, mas se isso não ocorrer, nossas batalhas serão contadas por nossas baixas”. Esse é um ensinamento fundamental mas, talvez pouco entendido ou interpretado segundo o modo de ver-o-mundo, que domina o pensamento na maioria dos países nos dias de hoje.

Quanto tratamos de tema tão sensível como o terrorismo, devemos nos lembrar das palavras de Sun Tzu, e conhecer a cultura, a história, as razões que motivam e, essencialmente, a honestidade de propósito dos que dizem querer, de fato, o fim do terrorismo, para que seja possível, terminar com ele, que talvez não agrade nem mesmo aos próprios terroristas.

Sob o ponto de vista histórico, conhecemos o terrorismo político, “criminoso” e cultural. O político pode ser de Estado e

ideológico. O “criminoso”, assim o denomino por me faltar outro nome, refere-se ao praticado por bandidos, criminosos comuns. O cultural, aquele que considero relevante em termos de processo histórico, da convivência e relacionamento entre as nações. Assim sendo, nos interessa o terrorismo de motivação cultural, que entendo como principal agente de insegurança internacional.

O que vem sendo denominado como terrorismo internacional, por exemplo, àquele que tem sido designado de maneira metonímica³ como Al Qaeda, não tem nenhuma pretensão política de estabelecer um Estado-nação. Seria mais adequado denominá-lo como terrorista. Terrorista de lide cultural ainda que lhe atribuam conotação política.

Sabemos que o terrorismo não se limita a atentados, seqüestros e mortes seletivas ou indiscriminadas. Ele também existe sob a forma de campanha de ódio ou demonização, sermões, literatura, artigos na imprensa, programas de rádio, cinema e televisão. Esse tipo de terrorismo procura atingir e conquistar mentes e corações dos indivíduos de modo a fazê-los pensar e agir como querem os promotores desse tipo de terror.

A esse respeito, Noam Chomsky nos diz que: *o terrorismo, como a maior parte das armas mortíferas, é, sobretudo, a arma dos poderosos. Quando se pretende o contrário, é unicamente porque os poderosos controlam igualmente os aparelhos ideológicos e culturais que permitem que o seu terror pareça outra coisa, e não terror* (Chomsky, 2001).

Walter Benjamin também ilustra bem este quadro quando diz que: *Não há documento da civilização que não seja também um documento da barbárie. E como ele próprio não está isento de barbárie também não está o processo de transmissão cultural pelo qual ele cai das mãos de uma cultura nas de outra* (Morin, 1995).

Inegavelmente, estamos, neste início de século XXI, confortavelmente instalados, assistindo o terror da guerra e a guerra do terror, ainda que preocupados com os imprevisíveis (ou como sabemos, previsíveis) desdobramentos. Tudo isso,

³ Significante que designa um objeto por uma palavra designativa de outro objeto que tem uma primeira relação de causa e efeito. Ex. bandeira por pátria.

justificado pela vontade de imposição de uma vontade. Entretanto, entendo que se faz necessário voltarmos o pensamento para identificar a motivação dessa total insanidade ou para os fundamentos desse louco e irracional modo de ação, ainda que, em função de um processo que possui sua lógica.

A defrontação e, em muitos casos, a confrontação cultural exige ações decisivas que visem à proteção da cultura nacional. Este início de século XXI, caracterizado pela velocidade, favorece a tendência de desterritorialização das culturas mais frágeis.

A ausência de sustentação das bases de uma cultura é como uma sentença de morte. A cultura desaparece sem deixar vestígios. As sociedades perdem seus valores, a noção de solidariedade, desterritorializam-se e desagregam-se. No limite poderão consolidar-se novas unidades políticas que se constituirão com fronteiras políticas geográficas próprias no território em que se localiza a cultura confrontada. Isso significa a tendência à fragmentação e conseqüente dissolução nacional.

A projeção ou a imposição de uma cultura, como um todo, sobre outra só é viável, quando não existem mecanismos de defesa que possibilitem manter sua integridade. Por tal razão, as sociedades primitivas são as mais vulneráveis.

A interferência cultural tem sua ação predominantemente direcionada para a extrapolação da alma de um povo sobre outro, fundada no conteúdo de territorialidade das culturas. A tônica de territorialidade da cultura mostra a fundamental importância da nacionalidade que a ela é agregada. O território é imprescindível à cultura e possui com esta uma relação biunívoca. A cultura é essencial para a manutenção da integridade territorial o que, em parte, possibilita o seu vigor e sua criatividade.

Podemos considerar a interferência cultural como um instrumento da estratégia. Considerando estratégia uma arte, a interferência cultural é uma arma. Uma arma silenciosa e eficiente. Sendo as relações entre as nações predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas pela geopolítica e pelos interesses nacionais, a interferência cultural é uma arma que transcende aos tempos de guerra. O que predomina de fato são os interesses das nações.

Sabemos que a cultura vem moldando os padrões de coesão, integração, desintegração e conflito ao longo do processo histórico. Não é difícil constatar que a política mundial vem sendo configurada seguindo linhas culturais, ainda que se pretenda econômica. Ao se tratar de cultura, nessa abordagem, cabe trazer à lembrança Joseph Nye, quando afirma que existe um forte vínculo entre cultura e poder e que a existência desse vínculo é desconhecida por quase todos.

Quando, em 1987, a Assembléia Geral da ONU adotou uma resolução contra o terrorismo, Honduras se absteve e os Estados Unidos e Israel se opuseram. Por que se opuseram contra a resolução contra o terrorismo? Para Chomsky, isso ocorreu devido a um parágrafo da resolução que indicava que não se cogitava de por em discussão o direito dos povos de lutar contra regimes colonialistas ou contra ocupações militares.

Meses antes de morrer, o então Presidente da Síria Hafez Al Assad foi pressionado pelo ex-presidente Bill Clinton a ingressar numa campanha mundial contra organizações terroristas.

Acusado de financiar grupos terroristas no Oriente Médio, Al Assad demonstrou ânimo com o convite, mas colocou um obstáculo intransponível para os Estados Unidos da América. Queria uma definição universal de terrorismo que servisse não apenas para julgar a conduta de grupos mas também de Estados, em especial de Israel.

As divisões dicotômicas do mundo, entre o lado do bem e o lado do mal, igualam-se ao ridículo. O pensamento dos líderes terroristas e dos líderes da economia ocidental têm muita semelhança. As ações terroristas golpeiam, destroem e matam, tal qual as ações da tão falada *mão invisível*, responsável pela dita livre concorrência que leva desespero, destruição e morte de muitos.

A geopolítica nos alerta que quem dominar o *Heartland*, ou o coração da Eurásia, dominará o mundo. Os EUA já cercam a região, inclusive com a complacência Russa, formando um novo condomínio de poder e dominação. Entretanto, o cerco poderá inviabilizar o desenvolvimento da região além de comprometer a segurança da Rússia, da Índia e da China, como vos falei em nosso encontro anterior.

A economia do terror, sustentada pelo modo de produção próprio à modernidade, e o terrorismo islâmico são governados, ambos, pela mesma lógica. Por isso, as nações não industrializadas assistem e sofrem as conseqüências do terror da economia e da economia do terror que ocasiona graves e irreparáveis danos às sociedades periféricas.

Solidifica-se o pensamento único como modo de direcionamento, convalidação e universalização dos valores da cultura hegemônica, da modernidade.

Aos países que não estão envolvidos, direta ou indiretamente, com o terrorismo ou não possuem a proposta de submissão à cultura anglo-saxônica é fundamental manterem-se em alerta quanto ao terror da guerra e a guerra do terror, porque atingirá aqueles que não querem deixar de ser o que são, ou que querem ficar neutros e preservar sua cultura. Por isso vale lembrar o significado do *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley e da *Paz Perpétua*, de Kant.

Tudo isso torna-se mais grave quando Bush declara, tal como fez Stalin, que os que não estiverem a favor dos Estados Unidos da América automaticamente estão contra. Isso significa uma forma de coagir os diversos Estados nacionais soberanos que compõem a comunidade internacional, a participar ou respaldar decisões e ações sobre as quais não têm qualquer controle e mesmo interesse.

Foi declarada guerra ao terror. De há muito, as informações e cenas de guerra são censuradas. A notícia é controlada e a informação construída em função dos interesses predominantes.

É estabelecido um processo para demonizar o inimigo, reforçar o maniqueísmo, objetivando consolidar o discurso político no propósito de unir a sociedade para que não poupem suor e lágrimas para enfrentar o conflito, ainda que não saiba o que realmente ocorre.

O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald H. Rumsfeld, afirmou que os inimigos estão *empenhados em negar a povos livres a oportunidade de viverem como quiserem*. Quem sabe o terror da guerra negue suas palavras.

Essa guerra empreendida pelos Estados Unidos tendo a Inglaterra como coadjuvante, contra um inimigo indeterminado, conduz ao perigo de igualar-se ao inimigo que quer combater. Nesse tipo de luta contra o terrorismo, o Estado se converte em Estado terrorista. Definindo a guerra nesta dimensão, a diferença entre o inimigo interno e externo deixa de existir.

A onda de violência que assola os países e a maior parte do mundo é conseqüência da falta generalizada de sentido para a vida que predomina nas mentes e corações dos seres humanos, em especial os mais jovens.

Por essa razão, há uma necessidade urgente de restauração de um pensamento utópico sob pena de não mais haver um sentido para a vida dos indivíduos. Urge reconquistar um sentido para a vida. Para tanto precisamos de uma utopia.

A guerra anti-terror internacional não deve ser uma guerra que justifique um engajamento militar explícito de países que possam usar o tema terrorismo para conduzir uma política interna e externa de seu interesse estratégico nem estimular o envolvimento de outros. É fundamental conhecer as razões que levam os povos à guerra do terror, bem como os reais interesses dos que fazem a guerra para terminar com a guerra do terror.

Se não houver uma contestação generalizada do irrestrito terror da guerra e da guerra do terror, o mundo será varrido por um nível de violência jamais visto cujas conseqüências serão comprometedoras para a humanidade.

Como vemos, as atuais transformações na segurança internacional não beneficiam a paz. O que está em questão e não é discutido é a questão da cultura nacional, a identidade nacional. Há mais de dez anos, é discutida nas Universidades e nos centros de estudo nos Estados Unidos, a identidade nacional (cultura). A França procura preservar sua cultura. Nós não nos preocupamos com ela. Quando muito valorizamos as manifestações artísticas de nossa cultura. Talvez, nem venhamos a perceber o que é nem o que significa a cultura para a unidade e o futuro da nação.

A grande transformação a ser realizada na segurança internacional teria início com a preservação e a autonomia das

culturas nacionais. A ONU, através do UNESCO⁴ já produz algo nesse sentido. Quando as culturas, hoje prisioneiras, sem futuro,

⁴ A UNESCO, por intermédio da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, publicou, em 1980, documento intitulado “Muitas Vezes, Um só Mundo”, em que se propôs a chamada Nova Ordem de Informação Mundial.

O “Rapport de la Commission Mondiale de la Culture e du Développement”, relatório da UNESCO, publicado em 1995, apresenta e é prova do grande malefício que é intentado pelos detentores do poder mundial contra a humanidade, em especial, contra as nações periféricas, ainda não totalmente desenvolvidas.

O relatório propõe uma série de medidas que atingem a cultura. Isto é relevante porque a existência da nação como tal, a unidade nacional e a nacionalidade são construídas sobre a cultura do povo. Não devemos nos esquecer de que o indivíduo tem lealdade à sua pátria, ao seu país, à sua nação porque ele, acima de tudo, tem lealdade à sua cultura, que é a cultura de sua nação. Isso porque o indivíduo é, antes de tudo, a sua própria cultura. Por tal razão é que o sistema de controle e dominação procura interferir na cultura nacional, para poder atingir seus objetivos.

Dentre as inúmeras medidas propostas está a criação de um tribunal destinado a tratar das violações dos direitos culturais. O tribunal produziria um código de cultura, que serviria de base para definir violações dos direitos culturais. Algumas questões são importantes e precisam ser explicitadas. A quem interessa a existência de um tribunal com tal proposta de atuação? Quem definiria os princípios, as regras e a legislação a serem seguidos? Os países fracos, sem significativo poder nacional, teriam poder suficiente para fazer valer sua posição? Como é possível julgar qualquer tipo de assunto vinculado à cultura nacional? É possível tratar a questão cultural, que é a essência das nações, em um tribunal? Como é possível falar em direitos culturais? Sendo a cultura a essência de cada grupo social, de cada nação, como seria possível criar uma ética universal acima das éticas culturais, de modo a servir de paradigma para julgá-las?

O relatório procura justificar sua postura ou seu intento, com a criação de uma ética universal. Essa ética deve se sobrepor a todas as éticas culturais e terá o poder decisório sobre o que qualifica, diferencia, caracteriza a essência dos grupos sociais e das nações. O indivíduo seria fortemente afetado naquilo que lhe é mais característico, naquilo que compõe sua essência, já que ele é sua cultura.

Aterrador, entretanto, é que o código internacional de conduta é jurídico. Destina-se a tratar de crimes. Quando é proposta a inclusão de “crimes culturais” no “código de crimes contra a paz”, é criado um código penal cultural como afirma Carvalho (Carvalho, 1997). As nefastas conseqüências são visíveis a todos. O sistema de controle e dominação adquire assim, “legitimidade” e passa a ter um arcabouço jurídico e existir “legalmente”.

tiverem autonomia, talvez possamos ter condições de entendimento e diminuir consideravelmente os conflitos. Quem sabe, que com adequado relacionamento entre fortes, fracos, diferentes culturas, todos os países possam dedicar seu esforço à construção de um mundo melhor, onde a cooperação seria o instrumento para superar a necessidade de vivermos em função do medo, e da segurança de uns que gera insegurança de outros.

Wang Chuanjing em “International Counter-Terrorism Situation and Features” e Xin Wenqing em “The Main Characteristics of Current International Situation and My Preliminary Views”, estudos apresentados em nosso último encontro, em 2004 em Beijing, propõem cinco princípios para uma coexistência pacífica e novo conceito de segurança: “confiança mútua, benefícios mútuos, igualdade, cooperação e coordenação”. A estes, acrescentaria autodeterminação das nações. Entendo que esses cinco, agora seis princípios, seriam a base para construir um novo e promissor ambiente internacional, onde todas as nações teriam as condições para desenvolvimento, segurança e construção da prosperidade. Os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos teriam todos igualdade de direitos e oportunidades para construir seu futuro num ambiente de coexistência pacífica. Com isso, poucos conflitos armados ocorreriam. Não teríamos nem a guerra do terror nem o terror da guerra.

Bibliografia

Bartholo Jr, Roberto. 1986. Labirintos do Silêncio. Ed. Marco Zero / COPPE-UFRJ. São Paulo.

_____. 1992. A dor de Fausto. Ed. Revan. Rio de Janeiro.

Canclini, Nestor Garcia. 1995. Consumidores e cidadãos. Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Chesterton, Gilbert Keith. 1958. Ortodoxia. Livraria Tavares Martins. Porto.

Chomsky, Noam. 2001. Terrorismo, a arma dos poderosos. *Le Monde Diplomatique*. Dezembro 2001.

Chuanjing, Wang. 2004. *International Counter-Terrorism Situation and Features*. CISS. Beijing. China.

Coelho de Sampaio, Luis Sérgio. 1997. *Multiculturalismo: a insidiosa verdade do inimigo*. Rio de Janeiro.

_____. 1998. A Grande Tarefa de Nosso Tempo: uma nova filosofia in *Revista Brasileira de Filosofia*, fasc, 189. São Paulo.

_____. 1999/A. *Acerca da lógica e da cultura*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/E. *A história da cultura segundo Toynbee, Tillich, Hegel e Marx*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/G. *Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/I. *Considerações Gerais sobre a História da Cultura*. Conferência na Universidade de Brasília do evento anúncio do Programa do Laboratório de Estudos do Futuro. Brasília.

_____. 1999/M. *Crítica da modernidade in Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro.

_____. 2001/1998. *Desejo, fingimento e subversão na história da cultura*. In *Filosofia da Cultura - Brasil, luxo ou originalidade*. Editora 34. (No prelo). Rio de Janeiro.

Cuche, Denys. 1999. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Editora Universidade do Sagrado Coração. Bauru.

Earle, Edward Mead. 1973. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friederich .

Featherstone, Mike. 1994. Cultura Global. Editora Companhia das Letras. São Paulo.

Freyer, Hans. 1965. Teoria da Época Atual. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Ghalioun, Burthan. 1996. La Déstabilisation du Monde in Défense Nationale. Avril. France.

Giannotti, José Arthur. 2001. A ocultação do real in jornal Folha de São Paulo, caderno Mais de 7 de agosto de 2001. São Paulo.

Geertz, Clifford. 1989. A interpretação das culturas. Livros técnicos e científicos editora. Rio de Janeiro.

Henry, Paul. 1937. Le Problème des nationalités. Librairie Armand Colin. Paris.

Huntington, Samuel P. 1997. O choque de civilizações. Ed. Objetivo. Rio de Janeiro.

Kissinger, Henry. 1984. Diplomacy. Ed. Simon & Chuster. New York.

KURZ, Robert. 1997. Os Últimos Combates. 2ª edição. Ed. Vozes. Petrópolis.

_____. 2001. O Ímpeto suicida do capitalismo in Folha de São Paulo. Caderno Mais. São Paulo.

Laloup, J. et Nélis J. 1955. Culture et Civilization. Ed. Casterman. Paris.

Latouche, Serge. 1994. A ocidentalização do mundo. Editora Vozes. Petrópolis.

Marcuse, Herbert. 1967. Ideologia da Sociedade Industrial. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Morin, Edgar & Kern, Anne Brigitte. 1995. Terra-Pátria. Editora Sulina. Porto Alegre.

Morin, Edgar. 1996. Ciência com Consciência. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

North-South. 1980. A Program for Survival. 1980. The MIT Press. Cambridge. Massachusetts.

Petras, James. 1995. Ensaio Contra a Ordem. Ed. Scritta. São Paulo.

Santos, Jorge Calvario dos. 2000. Dimensões da Globalização. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos Editora. Rio de Janeiro.

Spengler, Oswald. 1993. O Homem e a Técnica. Guimarães Editores. Lisboa. Portugal.

_____. 1982. A Decadência do Ocidente. Ed. Universidade de Brasília. Brasília.

Sontag, Suzan. 2001. O cálculo da dor in jornal Folha de São Paulo, caderno Mais de 23 de julho de 2001. São Paulo.

Toynbee, Arnold J. 1953. Um estudo da história. Editora W. M Jackson Inc. São Paulo.

Wenqing, Xie. 2004. The Main Characteristics of Current Situation and My Preliminary Views. CISS. Beijing. China.

Zizek, Slavoj. 2001. Controle do desejo, mundo virtual, capitalismo virtual in jornal Folha de São Paulo, caderno Mais de 23 de julho de 2001. São Paulo.

Brazil-China towards the strategic situation in 2005 and the transformations in international security

Jorge Calvario dos Santos ()*

The human history has been characterized by a crisis succession. The generalized crisis that reaches the world in the beginning of the century is not an unusual or singular fact. The resulted transformations strongly affect the national States' political, economic, and cultural structures.

At this historical moment, the world lives one of the most difficult and suffering phases of human evolution, consequence of the hegemony of a civilization at its top, of a space culture, at the moment of its projection over the world.

The epoch that we live was named by Edgar Morin² as "planetary iron age". This denomination is correct as, since a while ago, we verify an westernization process of the world, where is searched to install the globalization of ideas as, generally, almost all of them come from the the same roots, from the same source of thought; a war globalization , in most of cultural reasons, but that many times attend to interests for control and irrestrict access to natural non-renewable resources; the human hope gave in place to hopelessness as the Utopia has lost itself, there no more exist fixed reference that will guide us to a future goal; the economic globalization that, standardizing the world, allows the process of cultural interference which aims the subordination of the most fragile cultures; the virtualization of a world that withdraws from the agenda the reality of facts, considering its version as the proper

¹ Conference presented in SWS and China Institute for International and Strategic Studies Seminar, on June 2sd, 2005, in Rio de Janeiro.

² Edgar Morin & Anne Brigitte Kern, in "Terra-Pátria", Ed. Sulina, 1995.

* Air Force Colonel, PhD and adviser senior research fellow - Strategic Studies Center / ESG

fact; the consolidation of thought and unique conscience that would become mankind similar to what is protagonized on “Brave New World”, by Aldous Huxley.

The most attentive observer verifies the effort to implementing of an universal ethic that leads all of us to cultural dimension’s imprisonment, essence and factor of unity, and that characterizes each one of the nations.

At the end of 20th century, and at the beginning of 21st century, it has been formed a concentration of power and wealth never seen before. As a direct consequence, it has formed a monopoly of the most important decisions on a world context as well as a search for the monopoly of technical and scientific knowlegde.

The difference between the present crisis and the ones that came before is based on its solid character, on its universal comprising and simultaneity, on the action of desestabilization agents over the whole of the territories, showing the aggravation of the system’s contradictions, among the diffuse horizontal, vertical and of many variables movings, causing perplexities and suffering.

In such circunstances, a fundamental fact is not always understood: the concentration of decisory power never seen before as a consequence of a progressing concentration of capital and monopoly of the scientific and technological knowledge, opposing to the ilusion of its democratization, whose consequence, in the theoretical field, is the ideology of the end of the ideologies. Such is the case of “The End of History”, by Francis Fukuyama, establishing that neoliberalism would be a final stage of human society’s development.

We all live in a system at fail stage in its own centers of command, and that intends to survive for the monopolization of decisions, based on the survival strongest one law. In another words, implementing a game whose basic rule is that everyone transfers all types of resources to few. It is because the richer and more industrialized countries assume the right to legislate about the interests and sovereignty from the other States, judging themselves as “the only form of the salvation of mankind”. However, this fail may mean a final phase of qualitative transformations that reveal “The End of History” exactly to that system condemned to its own history that intends to be itself the end of history.

It is violence under the most scientific methods to reach hegemonic control of only one. This is the product of the end of industrial society, which does not have man as a main goal, but under the view of profit and efficiency maximization has complicated with the spraying of social division of work from the excessive subdivision of social classes, from the bureaucratic and technocratic power production, in the public sector as well in the private one. The industrial society has not eliminated the classes conflict neither between capital and work in order to attend the consolidation of centralized decisory power, in which technology is a preponderant factor.

In fact, the nature and the conflict's power have varied, dissembled in a supposed decisory power division. Technology is considered to be the main factor, considering that capital and work have a new aspect as social opposites: unemployment and technology, knowledge and ignorance, poverty and concentration of wealth, with its severe consequences.

The present crisis' understanding, which place the national sovereign State in a central position, may only be reached when the cause connection between Power and Ideology; Ideology and Culture; Power and Culture; Ideology and Technique; Social Work Division and Power may be established.

Nowadays, George W. Bush continues the proposal of his father when he stretches the North American Army Force to the world, preaching the battle of Good that is said to be represented, against the Evil. In order to do that, he argues to take democracy to the countries where, according to his purposes, are not democratic.

The world, in this new order, lives in permanent instability. Every new world order ends itself, a intention to be enduring. The Westfalia Peace lasted one hundred and fifty years, the international system decided at the Viena Congress lasted one hundred years, the order characterized by the Cold War lasted forty years. As we see, the world orders have lasted less and less despite its eternal aspirations.

In the 21st century, technology strongly prevails, but without losing the ideological component. The ideology that fights the national sovereign State; that defends the false economic competition instead of cooperation; that defends a system of political economy which

transfers wealth from poor nations to rich ones; where human being is not placed in the center of the process.

As the ideology of all ideologies, the process of consolidation of anglo-saxonic hegemony searches to perpetuate the strongest one's predominance under the weak one. It searches to keep the peripheral nations as commodities and raw material suppliers, benefiting the most industrialized and developed ones.

The structure that sustains the new order or the modernity is supported by a huge heap of technical and scientific knowledge, but that restricts the access, to each individual, to only what is determined by the system. Even in these work, learning and achievement conditions, the individual has the sensation of happiness. It is because, since birth, he was conditioned, being satisfaction and happiness given, as says Lorenz, by psycho-pharmacological means.

A domination structure, made possible by technics and owner of a doctrine system tends, through time, to develop its own mechanisms directed to eliminate any reaction.

In consequence, nations become vulnerable, State is despised, the actual insatisfactions of the peoples grow, become out of control and the governments become fragile to conduct and build the countries future.

A country, in our conception, is a dialectic being, having two dimensions: space and culture. The space dimension is represented by a delimited geographical area, of political sovereignty. The culture dimension is represented by the cultural field, more or less homogeneous, and undelimited. Culture is the responsible for the national unity, and this shows its fundamental importance to sovereignty and survival of the nation.

This also shows why the culture dimension is the most important among the long-term social determinantes, although there can be or persist an indetermination as to the exact moment in which culture is determinant for the nations' evolution or dissolution.

However, this takes us to a question that I consider essential and it's necessary to explain, which is hidden in the transformations that are occurring in the world. It is the duality between the national or cultural identity and the modern or new order.

This duality takes all of us to a deadlock: or we modernize ourselves or we abandon what we are, or we maintain ourselves as we are, or we don't modernize. This is a deadlock that brings serious consequences and, for that, I would like to set down some thoughts.

It is about the generalized insistence on affirming that the mentioned modernity would constitute for us, Brazilians and Chinese, a paradigm, a new and promising paradigm. In my opinion, in order to understand our countries' problems, not in the way that it is said to us, as a new paradigm, but as a paradigm's veil. In fact, it is something that has to do with the paradigm, but not with the paradigm properly said, but with its hiding.

We all agree to go towards modernity searching the control of the scientific and technological universe that is necessary and fundamental to attending the necessities of humanity. We all agree that, if we don't have the means provided by science and technique, we will end being dominated by the central cultures and owners of ample scientific and technical control, even more that we already are. For that, we all want to modernize. There is no one who does not want it.

Concerning the function of culture in a nation, it is necessary to break the duality sometimes political, sometimes economical, that obstruct the profound understanding of the long term historical process in which we all are closely and dramatically involved, and that places intellectuality, which is preoccupied with the future of our countries, in profound depression; the necessity of adapting the strategic knowledge to our reality, therefore, to our culture. We are discussing the countless and endless armed conflicts spreading all over the world.

Conflicts that, in Xie Wenging's words (Wenging, 2004), are "motivated by factors as national and religious contradictions, territorial disputes and for resources, struggle for power and external intervention, hegemony and political power. These factors, even though are present, reflect the mainly cultural grounds of such conflicts, and that may not be hidden any longer.

In order to have a more precise idea about this issue, it is worthy comparing a developed, central, hegemonic society, to a peripheral society. A developed central society has necessarily these three aspects in a well articulated form. It needs to have a solid

culture. It has an economical dynamism, and these two dimensions will find a balance or a dialectic composition at political level.

When we compare this society to a peripheral society such as ours, what will we find? We will see that the economical side of a peripheral society is the one which receives more influence from the economical center. So, what happens? In the peripheral society, the economical activity acquires a bigger dynamism than the culture would allow. It is because it begins to exist a process of productive accumulation in a certain sector, quality demands to attend even the central demands. So the economical center receives a dynamism that is induced from the outside.

Somehow such sector becomes the most developed aspect of a underdeveloped country. The economic aspect is exactly the most developed. It creates a very severe problem, for, not having a cultural consistency, the society does not have a social and cultural dimension that supports that dynamism. And what happens? The culture loses this joining function of society. The culture begins to receive the separating influence of the economic side. It becomes the function of the economy. So, there is no way to make a dialectic composition at the political level because the economical overcomes the cultural. So, what happens? The politics become pure reflex of the economic interests. It places exactly in the marxist scheme of economical infrastructure and cultural superstructure. It well shows what is the condition of underdevelopment. It is a degradation because, strictly speaking, it is every peripheral society that becomes part of the central country's economy. So, this is a degradation. An underdeveloped country is not the developed one in a prior stage or smaller or things like this. It is an ontological degradation as all of its being becomes part of the economical being of the other.

Thus, we can easily understand that it is difficult to get out of this situation without a cultural reinforcement. It is from the cultural that it is possible to restore the strength of identity, the social cohesion, for counterbalance the induced economical dynamism in order to have a composition at political level, and that the political will not be only an effort of economical domination. This is more than clear, and shows exactly the reason because it is important to

hide the culture dimension from the society. In short, without culture there is no salvation (Sampaio, 1993).

Reduced only to its political and economical dimensions, man and society are inevitably mutilated in their essence and, therefore, in their producing potentials. We also believe that the emphasis that will be given here to certain logical and philosophical determinants may constitute, by itself, in the most fertile strategic, not only to understand the specific aspects and meaning of culture, but also for prior comprehension of other two social being's dimensions: the economical and the political as well as the complex scheme that articulates it.

This is important to emphasize the real value of culture as fundamental and essential factor of national unity so attacked on the present days and less noticed by all. The preservation of culture is a survival question for the nation. For that, I understand that the cultural dimension is not considered when international security questions are discussed.

Concerning the September 11th 2001's attack, in New York and Washington D.C., President George W. Bush qualified the terrorist attack against the World Trade Center and the Pentagon, not as an attack against the United States of America, but as an attack against humanity. It brought profound consequences. Bush differed that terrorist attack from many other ones occurred in different world's places, and, thus, intended to pressure other countries to participate in the "cruzade against the evil", and justify the military cruzade that followed and that motivated the initiatives for transforming international security.

The Cold War has ended, but the maniqueism continues. The world is divided between the good and the evil. Between who are and who are not terrorists. It has constructed a new cruzade. The new Holy War makes visible the four Knights of Armageddon. The innocent victims of this cruzade against terrorism, identified or not, are considered as colateral effects. Life becomes not worthy for the ones who are not born on the side of the ones who propose to end the evil.

In "The Art of War", Sun Tzu, with his milenar chinese culture, teach us that "if we know the enemy and ourselves, we

will be victorious a hundred times, but if it does not happen, our battles will be counted by our defeats". This is a fundamental thought, but perhaps less understood or interpreted as the way the world sees it, which dominates the thought in most of the countries nowadays.

When we discuss such a sensitive theme as terrorism, we must remember Sun Tzu's words, and know the culture, history, reasons that motivate, essentially, the honesty in the will of the ones who say to want, in fact, the end of terrorism, in order to become possible the end of it, which perhaps do not please not even the terrorists themselves.

On the historical point of view, we know political, "criminal", and cultural terrorism. The political one could be the State and the ideology. The "criminal" one, like this denominated for not knowing another name, refers to what is done by bandits, ordinary criminals. The cultural one, that I consider relevant in terms of historical process, from living and relating between nations. This way, the cultural motivated terrorism is what interest us, which I understand as the main agent of international insecurity.

What has been denominated as international terrorism, for instance, to that that has been designated in a metonymic way³ such as *Al Qaeda* has no political pretension to establish a State-Nation. It would be more appropriate to denominate it as terrorist. Terrorist of cultural conflict, even that it is given political meaning.

We know that terrorism does not limit to attacks, kidnapping, and selective or indiscriminated deaths. It also exists under the form of campaign of hate or demonization, sermons, literature, articles in the press, radios programs, cinema, and television. This type of terrorism intends to reach and conquest minds and hearts of individuals in the way to make them think and act as the promoters of this type of terror want.

Concerning this, Noam Chomsky has told us that: "terrorism, as the major part of deadly arms, is, above all, the arm of the powerful ones. When it is intended the opposite, it is

¹ Using the name of one thing for that of another with which it is closely associated, like cause and effect. For instance, flag and fatherland.

only because the powerful ones control equally the ideological and cultural equipment that allows its terror to appear something else, and not terror” (Chomsky, 2001).

Walter Benjamin also illustrates well this situation when he says that: “There is no document of civilization that is not also a document of cruelty. And as itself is not exempt of cruelty, it is not in the process of cultural transmission too, thought it falls in the hands of a culture in the other” (Morin, 1995).

Undeniably, we are, at the beginning of the 21st century, comfortably settled in, watching the terror of war, and the war of terror, even if worried with the unexpected (or as we know, expectable) consequences. It is all justified by the will of imposing a will. However, I understand that it is necessary to return the thought to identify the motivation of this total insanity or to the fundamentals of this crazy and irrational way of acting, even if it is because of a process that has its own logic.

The facing of cultures, and, in many cases, the cultural confrontation demands decisive actions that aims the national security protection. This begging of 21st century, characterized by speed, favours the tendency of the most fragile cultures’ deterritorialization.

The lack of support to a culture’s basis is like a death sentence: culture disappears without traces. The societies lose their values, the notion of solidarity, deterritorialize and split themselves. At last they can consolidate as new political unities which will constitute with their own political-geographical borders in the territory within which the confronted culture is set. It means the tendency to fragmentation and to consequent national dissolution.

The projection or imposition of a culture, as a whole, above another is only possible when there are no defense mechanisms which can keep its integrity. Therefore, primitive societies are the most vulnerable.

The cultural interference has its action mainly directed to the overcoming of a people’s soul above another one’s, grounded on the territoriality content of cultures. The culture’s territoriality tonic shows the fundamental importance of the nationality that is

attached to it. Territory is indispensable to culture and has with it a biunivocal relationship. Culture is essential to the maintenance of territorial integrity, which made possible its vigour and creativity.

We can consider the cultural interference as a strategic instrument. Considering strategy an art, cultural interference is a weapon. A silent and efficient weapon. As the relationships between nations are mainly conflictuous and as the debates agenda is set by geopolitics and national interests, cultural interference is a weapon which transcends wartimes. What predominate, in fact, are the nations interests.

We know that culture is shaping the cohesion, integration, desintegration and conflict standards through the historic process. It's not difficult to verify that the world politic is being set up following cultural lines, although intending to be economical. When speaking about culture, in this approaching, it's necessary to mention Joseph Nye, when states that there is a strong link between culture and power and that the existence of this link is unknown by almost everybody.

When, in 1987, the United Nations General Assembly adopted a resolution against terrorism, Honduras did not vote, and the United States and Israel were against the resolution. Why were they contrary to the resolution against terrorism? To Chomsky, this happened because of a paragraph of the resolution, which showed that the peoples' right to fight against colonialist regimes and military occupations was not contemplate.

Months before dying, the President of Siria Hafez al Assad was pressioned by the ex-president Bill Clinton to join a world campaign against terrorist organizations.

Charged of financing terrorist groups in the Middle East, Al Assad demonstrated happiness with this invitation, but settled an invincible obstacle to the United States of America. He wanted an universal definition of terrorism, which would serve not only to judge the behaviour of groups, but also of States, specially Israel.

The dicotomic divisions of the world, between good and evil sides, are equal to ridiculous. The thoughts of terrorist leaders and of the western economy leaders have much in common. The

terrorist actions hit, destroy and kill, as much as the actions of the so called "invisible hand", responsible for the free competition which brings to despair, destruction and death of many.

Geopolitics alerts us that the one that rules the Heartland, or the Eurasia's heart, shall rule the world. The USA already sieges the region, with the complacency of Russia, setting a new condominium of power and domination. However, this siege can make impossible the development of that region, beside compromising the security of Russia, India and China, as I told you in our former meeting.

The economy of terror, supported by the production way proper to modernity, and the Islamic terrorism are ruled, both of them, by the same logic. Therefore, the non industrialized nations watch and suffer the consequences of the economy's terror and of the terror's economy, which cause serious and unrepairable to the peripheral societies.

The single thought is nowadays being strengthened as the mode of directing, validating and universalizing of the values of the hegemonic culture, of modernity.

The countries that are not involved, directly or indirectly, to terrorism, or do not follow the proposal of submission to the Anglo-Saxon culture, must be alert to the terror of war and the war of terror, because they will hit those who do not want to quit being what they are, or that want to keep neutrality and preserve their culture. Therefore, it's important to remember the meaning of the *Brave New World* of Aldous Huxley and the *Eternal Peace* of Kant.

All of this become more serious when Bush declares, as Stalin did, that who is not with the United States of America is automatically against them. This is a form of coercing the different sovereign national States who compose the international community, so they join or support decisions and actions about what they do not have any control or even interest.

It's been declared war on terror. For a long time war informations and scenes are censored. The news are controlled and information constructed according to predominant interests.

It is established a process to demonize the enemy, reinforcing the maniqueism, aiming to consolidate the political

speech on the proposal to join society for not saving tears and sweat to face the conflict, even if what really happen is unknown.

The Defense Secretary of United States, Donald H. Rumsfeld, declared that the enemies are strived to deny to free people the opportunity of living how they wish. Who knows the terror of war denies his words.

This war undertaken by the United States, having England as a partner, against an undetermined enemy, leads to the danger of making them equal to the enemy they want to fight. In this kind of battle against the terrorism, the State turns into a terrorist State. Defining war in this dimension, the difference between the internal enemy and the external one no more exists.

The violence wave that devastates the countries and the major part of the world is a consequence of the generalized lack of sense to life that prevails in the minds and hearts of human beings, specially of the young ones.

For that reason, there is an urgent necessity to restore an utopic thought under the possibility of not having more sense to the individuals' lives. It is urgent to reconquest a sense for life. Therefore, we need a Utopia.

The anti-terror international war must not be a war that justifies an explicit military participation of countries that may use the terrorism theme to lead an internal and external politics of their strategic interest neither stimulate the involvement in others. It is fundamental to know the reasons that take people to the terror war as well as the real interests of who create the war to end the terror war.

If there is not a generalized opposition to the irrestrict terror of war and of the war of terror, the world will be vanished by a level of violence never seen before whose consequences will compromise humanity.

As we see, the current transformations in international security do not benefit peace. What is in question – and it is discussed – is the national culture question, the national identity. For more than ten years, the national identity (culture) is discussed at Universities and at study centers in the United States. France intends to preserve its culture. We do not worry about it. Perhaps, we do not even realize what it is neither what culture means to the unity and to the future of the nation.

The biggest transformations to be done in international security would begin with the preservation and autonomy of the national cultures. UN, through UNESCO², already produces

² UNESCO, through International Commission for the Study of Communication Problems, published, in 1980, a document entitled "Many Times. Only One World", in which proposes what is called the "New Order of World Information". The "World Commission's Report of Culture and Development", UNESCO's report, published in 1995, presents and proves the big evil that is attempted by the world power controllers against humanity, specially against the peripheral nations, not yet totally developed.

The report proposes many steps to aim culture. This is relevant because the existence of such a nation, the national unity and the nationality are constructed under the people's culture. We must not forget that the individual is loyal to his native land, to his country, to his nation because he, above all, is loyal to his culture, which is the culture of his nation. It is because the individual is, before anything, his own culture. For such reason, the system of control and domination intends to interfere in national culture, in order to be able to aim its goals.

Among many proposed steps is the creation of a Court intended for discussing cultural rights' violations. The Court would create a cultural code, which would be the base to define the cultural rights' violations. Some questions are important and need to be cleared. To whom interests the existence of a Court with such proposal of acting? Who would define the principals, the rules, and the legislation to be followed? The weaker countries, with meaningless national power would have enough power to set their position? How is it possible to judge any type of issue connected to national culture? Is it possible to discuss cultural question, which is the nations' essence, in a Court? How can we talk about cultural rights? Being culture the essence of each social group, of each nation, how would be possible to create an universal ethic above cultural ethics, in order to serve as a model to judge them?

The report intends to justify its attitude and its intention, with the creation of an universal ethic. This ethic must go on top of all the ethical cultures, and will have the decisory power about what qualifies, differs, characterizes the essence of social groups and nations. The individual would be strongly affected by what most characterizes him, by what constitutes his essence as he is his culture.

Terrifying, however, is the fact that the international code of behaviour is a legal instrument. It is intended for treating crimes. When the inclusion of "cultural crimes" is proposed to the "code of crimes against peace", it is created a criminal culture code, as states Carvalho (Carvalho, 1997). The tragic consequences are clear to everyone. The system of control and domination obtains, thus, "legitimacy" and receives a legal basis to exist "legaly".

something like that. When cultures, prisoners at the present moment, without a future, have autonomy, perhaps we will be able to have conditions to understand and diminish considerably the conflicts. Who knows, that with the appropriate relationship between strong, weak, different cultures, every country will be able to dedicate their effort to a construction of a better world, where cooperation would be the instrument to get over the necessity of living according to fear, and to the security of some that creates the insecurity of others.

Wang Chuanjing, in “International Counter-Terrorism Situation and Features”, and Xin Wenging, in “The Main Characteristics of Current International Situation and My Preliminary Views”, presented studies in our last meeting, in 2004, in Beijing, propose five principals to a peaceful coexistence and a new concept of security: “mutual trust, mutual benefits, equality, cooperation, and coordination”. To these, I would add nations self-determination. I understand that these five, now six principles, would be the base to construct a new and promising international environment, where all the nations would have conditions to development, security, and construction of prosperity. The most developed and the less developed would be all equal concerning rights and opportunities to construct their future in a peaceful coexisting environment. With this, fewer armed conflicts would happen. We would not have neither terror war nor the terror of war.

Bibliography

Bartholo Jr, Roberto. 1986. *Labirintos do Silêncio*. Ed. Marco Zero / COPPE-UFRJ. São Paulo.

_____. 1992. *A dor de Fausto*. Ed. Revan. Rio de Janeiro.

Canclini, Nestor Garcia. 1995. *Consumidores e cidadãos*. Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Chesterton, Gilbert Keith. 1958. *Ortodoxia*. Livraria Tavares Martins. Porto.

Chomsky, Noam. 2001. *Terrorismo, a arma dos poderosos*. Le Monde Diplomatique. Dezembro 2001.

Chuanjing, Wang. 2004. *International Counter-Terrorism Situation and Features*. CISS. Beijing. China.

Coelho de Sampaio, Luis Sérgio. 1997. *Multiculturalismo: a insidiosa verdade do inimigo*. Rio de Janeiro.

_____. 1998. *A Grande Tarefa de Nosso Tempo: uma nova filosofia* in Revista Brasileira de Filosofia, fasc, 189. São Paulo.

_____. 1999/A. *Acerca da lógica e da cultura*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/E. *A história da cultura segundo Toynbee, Tillich, Hegel e Marx*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/G. *Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/I. *Considerações Gerais sobre a História da Cultura*. Conferência na Universidade de Brasília do evento anúncio do Programa do Laboratório de Estudos do Futuro. Brasília.

_____. 1999/M. *Crítica da modernidade* in Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro.

_____. 2001/1998. *Desejo, fingimento e subversão na história da cultura*. In Filosofia da Cultura – Brasil, luxo ou originalidade. Editora 34. (No prelo). Rio de Janeiro.

Cuche, Denys. 1999. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Editora Universidade do Sagrado Coração. Bauru.

Earle, Edward Mead. 1973. *Adam Smith, Alexander Hamilton, Friederich* .

Featherstone, Mike. 1994. *Cultura Global*. Editora Companhia das Letras. São Paulo.

- Freyer, Hans. 1965. *Teoria da Época Atual*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- Ghalioun, Burthan. 1996. *La Déstabilisation du Monde* in Défense Nationale. Avril. France.
- Giannotti, José Arthur. 2001. *A ocultação do real* in jornal Folha de São Paulo, caderno Mais de 7 de agosto de 2001. São Paulo.
- Geertz, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Livros técnicos e científicos editora. Rio de Janeiro.
- Henry, Paul. 1937. *Le Problème des nationalités*. Librairie Armand Colin. Paris.
- Huntington, Samuel P. 1997. *O choque de civilizações*. Ed. Objetivo. Rio de Janeiro.
- Kissinger, Henry. 1984. *Diplomacy*. Ed. Simon & Chuster. New York.
- KURZ, Robert. 1997. *Os Últimos Combates*. 2ª edição. Ed. Vozes. Petrópolis.
- _____. 2001. *O Ímpeto suicida do capitalismo* in Folha de São Paulo. Caderno Mais. São Paulo.
- Laloup, J. et Nélis J. 1955. *Culture et Civilization*. Ed. Casterman. Paris.
- Latouche, Serge. 1994. *A ocidentalização do mundo*. Editora Vozes. Petrópolis.
- Marcuse, Herbert. 1967. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- Morin, Edgar & Kern, Anne Brigitte. 1995. *Terra-Pátria*. Editora Sulina. Porto Alegre.
- Morin, Edgar. 1996. *Ciência com Consciência*. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

North-South. 1980. *A Program for Survival*. 1980. The MIT Press. Cambridge. Massachusetts.

Petras, James. 1995. *Ensaio Contra a Ordem*. Ed. Scritta. São Paulo.

Santos, Jorge Calvario dos. 2000. *Dimensões da Globalização*. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos Editora. Rio de Janeiro.

Spengler, Oswald. 1993. *O Homem e a Técnica*. Guimarães Editores. Lisboa. Portugal.

_____. 1982. *A Decadência do Ocidente*. Ed. Universidade de Brasília. Brasília.

Sontag, Suzan. 2001. *O cálculo da dor* in jornal Folha de São Paulo, caderno Mais de 23 de julho de 2001. São Paulo.

Toynbee, Arnold J. 1953. *Um estudo da história*. Editora W. M Jackson Inc. São Paulo.

Wenqing, Xie. 2004. *The Main Characteristics of Current Situation and My Preliminary Views*. CISS. Beijing. China

Zizek, Slavoj. 2001. *Controle do desejo, mundo virtual, capitalismo virtual* in jornal Folha de São Paulo, caderno Mais de 23 de julho de 2001. São Paulo.

高級戰略學院與中國國際戰略學會研討會本文

高級戰略學院, 紐約, 2005年6月2日

巴西中國於 2005 年戰略形勢和國際安全的改變

喬治聖多士 Jorge Calvario dos Santos, 博士

人類歷史的特點是一連串的危機。於本世紀初的世界性危機是個異常現象, 它帶來的變化擊中各國政治、經濟、文化的結構。

此歷史性時刻, 因世界處於唯一的文化霸權尖端, 人類進階階段受到困難。

我們生活的時代是“行星鐵器時代”, 按莫林(Edgar Morin) 說法, 此命名有適當的理由, 因為世界西方化過程也有一段時日, 幾乎絕大部份的理念來自同一根源, 同一想法; 因文化引起的全面戰爭, 說穿了是達到不更新天然資源的無限供應; 人類絕望了, 因為夢想泡湯, 帶領我們到理想世界的固定目標不復存在; 經濟全球化, 表面追求世界標準, 實際文化介入使弱國服從; 世界虛假了, 事實需求不討論, 以一種說法為準; 獨一思想鞏固, 人類走向哈克斯雷(Aldous Huxley)著作的“神奇新世界”。

仔細觀察, 不難發展全世界唯一倫理道德正努力建立中, 每一個國家的精華和團結的基本條件: 文化, 將受到囚禁。

20 世紀末和 21 世紀初, 財富和權利集中是前所未有的, 如此一來, 世界性重要決定和科學技術知識被壟斷。

現今危機與以前的不同在其實心、廣泛, 同時, 其不穩定因素介入全球地理位置, 橫擊不定的擴散行動, 使各國關係矛盾加深, 時常造成困惑和痛苦。

一個現象常沒人發覺: 前所未有的決定權集中, 資金逐漸集中和科學技術的壟斷而不民主化造成理論上思想終點, 譬如法蘭斯(Francis Fukuyama)的“歷史終點”中說新自由主義是人類社會發展的最終階段。

我們生活在一個以自我為中心的疏忽狀態, 想壟斷決定權, 基於弱肉強食理論, 弱者的天然資源無條件轉讓給強者, 因為富有的工業國家自認有權利在其它有自主權的國家立法, 自列“唯一拯救人類的方法”, 此疏忽狀態代表著“歷史終點”中最後階段的轉變, 也就是歷史終結。

正是達到唯一霸權統治下的科學方式, 工業社會下的產品, 人不是主要目的地, 以極限的利潤和效率為觀點, 結果是: 工作劃分普遍, 社會階層過度分界, 工家私人官僚風氣過盛, 為了鞏固中央決策, 鮮有科技補助, 工業社會中資金勞工的糾紛無法消除。

事實上, 中央決策的劃分加深糾紛的性質和力量, 主要因素有技術、資金、勞工, 另一方面有財富集中造成的失業、愚昧、貧窮。

瞭解現今危機, 應以國家為中心點, 分析以下因果關係: 權力與觀念; 觀念與文化; 權力與文化; 觀念與技術; 權力與勞動社會階層。

現今, 總統布希(George W. Bush)繼承其父親的執政, 把美國軍力擴散於全世界, 使用藉口是美國民主善良, 打擊所謂邪惡不民主的國家。

於此新規律之下, 世界長期動盪不安, 所有世界新規律, 企圖永久, 西法拉(Westfalia)和平歷時 150 年, 維也納(Viena)國際條約維持 100 年, 冷戰 40 年, 我們看出, 世界規律原意長久, 但事實越來越短。

21 世紀是科技世紀, 但不能撇開觀念成分, 此觀念指打擊國家自主權; 維護經濟競爭但不合作; 維護窮國天然資源無條件轉讓給富國; 人被擱置一旁, 理應居中。

所有觀念中的主觀念, 安格魯撒克遜族的霸權維護過程尋找永久性弱肉強食, 把邊緣國當作工業發展國家的原料供應站。

新規律結構枝撐在巨大的科學技術知識上, 但僅限於執權系統規定那些人可擁有, 如此學習條件, 可擁有技術的人有滿足成就感, 按羅隆斯(Lorenz)說法, 這些技術人員的滿足從一出生就由經神藥物來達成。

一個經由技術和準則的統治器具, 長時期的傾向是發展一個毫無反應的機構。

如此一來, 一個民族脆弱的不堪一擊, 國家被輕視, 人民不滿有增無減, 政府無實力領導建設。

我們對國家的理解是兩尺度間論政。一尺度是空間，另一尺度是文化。空間代表領土，也就是具有執政權的地理面積。文化由一個地區習慣為代表，不等於執政面積，是一個國家組成的基本單位，所以文化是民族生存和獨立重要條件。

相對之下，文化尺度於長時期社會演變脫穎而出，雖然有時無法確定某文化對一個民族的演變或消失時間。

我個人認為必要澄清一個中心問題，此問題隱藏在世界的變化中，那是國家、文化身份雙重性，或者說現代化、新規律。

這雙重性引我們到一個二又口：革新現代化或維持現狀。決擇將帶來重大的影響，我個人有以下的觀點。

關於普遍堅持巴西或中國現代化是典型範例。我認為應當先明白我們各國的問題所在，再推動現代化，而不是依照他方認定的典型範例，實際上相關，但不是第三者所言，而是靠自己努力。

無人不想走向現代化，尋找科學、技術的掌握，以應人類的需要。大家都同意若無科技，我們將會被科技發達的國家統馭。所以大家都無例外的走向現代化，全面掌握科技。

關於文化於民族的作用，政治和經濟皆不利於一個歷史過程的全面瞭解，憂心於我們國家未來的知識分子沮喪了；必須改變戰略思想來適應現實文化。我們正討論全世界無數的武裝糾紛。

謝文慶認為糾紛的原因有：國家宗教矛盾，領土爭奪，天然資源，權力爭奪，外力介入和政治權威。更進一步的說法，糾紛的因素皆反應於文化背景。

為澄清我上述看法，可以拿兩個社會做比較：一個發達，另一個開邊。發達社會必有三個關連因素：文化悠久，經濟活力，政治結構平穩。

相較之下，一個像我們的周邊社會，經濟受發達社會影響，甚至指使。如此一來，經濟活動力會超出文化所能包容。資金集中過程開始，某部門增加生產，應發達社會的品質要求，所以經濟活力由外界來訂。

這部門或許會成為未發展國家最發達的平面。經濟開發，沒有牢固的社會文化支持，產生不可忽略的問題。這樣，文化起不了統一社會的作用，文化變成經濟產品，文化無法與政治配合。這樣下去，政治成為經濟利益的縮影。這是馬克思思想中的超文化結構和經濟底層結構，這就是低發展階級，是自我降級，因為整個社會成為強國的一部份。低發展國家概念不是發達國家的前期，是本體降級，因為它完全聽從其他國家使喚。

簡單明瞭的說，就是加強文化，文化重建身分，團結社會，抵抗外來經濟統治，配合政治、精髓：文化拯救民族。

如何定義文化？人文風情？哲學說法是社會的各體，如何定義社會？我個人偏好從政治經濟角度來看文化，各體組成社會，社會中具領導地位主政治，各體生存帶動經濟。

文化的重要性由此而出。維護文化是民族生存的問題，我認為談國際安全問題該由文化說起。

關於 2001 年 9 月 11 日事件，布希總統評世貿中心和五角大廈是攻擊全人類，而不是只攻美國。布希堅持此事件有別於其它世界各地發生的恐怖攻擊，結果世界各地受壓力派兵參加所謂“打擊邪惡”，來解釋武裝行動。國際安全轉變由此開始。

冷戰結束，但糾紛繼續。世界被分為善良與邪惡，正義與恐怖。新戰爭又開始。新聖戰使我聯想到聖經新約啟示錄中的四騎士。打擊恐怖份子的無辜受害者被命為“副作用”。對提議根除邪惡的人，他人生命無價值。

有千年歷史的孫子兵法教導我們，“知敵知己，百戰百勝”。如此簡單的道理，當今世上幾乎沒有國家明白。

恐怖份子如此敏感的話題，應想到孫子兵法：認識文化、歷史及打擊恐怖份子的原因。另一方面也得考慮提出根除者的誠意。

從歷史角度，我們有政治恐怖，“罪犯”和文化恐怖。政治代表國家，罪犯觸及法律，文化屬民族之間的糾紛。當今世上國際不安全屬於文化恐怖份子。

國際恐怖份子現被認為 Al Qaeda，它沒有建立國家的傾向，所以稱它為恐怖份子。有時被誤稱為政治恐怖份子，事實是文化恐怖份子。

我們明白這些恐怖份子活動範圍不限於攻擊、綁架或製造集體死亡。他們也利用仇恨，布道，書籍，印刷刊，播音台，電視來蠱惑人心，如此收買人心好為首領效命。

挪安(Noam Chomsky)說：如大部份的致命武器，恐怖主義是有效的武器。從另一方面想，有權勢的人同樣控制足以致命的器具，如文化、思想、武器。差別微妙，有權勢的恐怖不叫恐怖，另有其它名稱。

便加明(Walter Benjamin)也說：人類文明記載充滿野蠻。兩文化之間接觸，起衝突，無可避免野蠻，皆無清白者。

這 21 世界初，不可否認，大部份的人安穩的觀賞恐怖戰爭，一小部份關心戰況。此戰爭有某高壓意志引起。我們應該思考戰爭背後的真正原因，洞悉狀況。查核此過程是否有邏輯。

文化相對必求保護國家文化的決心。於 21 世界初，弱文化有被侵略的傾向。

沒有文化為雄厚的底層有如死刑判決。文化消失無痕跡，社會失去價值，道德觀念失散。最後，會有新政治單位取代消失的文化，此所謂國家滅亡。

只有在缺乏防禦設施的情況下，某文化有可能用高壓手段制服另一個文化。所以原始社會較脆弱。

文化干涉從人民思想著手，通常有遼闊的領土支持。文化和領土之間有緊密的關係：文化存在需領土，領土健壯文化，文化維持領土的完整。

我們認為文化干涉是戰略器具，假如戰略是藝術，文化干涉是武器。一個安靜有效的武器。國家之間的來往時有糾紛，討論項目由地理政治和國家利害來訂。文化干涉可說是戰爭以外的武器。事實國家的利益居支配地位。

我們知道文化在歷史過程中鑄造團結、聯合、糾紛、滅亡等標準。雖有經濟因素，世界政治仍由文化支配。約瑟夫(Joseph Nye)提醒我們，文化和權力有結扣住。

1987 年聯合國會議表決反恐怖份子條約，宏都拉斯棄權，美國和以色列反對。為什麼反對？因為條約中有一段落指出不討論人民反軍事佔領或殖民主義的戰鬥權。

敘利亞總統 Hafez Al Assad 臨死前數月被美國前任總統克林頓說服加入反恐怖份子世界性運動。

被指控提供中東恐怖集團資金，Al Assad 接受邀請，但開出個美國無法接受的條件：給恐怖主義下定義，不只審判集團行為，包括國家，暗指以色列。

世界分成善良與邪惡是可笑的，恐怖份子首領的思路和西方領袖相同：兩者皆武裝攻擊，摧毀、殘殺，如所謂的“隱形手”。

地理政治警告我們統治世界必先佔領中東。美國已駐軍該地區，蘇俄默認，統治權有雛型。如果大家無言，駐軍會破壞中東發展，危及中國、印度、蘇俄等國安全。

恐怖主義的經濟自給自足，伊斯蘭恐怖手段也是同邏輯，所以未工業化的周邊國家承受戰爭帶來的經濟恐慌。

唯一思想由此鞏固，霸權文化稱王，所有價值由中央社會為準。

至於那些沒被恐怖主義捲入的國家，他們不服從安格魯撒克遜種族的指使，也必需戒備。因為中立國必有強大的武力做後盾，不然構成種族生存的威脅。在此重提哈克斯雷(Aldous Huxley)著“神奇新世界”和干特(Kant)著“永久和平”。

當布希聲明不贊成美國武裝行動既為反對，於它國而言，情況不利，等於逼迫國際社會參加其所不願的決定，也就是把別人當做墊背。

向恐怖宣戰，戰場消息和情況經審查，訊息由宣戰者的利益來控制。

美國竭力醜化敵人，加強政權發言來團結士氣。別因士兵受傷或死亡打擊而退縮，雖然民眾不明白實際戰況進展。

美國國防部秘書長昂斯福(Donald Rumsfeld)聲明，敵人的目標是不讓一個自由人民過他們想要的生活。拭目以待恐怖戰爭往那走。

對抗一個未定的敵人，以美國為主角英國為配角的戰爭與被攻擊的敵人相等。國家變成恐怖國家。這樣的戰爭，內在和外在外在的敵人沒差別。

掀席世界大部份國家的暴力風潮，是一般人民對生命意義絕望的後果。尤其是年輕一輩的心靈。

所以有必要重建夢想，收復生命意義。

國際反恐怖戰爭不是動武侵略的藉口，也不該強迫它國參加。當先瞭解原因，到底為什麼打仗，有目標，仗才能打。

如果沒有國際普遍討論此無盡頭的恐怖戰爭，世界將被前所未有的暴力掃蕩，結果連累全人類。

我們看出現今國際安全轉變無益和平，大家不討論的問題是民族文化，民族身份。法國尋找維護文化，我們不擔心，有時我們關心藝術文化的表現。可能我們未察覺文化對國家團結和未來的意義。

國際安全大轉變從保護民族文化開始。聯合國教育科學及文化組織(UNESCO)已著手。當各文化有自主權，或許我們可減少糾紛。有可能強弱，不同文化之間從適當的交流，使所有國家走向努力建設美好世界。合作是克服害怕的工具。

2004 年北京研討會中，王川敬(音譯 Wang Chuanjing)的“國際反恐怖形勢及特徵”與謝文慶(音譯 Xie Wenqing)的“當前國際形勢的主要特點及初步看法”提議安全新觀念，和平共處五原

則“互信, 互惠, 平等, 合作, 協調”。另可加上民族自決。我認爲此六原則是建立新國際環境的基礎, 所有國家有條件發展, 建設, 繁榮, 無論發達, 發展中, 低發達國家皆和平共處, 各擁有同樣的權利和建設的機會。這樣, 糾紛磨擦不再發生, 恐怖戰爭不存在, 爲大同世界。

參考書目共 39 項。

後言

聯合國教育科學及文化組織(UNESCO)國際信息問題研究委員會於 1980 年公佈“多次, 唯一世界”, 提議世界信息新規律。

UNESCO1995 年公告“世界文化委員會報告”。該報告指出權力掌握者支配人類的惡行, 由是周邊被壓迫的國家。

報告提議一連串文化方案。這報告非常重要, 因爲一個國家建立在人民文化。我們不該忘記每個人愛國的原因是愛護民族文化, 因爲人代表個體文化, 所以強烈統治最有效的手段是文化干涉。

在一連串方案中有一條設立文化侵犯法院條文, 由法院立文化規條以判決文化權力。有些重要問題必需澄清, 文化法院的成立對誰有利? 誰立法? 誰定規則? 弱國有足夠的勢力說話嗎? 如何審判國家文化事件? 如何決定審判範圍? 如何斷定文化權力? 文化是民族根源, 如何建立全球性道德做爲審判模範?

報告中用建立全球性道德來解釋它的行爲。此道德建立疑點重重, 如何用一道德規範所有民族文化? 各文化有它的特色, 文化中個人有個人的特徵。

唯恐國際法典管理介入, 高登留(Carvalho)警惕千萬別把“危害和平罪刑法”和“文化罪犯”搞混, 其不祥的結果可見: 統治管理系統獲得合法性, 有法律骨架支持它正宗存在。

“Brasil-China: Cooperação e intercâmbio no campo de estudos estratégicos e internacionais”.

“No mundo atual existem muitos problemas, porém dois se destacam: um é o problema da paz.(...)O segundo é o problema Norte-Sul”.

Deng Xiaoping,
De uma entrevista com o
Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo,
em 24 de maio de 1984.

Em conversa realizada quando da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China, no dia 24/05/2005, o Presidente Hu Jintao, interessado em que as relações sino-brasileiras se tornem modelares para o mundo em desenvolvimento, propôs que se ampliassem as relações bilaterais baseando-as em 4 princípios:

“Persistir nas consultas em pé de igualdade e fortalecer a confiança política; persistir no benefício recíproco e ampliar o interesse econômico e comercial; fortalecer a cooperação no âmbito internacional; e impulsionar o intercâmbio popular aprofundando o entendimento mútuo”.

Prof. Severino Cabral, D. SC.
Adjunto da Divisão de Assuntos Internacionais

Em primeiro lugar gostaria de saudar a todos os membros da comitiva chinesa que ora nos visita. Em seguida, dizer da importância que se deve assinalar com relação a esse acontecimento, no que diz respeito à continuidade dos esforços de ambas instituições no sentido de aprofundar o conhecimento mútuo, ao mesmo tempo em que buscam empreender estudos comuns

no campo da estratégia e das relações internacionais contemporâneas.

Em segundo lugar, é preciso ressaltar que os esforços desenvolvidos pelas duas instituições situam-se na continuidade da cooperação e do intercâmbio que os governos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China têm empreendido desde o advento das relações diplomáticas em 1974. Como é do conhecimento geral, em 2004, comemoraram-se os trinta anos dessas relações com a realização das históricas visitas de Estado do Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, à China, e do Presidente chinês, Hu Jintao, ao Brasil.

No entanto, deve-se reconhecer que, antes mesmo do 15 de agosto de 1974, o Embaixador Carlos Antonio Bittencourt Bueno— ilustre estagiário da turma de 1971, que veio a ser membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra em 1972, sendo a seguir Chefe da Divisão de Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no período de 1973 a 1975, e como tal desempenharia um papel no estabelecimento de relações Brasil China—defendera, em trabalho apresentado à Escola Superior de Guerra, a tese de que o Brasil deveria estabelecer um relacionamento bilateral com a China. A rigor, pode ser dito que a cooperação e o intercâmbio entre a nossa instituição e a China é anterior ao reconhecimento diplomático entre os dois governos.

Ainda como registro histórico da contribuição da Escola Superior de Guerra ao relacionamento bilateral sino-brasileiro, cabe assinalar que a primeira visita de Estado de um presidente brasileiro à China, João Batista de Oliveira Figueiredo, que se realizou em 1984, teve como precursora, em 1983, a viagem de estudos de uma comitiva de altos chefes militares, liderada pelo Comandante da Escola Superior de Guerra, Sua Excelência General de Exército Benjamin Chaloub.

Por todos esses fatos acima relatados, ao longo dos últimos três decênios a mais alta instituição de estudos estratégicos do Brasil, a Escola Superior de Guerra, tem sido visitada por altas autoridades militares e políticas chinesas. A última e mais recente dessas visitas foi a realizada por Sua Excelência General Cao

Gangchuan, Vice-Presidente da Comissão Militar Central, membro do Conselho de Estado e Ministro da Defesa da República Popular da China.

Neste sentido deve-se registrar o fato de que, em 1997, a Escola Superior de Guerra recebeu a visita de Sua Excelência General Zhang Wannian, cuja comitiva era acompanhada na ocasião pelo Coronel-Superior Ju Lizhao, adido das Forças Armadas da RP China no Brasil. O Coronel-Superior Ju Lizhao foi quem deu os primeiros passos para que se iniciasse o intercâmbio entre o *China Institute for International and Strategic Studies* e a Escola Superior de Guerra. Esses passos foram confirmados e continuados com êxito pelo seu sucessor como Adido das Forças Armadas chinesas, o Coronel-Superior Xu Gaohong.

Foi por iniciativa do Coronel-Superior Xu Gaohong que eu fui convidado e realizei uma primeira visita ao CISS, em fevereiro de 2001, à qual se seguiu uma segunda visita em setembro de 2001, quando foi por mim entregue à direção do CISS mensagem do Comandante e Diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra, Sua Excelência o Vice-Almirante Adilson Vieira de Sá. Logo a seguir, a direção do CISS enviaria convite ao Vice-Almirante para que ele realizasse a primeira visita de estudo e intercâmbio da ESG à China.

Foi assim que, em fevereiro de 2002, liderada por Sua Excelência Vice-Almirante Adilson Vieira de Sá, deu-se a primeira visita de uma delegação da Escola Superior de Guerra ao *China Institute for International and Strategic Studies*. A delegação da da ESG visitou as cidades de Beijing, Xian e Shanghai. Em Beijing, participou de um Seminário na sede do CISS, visitou a Universidade Nacional de Defesa da China e o Instituto Militar de Estudos Estratégicos da Marinha. Homenageada na sede do Estado Maior do Exército chinês, a comitiva foi recepcionada por Sua Excelência General Xiong GuangKai, Chefe Adjunto do Estado Maior chinês e Presidente do CISS. Em reciprocidade a esta visita, liderada pelo General Miao Shuchun, vice-presidente do CISS, uma delegação do CISS, a convite do Comandante da ESG, veio ao Brasil em setembro/outubro de 2002. Visitaram as cidades do Rio de Janeiro, Brasília e Foz de Iguaçu. Nesta visita a delegação chinesa, além

de participar de um Seminário na ESG, teve a oportunidade de visitar na Capital Federal do Brasil: o Congresso Nacional, o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores. Dando continuidade a essas iniciativas e respondendo ao convite da direção do CISS, em junho de 2004, uma delegação da ESG, chefiada pelo Assistente da Aeronáutica Brigadeiro Almeida Prado visitou as cidades de Beijing, Xian e Shenzhen.

Numa demonstração da importância do mútuo relacionamento e do necessário adensamento da cooperação e do intercâmbio entre as duas instituições, encontra-se em visita ao Brasil, a convite do Comandante da Escola Superior de Guerra, mais uma delegação do *China Institute for International and Strategic Studies*. A primeira fase dessa visita encontra-se em andamento, com a realização desse Seminário, que será seguido de uma visita a Brasília, Foz de Iguaçu e São José dos Campos, o que dará aos ilustres visitantes a possibilidade de conhecer significativa parcela da realidade brasileira atual.

E assim, feito esse balanço dos passos já percorridos e do amadurecimento das relações interinstitucionais, pode-se pensar desde agora na ampliação da cooperação e do intercâmbio ESG-CISS. Para tanto creio que se poderá avançar em três áreas de ação, abrindo caminho para que novos passos sejam dados em direção ao aprofundamento do entendimento mútuo. Estas áreas podem ser assim definidas:

- I - A cooperação no campo da pesquisa avançará na definição de áreas ou domínios de interesse comum: estudo e avaliação da situação estratégica internacional; análise de problemas e desenvolvimentos recentes da conjuntura mundial; questões regionais; cooperação no campo da sustentação da paz e do desenvolvimento; segurança e defesa nacional face aos desafios do novo milênio; desenvolvimento da ciência e técnica: dificuldades e recursos; teorias e métodos de pesquisa, etc.
- II - O intercâmbio será intensificado não só através de visitas regulares, como tem sido até agora, mas

também de trocas de informações e conhecimentos, via edições de livros, publicações periódicas, e meios eletrônicos.

- III - O conhecimento comum será aprofundado com a criação de uma equipe de trabalho que deverá: 1) organizar a pauta de temas centrais que orientarão a pesquisa a ser desenvolvida pelas duas instituições; 2) preparar um elenco teórico a ser abordado em futuros seminários, simpósios, conferências ou colóquios; 3) elaborar uma lista de títulos e de autores brasileiros e chineses que poderão ser editados em edições bilíngües (português, chinês) e/ou trilingües (português, chinês e inglês) .

A partir dessas três áreas de ação, a serem concertadas entre os pesquisadores das duas instituições, não será difícil estabelecer uma cooperação mais ampla, um intercâmbio mais ativo e uma comunicação mais presente, de modo a fazer durar a parceria entre a Escola Superior de Guerra e o *China Institute For International and Strategic Studies* no campo de estudos estratégicos e internacionais.

Neste sentido penso que um tema como, por exemplo, “Segurança e Desenvolvimento num mundo multipolar”, poderá vir a ser escolhido para um futuro Simpósio Internacional, que seja organizado em conjunto pelas duas instituições e que tenha a participação de associações congêneres nos dois países. Em torno dessa temática a equipe de trabalho comum formulará uma pauta e uma lista de instituições e pesquisadores que poderão agregar-se ao esforço conjunto.

No campo do intercâmbio de publicações pode-se examinar a contribuição de autores de ambas as instituições para os periódicos editados no Brasil e na China, numa troca que impulse o conhecimento e o entendimento, fortalecendo a confiança mútua e ampliando a cooperação.

A comunicação, pois, entre os membros da Escola Superior de Guerra e do *China Institute For International and Strategic Studies*

deverá ser fluída e contínua, para que ambos os parceiros tenham idéia dos trabalhos em curso em cada uma das instituições, e possam avaliar sua relevância para a cooperação e o intercâmbio.

Sendo estas as idéias que me ocorrem sobre a cooperação e intercambio gostaria de, ao terminar minha exposição expressar a especial satisfação em participar de um tal evento, pelo muito que encerra de promessa de realização pelo trabalho comum de pesquisadores chineses e brasileiros como representantes dos dois maiores países do mundo em desenvolvimento.

“Brazil-China – Cooperation and interchange on Strategic and Internacional Studies”

“There are many problems in the world today, but two of them outstands: the first is that of the peace; the second, the North-South problem.”

Deng Xiaoping,
in an interview with former
Brazilian President João Baptista de Oliveira Figueiredo,
05.24.1984.

During a conversation held at the state visit of President Luiz Inácio Lula da Silva to the Popular Republic of China, on May 24th 2005, the President Hu Jintao, interested that the relations between Brazil and China become a role model to the developing world, proposed the Brazil and China bilateral relationships' enlargement basing them on four principles: “keep on consulting equally and strengthening political mutual trust; insist on the reciprocal benefits and enlarge the economical and trade interest; strengthen the cooperation in the international field; and push the peoples exchange, improving the mutual understanding”.

Professor Severino Cabral, D.Sc.
Assistant of the International Affairs Department

First of all, I'd like to greet all the Chinese commitee members that are visiting us today. I'd like also to state the importance of this occasion, concerning to the continuity effort of both institutions to profound the mutual knowledge as the same time as to learn about common studies on the strategic and international relations field.

Secondly, it's necessary to point out that the efforts developed by both institutions have place in a context of continuing the cooperation and the exchange that the Federal Republic of Brazil and the Popular Republic of China have executed since the beginning of their diplomatic relations in 1974. As everybody knows, in 2004 we celebrated the 30th anniversary of this relationship with the historical state visits of the Brazilian President, Luiz Inácio Lula da Silva, to China, and of the Chinese President Hu Jintao to Brazil.

However, it must be recognized that, even before August 15th 1974, Ambassador Carlos Antonio Bittencourt Bueno – honoured apprentice of the 1971 class, who became a member of the Superior War School permanent staff, becoming then Chief of the Asia and Oceania Division of the Brazilian Foreign Affairs Ministry between 1973 and 1975, and in this position had an important role to the setting of diplomatic relationship between Brazil and China – defended, on a paper presented to the Superior War School, the thesis according to whom Brazil must establish a bilateral relationship with China. Strictly speaking, it could be said that the cooperation and exchange between our institution and China was set before the diplomatic recognizing between both governments.

As a historical register of the contribution of the Superior War School to the Chinese and Brazilian bilateral relationship, it's relevant to point out that the first state visit of a Brazilian President to China, João Batista de Oliveira Figueiredo, which happened in 1984, had as its predecessor, in 1983, the study trip of a committee of high military officers, led by General Benjamin Chaloub, Commander of the Superior War School.

Because all of the above-related factors, during the last decades the highest Brazilian strategic studies institution – the Superior War School – has been visited by high Chinese military and political authorities. The last and most recent visit was that of General Cao Gangchuan, Vice-President of the Military Central Commission, member of the State Council and Defense Minister of the Popular Republic of China.

It must also be registered the fact that, in 1997, the Superior War School received the visit of General Zhang Whannian, whose retinue was accompanied at that time by Colonel Ju Lizhao, Popular

Republic of China's military attaché to Brazil. Colonel Ju Lizhao was the one who gave the first step towards the beginning of the exchange between the China Institute for International and Strategic Studies and the Superior War School. This step was later confirmed and successfully continued by his successor as Chinese Military Forces attaché, Colonel Xu Gaohong.

Due to Colonel Xu Gaohong's initiative I was invited and went for a first visit to the CIISS, in February 2001, which was succeeded by a second visit in September 2001, when I delivered to the principals of CIISS a message from the Commander and Studies Director of the Superior School of War, Vice-Admiral Adilson Vieira de Sá. Shortly after, the CIISS principals would send to the Vice-Admiral an invitation, for him to attend the Superior War School's first study and exchange trip to China.

In this way, in February 2002, led by Vice-Admiral Adilson Vieira de Sá, occurred the first visit of a Superior War School delegation's to the China Institute for International and Strategic Studies. The Superior War School delegation visited Beijing, Xian, and Shanghai. In Beijing, it took part in a Seminar at CIISS' headquarters and visited the National Defense University of China as well as the Navy Military Strategic Studies Institute. Honoured at the headquarters of the Chinese Army Staff, the delegation was hosted by General Xiong Guangkai, Assistant Chief of the Chinese Staff and CIISS President. Exchanging this visit, a delegation of CIISS, led by General Miao Shuchun, Vice-President of the CIISS, invited by the SWS Commander, came to Brazil in September/October 2002, and visited the cities of Rio de Janeiro, Brasília and Foz do Iguaçu. During this visit, the Chinese delegation, besides attending an SWS seminar, had the opportunity to visit the Federal Capital of Brazil: the National Congress, the Defense Ministry and the Foreign Affairs Ministry. Continuing these initiatives and answering to the CIISS principals invitation, in June 2004, SWS delegation, led by the Air Force assistant Brigadier Almeida Prado, visited the cities of Beijing, Xian and Shenzhen.

In order to show the importance of the mutual relationship, and of the necessary improvement of cooperation and exchange between the two institutions, another delegation of the CIISS is visiting

Brazil, attending an invitation by the Commander of the Superior War School. The first stage of this visit is happening now with this seminar that will be followed by a visit to Brasília, Foz do Iguaçu and São José dos Campos, which will give our illustrious visitors a possibility of knowing a significant part of Brazil modern reality.

Thus, after this balance of the already covered steps and of the maturing of the interinstitutional relationships, we can think from now on about the enlargement of the cooperation and exchange between SWS and CISS. In order to achieve that, I believe there could be progress in three operating ways, opening a path to the possibility of new steps towards the deepening of mutual understanding. These ways can be defined as follows:

- I - The cooperation on research field will advance on defining common interest areas or domains: study and evaluation of the international strategic situation; analysis of problems and recent developments in the world conjuncture; regional questions; cooperation to peace and development maintenance; security and national defense towards the new challenges of the millennium; science and technics upgrade: difficulties and resources; theories and research methods, etc.
- II - The exchange will be intensified not only through regular visits, as it has been done until now, but also through information and knowledge exchanges, through editing books, periodic publishing and electronic media.
- III - The common knowledge will be improved with the creation of a work staff which shall: 1) organize the agenda of central subjects that will guide the research that will be developed by both institutions; 2) prepare a theory repertoire that will be broached in seminars, symposium, conferences or debates; 3) elaborate a list of Brazilian and Chinese books and authors that can be published in bilingual (Portuguese and Chinese) and/or trilingual (Portuguese, Chinese and English) editions.

From these three operating ways, which must be arranged by the researchers of both institutions, there will be no difficulty in establishing a broader cooperation, a more active exchange and a more present communication, so the partnership between the Superior War School and the CISS in strategic and international studies can last.

I believe that a theme like, for instance, “security and development in a multipole world” can be chosen for a future international symposium, organized by both institutions together, and with the participation of similar institutions in both countries. From this subject the staff will create an agenda and a list of institutions and researchers that can join this mutual effort.

On the field of publishing exchange, the contribution of authors of both institutions can be examined for the periodicals to be edited in Brazil and in China, in an exchange that can push forward the knowledge and understanding, strengthening the trust between these countries and enlarging cooperation.

Communication, therefore, between SWS and CISS members must be frequent and continuous, so both partners can know the works that are in progress in the other institution, and can evaluate their relevance for cooperation and exchange.

These are the ideas that come to me on cooperation and exchange, and to finish my statement I would like to express my special pleasure on participating in such an event, for it contains a lot of achieving promises, through the associated work of Brazilian and Chinese researchers, as representants of the largest countries in the developing world.

中國國際戰略學會高級戰爭學院研討會：“巴西中國：國際戰略研究方面交流與合作”。

“當今世上有許多問題存在，其中兩個問題出眾：第一是和平(...) 第二是南北軸。
鄧小平，於1984年5月24日，會晤費格列多(João Baptista de Oliveira Figueiredo)總統。

巴西總統魯拉(Luiz Inácio Lula da Silva) 訪問中華人民共和國期間，於2005年5月24日會見胡錦濤主席，會談中指出中國巴西外交關係是世界發展中國家的模範，並提議兩國擴大交往。此提案基於下列四原則：一，繼續平等商議，加強政治信任；二，持續互相關益，擴大經濟商業來往；三，加強國際合作；四，促進人民交流，加深互相瞭解。

謝維理諾(Severino Cabral)博士

國際事物部助理

首先我本人問候各位中國訪問代表團成員。此訪問團對兩學院互相認識有莫大的幫助，同時也互相研究近期國際外交和戰略方針。

其次，番強調兩學院發展努力介於巴西聯邦共和國與中華人民共和國外交關係於1974年建立之後的交流與合作。眾所皆知，兩國建交30年的慶祝活動由巴西總統魯拉訪問中國主席胡錦濤揭開序幕。

回顧歷史，需承認於1974年8月15日之前，加洛士大使(Carlos Antonio Bittencourt Bueno) —1971年高級戰爭學院畢業生，1972年加入該院永久教授，接著1973年至1975年被派擔任巴西外交部亞洲和大洋洲組長。於建立巴西中國外交關係有功勞 — 當時及在高級戰爭學院護衛巴西應當與中國建立外交的理論。嚴格上說來，兩學院之間的合作與交流起於兩國建立外交之前。

另一方面有關高級戰爭學院對兩國交往貢獻的歷史記載，第一位前往中國進行官方訪問的巴西總統費格列多發生於1984年，但於1983年有便加明(Benjamin Chaloub)陸軍上將領導下的先驅訪問團開路，當時便加明將軍任高級戰爭學院院長。

從以上歷史因素，近三十年來，高級戰爭學院常接待中國政治、軍事訪問團。最近的訪問團是由曹剛川(音譯 Cao Gangchuan)將軍帶領，身兼中央軍事委員會副委員長，國家委員會會員，中華人民共和國國防部部長。

由此方面，於1997年高級戰爭學院接待張萬年(音譯 Zhang Wannian)將軍的訪問。當時團員包括葛黎照(音譯 Ju Lizhao)陸軍上校兼中國駐巴西陸軍武官。葛黎照上校啓發高級戰爭學院與中國國際戰略學會之間的交流。其繼承人陸軍上校許高鴻(音譯 Xu Gaohong)，兼中國駐巴西陸軍武官，進一步提升兩學院之間的交流，加速合作的腳步。

應陸軍上校許高鴻的邀請，我第一次訪問中國國際戰略學會於2001年2月，第二次於2001年9月。當時本人負責傳達高級戰爭學院院長海軍中將阿季松(Adilson Vieira de Sá)于中國國際戰略學會會長的信函。之後，學會會長邀請海軍中將訪問中國。

於2002年2月，由海軍中將領導的代表團第一次代表高級戰爭學院訪問中國國際戰略學會。此團訪問城市有北京、西安、上海。在北京戰略學會總部參加研討會，訪問中國國防大學和海軍戰略研究院。歡迎儀式在陸軍參謀部舉行，由戰略學會會長兼參謀助理長熊光凱(音譯 Xiong Guangkai)將軍主持。於2002年9月至10月，由苗書淳(音譯 Miao Shuchun)將軍率領代表團應高級戰爭學院邀請訪問巴西。訪問城市有里約、巴西利亞、伊瓜蘇。此代表團除參加在高級戰爭學院的研討會，還有機會參觀巴西首都、國會議院、國防部、外交部。於2004年6月，應中國國際戰略學會邀請，由

空軍少將阿梅達(Almeida Prado)率領的高級戰爭學院代表團訪問北京,西安,深 等三城市。

為表示兩學院之間交流合作的重要,應高級戰爭學院邀請,現有中國國際戰略學會代表團訪問巴西,第一階段是此研討會,接著訪問巴西利亞,伊瓜蘇,聖若瑟,以展現大部分巴西現今國情。

從經過的這小段歷史,兩學院之間的交流成熟,我們可以討論擴大合作事項。我相信可從以下三點著手:

一, 研究方面的合作應雙方訂共同點: 國際戰略評估研究, 世界發展和問題分析, 區域問題, 和平維持之合作, 安全與國防, 科技發展, 經費困難, 理論與研究方面;

二, 交流不限於雙方互相訪問, 可由出版書, 定期雜誌或電子方式來加強;

三, 共同知識的加深可創立工作組負責以下事件:

1. 組織兩學院共同討論的事項;
2. 準備下一屆研討會的題目;
3. 準備翻譯工作組, 最好有中文, 葡萄牙語, 英文。

由以上三項行動, 兩學院之間更進一步的合作指日可待, 但這些進展皆基於雙方達成共識。

雙方未來討論會題目, 從我個人角度看來, 可為“多元化世界的安全與發展”, 可由任何一方或雙方共同舉辦, 雙方有關單位皆可參加; 以此題目, 工作組負責討論事項和邀請有關單位的研究人員。

出版交流方面, 可以考慮雙方學院具有卓越貢獻的作者, 交換知識, 加強互性, 擴大合作。

兩學院之間文往應克服語言障礙, 使雙方皆能明瞭對方的想法, 評估交流的重要性。

這以上是我本人對於交流合作的一些意見, 謝謝大家也希望兩個發展中的世界大國能共同合作, 提昇兩國友好關係。

Reforma das Nações Unidas

Achilles Zaluar, Conselheiro MRE

1 - Reforma do Conselho de Segurança

O Brasil avalia que o processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas alcançou nível de dinamismo e maturação sem precedentes, conforme evidenciado nas manifestações sobre o tema na corrente Assembleia Geral. Os recentes debates sobre a revitalização e fortalecimento da Organização das Nações Unidas, em geral, e a reforma do CSNU, especificamente, demonstraram que prevalece na comunidade internacional o sentimento de que é chegada a hora de corrigir os *deficits* de representatividade, legitimidade e eficácia do órgão, com o ingresso de novos membros permanentes e não-permanentes. Como lembrou o Secretário Geral Kofi Annan, encontramos-nos em uma encruzilhada histórica, não menos decisiva que a de 1945.

Essa percepção, refletida no resumo que fez o Presidente da 59ª AGNU – o Ministro Jean Ping do Gabão - dos debates sobre o tema, converge com a apreciação do Brasil, e de vários de nossos parceiros, quanto à existência de uma oportunidade histórica que a comunidade internacional não pode desperdiçar. O Brasil tem atuado com determinação e sentido de urgência, ciente de que não podemos nos furtar a assumir nossas responsabilidades nesse esforço conjunto em prol da reforma.

Nossas posições e atuação na matéria são informadas pelos seguintes elementos básicos:

- i) o cronograma para o encaminhamento da questão da reforma das Nações Unidas, em particular CSNU, não é determinado por nenhum país individualmente. A questão transcende essa ou aquela agenda nacional e ganhou ímpeto em razão de acontecimentos recentes, como o agravamento das ameaças associadas ao terrorismo internacional e a intervenção no Iraque, que, decidida à margem do CSNU, confrontou

seriamente a autoridade daquele órgão. Em nossa opinião, decorre desse quadro a decisão de Kofi Annan de assumir a liderança em um novo esforço voltado para o fortalecimento do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas;

- ii) como bem reflete o próprio nome atribuído ao Painel de Alto Nível instituído pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, a comunidade internacional depara-se com ameaças, novas e antigas, e tem diante de si o desafio da mudança, sem a qual se verá debilitada na consecução dos objetivos consignados na Carta de São Francisco. A fidelidade à visão que inspirou os redatores da Carta da ONU impõe a atualização das estruturas de concertação internacional em matéria de paz e segurança;
- iii) diante da crescente complexidade dos temas sob a alçada do CSNU e da intensificação de suas atividades, a ausência de membros permanentes oriundos do mundo em desenvolvimento constitui uma grave deficiência;
- iv) por essa razão, o Brasil vem atuando em favor de uma reforma que assegure a necessária presença da América Latina e da África entre os membros permanentes de um Conselho de Segurança ampliado;
- v) não é de hoje que se evidenciam as assimetrias e limitações da estrutura decisória do CSNU. Essa estrutura reflete ainda a realidade do imediato pós-II Guerra, tendo-se ampliado de onze para quinze membros há mais de quarenta anos (1961). Desde então não se beneficiou de qualquer modificação, embora o número de países membros tenha quase quadruplicado, passando de 51 para 191 Estados;
- vi) a realidade atual do Conselho de Segurança expõe um grave e crescente descompasso. A expansão das atribuições do órgão sem a contrapartida da revisão dos desequilíbrios em sua representatividade tende apenas a agravar os

questionamentos que se fazem a seu respeito, bem como a comprometer a eficácia de suas ações;

- vii) os contornos da reforma do CSNU já vêm sendo debatidos há mais de uma década. No entanto, o que se tem agora é um momento qualitativamente novo, que favorece um acordo amplo sobre a matéria. Nesse processo, o Brasil deseja contribuir para uma convergência em torno de idéias capazes de evitar a erosão adicional, e possivelmente irreparável, do sistema de segurança coletiva;
- viii) o surgimento do Grupo dos 4 ocorre no contexto dessa aceleração do processo para a reforma das Nações Unidas e de importantes avanços conceituais. O G-4 demonstra que, felizmente, já foram superadas fórmulas que discriminavam contra o ingresso de países em desenvolvimento e que, no final das contas, só realçariam a exclusão da América Latina e Caribe, assim como da África, da condição de membros permanentes. Cabe precisar que o G-4 já se manifestou favoravelmente à presença africana entre os novos membros permanentes;
- ix) o Brasil considera que concepções como a de criação de uma categoria de membros “semi-permanentes” representam retrocesso conceitual e prático. Essa fórmula não nos permite superar o desequilíbrio fundamental, de voz e influência, que hoje se tem no Conselho de Segurança, em função do déficit de representação do mundo em desenvolvimento na categoria de membros permanentes. A criação de uma categoria de membros “semi-permanentes” tornaria ainda mais flagrantes os desequilíbrios do CSNU, comprometendo o atual processo de reforma. O mero acréscimo de assentos não permanentes tampouco contribuirá para tornar o Conselho de Segurança mais representativo e legítimo, na medida em que perpetuará a exclusão de países em desenvolvimento da África e América Latina/ Caribe da categoria de membro permanente;

- x) o Brasil compartilha os anseios de muitos outros países por uma maior democratização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Idealmente, o Conselho de Segurança mais democrático seria aquele em que todos os membros fossem iguais. No entanto, devemos reconhecer que, nas atuais circunstâncias, esta é uma impossibilidade real, dadas as resistências dos atuais membros permanentes. À luz desse fato, o Brasil advoga a ampliação do número de membros permanentes, contribuindo para maior democratização do processo de decisão do Conselho do que a continuação da situação atual ou que uma ampliação apenas na categoria não-permanente;
- xi) o Brasil está comprometido com processos decisórios mais transparentes e representativos da diversidade dos países que integram a comunidade internacional, cuja ampla maioria é constituída por países em desenvolvimento;
- xii) além da desejável e necessária alteração na estrutura do Conselho, a inclusão de novos membros permanentes e a expansão do número de membros não-permanentes implicaria chances de maior rotatividade nessa última categoria, com evidentes benefícios para uma maior democratização do Conselho.

É com base nos elementos de juízo acima que o Brasil tem explicitado sua postulação a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado. Além dos requisitos relacionados ao peso demográfico, territorial e econômico dos possíveis novos membros permanentes, o Brasil se caracteriza por uma ação diplomática regida pelos princípios e objetivos que inspiraram a criação das Nações Unidas: a solução pacífica das controvérsias, a autodeterminação dos povos, o respeito ao direito internacional, a cooperação para o desenvolvimento econômico e social. Vivemos em paz com todos os nossos vizinhos há mais de cem anos. Temos promovido a integração regional com o objetivo de atingir aqueles ideais - de resto compartilhados por todos os

países da região. No âmbito do Conselho de Segurança tivemos a oportunidade de demonstrar nosso compromisso com o multilateralismo e com a paz em nove mandatos como membro não-permanente.

Se é inegável que a condição de membro permanente pode conferir projeção, ela também implica em uma série de encargos. Ao dispor-se a assumir as responsabilidades inerentes à condição de membro permanente, o Brasil deseja trabalhar com seus parceiros da região pelo aperfeiçoamento de uma cooperação internacional efetiva, capaz de livrar-nos do flagelo da guerra e de promover a segurança e o desenvolvimento econômico-social das nações.

Como tem afirmado o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “o nome próprio da paz é justiça social”. As ações do Brasil no plano internacional, em cooperação e parceria com outros países, refletem a nossa percepção de que são claros os limites de uma visão preponderantemente militar dos processos de construção da paz e manutenção da segurança no mundo. Por isso nosso empenho no combate à fome e à pobreza, nosso compromisso com uma reforma das Nações Unidas que vá desde a ampliação do Conselho de Segurança em suas duas categorias até a revitalização da Assembléia Geral e o fortalecimento do ECOSOC. Na visão brasileira, o Conselho Econômico e Social deve atuar em estreita coordenação com o CSNU, de modo a assumir papel mais destacado na reconstrução pós-conflito e, sobretudo, na prevenção de conflitos. Como disse o Secretário-Geral Kofi Annan em seu pronunciamento na 59ª AGNU, “não haverá paz nem segurança, nem mesmo para os mais privilegiados entre nós, num mundo que continua dividido entre os extremos da pobreza e da riqueza”.

Assembléia Geral

O relatório do Painel de Alto Nível faz comentários relevantes no que diz respeito ao caráter único da Assembléia Geral e à importância de racionalizar sua agenda e de melhor focar o trabalho de suas Comissões para restaurar sua preeminência nas

discussões e deliberações dos assuntos internacionais que são trazidos à sua atenção.

O Brasil considera que a Assembléia Geral deve ser fortalecida politicamente. AAGNU deve guiar os trabalhos das Nações Unidas como um todo e assumir seu papel como foro principal que corporifica e dá voz aos princípios da Carta.

Ao convocar a série de conferências globais sobre temas sociais, ambientais e de desenvolvimento, e ao adotar a Declaração do Milênio, a Assembléia Geral demonstrou sua habilidade insubstituível de forjar consensos em temas importantes de interesse global. Ela tem tido também um papel significativo no desenvolvimento do Direito Internacional, notavelmente ao guiar o processo da criação do Tribunal Penal Internacional. Isso mostra que a ação eficaz por parte da Assembléia Geral é tanto necessária quanto possível.

O Brasil considera que os trabalhos da Assembléia Geral devem ser mais bem focados nas questões internacionais contemporâneas de maior importância. Sua agenda poderia ser reorganizada, de modo a evitar a repetição anual de resoluções com pouco impacto e visibilidade. Melhorias nos procedimentos de trabalho, porém, não podem substituir uma decisão política por parte dos Estados membros de utilizar plenamente o potencial da Assembléia Geral para a manutenção da paz e segurança internacionais e para a cooperação internacional.

Certos assuntos sensíveis levantados pelo relatório do Painel de Alto Nível, como a utilização do conceito da “responsabilidade de proteger” como base para o uso da força e a criação de uma definição de terrorismo que receberia apoio generalizado, poderiam ser considerados mais a fundo pela Assembléia Geral, com vistas a chegar a entendimentos comuns sobre seu escopo e aplicação.

3. Conselho Econômico e Social

O Brasil considera que a reforma das Nações Unidas deveria fortalecer as dimensões de segurança e desenvolvimento da Organização. Há um risco constante de que a ênfase em segurança

– percebida antes de tudo como as ameaças que afetam os países mais influentes – deixe de lado o esforço para coordenar ações globais para erradicar a pobreza e a fome, de acordo com as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs). Há também o risco de que, mesmo que reconheçamos a interconexão entre segurança e desenvolvimento, os aspectos de segurança de uma questão sobrepujem o lado do desenvolvimento. Como o Painel de Alto Nível afirma, corretamente, diferenças de poder, riqueza e geografia determinam o que percebemos como as maiores ameaças a nossa sobrevivência e bem-estar. Concordamos que deveria haver um reconhecimento mútuo de ameaças entre Norte e Sul, e concordamos também com o Projeto do Milênio sobre a necessidade de maneiras inovadoras de mobilizar recursos adicionais para a implementação das MDMs.

Falta, ainda, uma visão estratégica do processo de globalização que identifique riscos e crie oportunidades para grupos e sociedades excluídos. Sem um entendimento comum dos desafios da globalização, será difícil forjar o novo consenso Norte-Sul. Um bom começo nesse esforço foi dado pelo relatório da Comissão sobre a Dimensão Social da Globalização da OIT, de 2004.

As Nações Unidas, em particular o ECOSOC, reúnem condições particularmente favoráveis para desenvolver um entendimento comum da globalização, integrando ambas as dimensões de segurança e de desenvolvimento, tarefa que por vezes é deixada a grupos restritos, como o G7/G8, e para a sociedade civil por meio de encontros como os Foros de Porto Alegre e Davos. As Nações Unidas têm três grandes trunfos nessa área que não podem ser encontrados em outros foros: sua capacidade de integrar paz, segurança e desenvolvimento; seu poder convocatório de discussões sobre grandes temas, como demonstrado nas conferências globais sobre temas sociais, econômicos e ambientais, mais recentemente em Monterrey e Joanesburgo; e sua autoridade moral e capacidade de mobilizar apoio das bases. Poderíamos adicionar um quarto trunfo: sua legitimidade derivada da participação universal.

A revitalização do ECOSOC poderia criar a contraparte universal e inter-governamental aos processos de Porto Alegre e

Davos e para o G7/G8. Devemos rejeitar o ceticismo com respeito às Nações Unidas em temas econômicos e sociais e quanto ao potencial do ECOSOC. Muitas propostas originalmente veiculadas nas comissões econômicas regionais ou na Assembléia Geral efetivamente venceram a luta de idéias contra o que se costuma chamar do Consenso de Washington. Houve muitas melhorias nos métodos de trabalho do ECOSOC na última década. O segmento de alto nível, com foco temático, e o diálogo com as instituições de Bretton Woods e a OMC são melhorias reais. Também o são os Grupos Ad Hoc para Burundi, Guiné-Bissau e Haiti, que serviram de inspiração para a proposta de uma Comissão de Construção da Paz pelo Painel de Alto Nível.

O Brasil considera que:

- a. Deve-se fazer da reconstrução pós-conflito e da prevenção de conflitos partes integrais do mandato do ECOSOC, tendo por referência as experiências dos grupos consultivos “ad hoc”, no contexto do estabelecimento da Comissão de Construção da Paz;
- b. Pode-se estabelecer um mecanismo voluntário pelo qual os países possam requerer ao ECOSOC a avaliação de seu progresso quanto às MDMs (e, quando adequado, o Programa de Bruxelas sobre países de menor desenvolvimento relativo-PMDRs e outras metas acordadas internacionalmente) e concepção de estratégia que permita ao país alcançá-las. A experiência do Mecanismo de Revisão pelos Pares (“*Peer Review Mechanism*”) do NEPAD poderia ser fonte de inspiração.
- c. Pode-se usar o artigo 66 (3) da Carta para eliminar a duplicação entre a AGNU e o ECOSOC. Por meio de uma resolução, a AGNU poderia delegar ao ECOSOC a tarefa de avaliar os resultados das conferências globais sobre assuntos sociais e econômicos, inclusive Monterrey, Joanesburgo, e a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Isso

permitiria à Assembléia Geral concentrar-se mais adequadamente em assuntos políticos prioritários (e em questões legais e orçamentárias) ao invés de em questões de implementação.

4. Comissão de Construção da Paz

O SGNU recomenda que o Conselho de Segurança, após consultas com o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), estabeleça uma Comissão de Construção da Paz (CCP). O Brasil apóia a criação da Comissão e concorda com a necessidade de um órgão institucionalmente encarregado da consideração da situação de países emergindo de conflitos ou países que se aproximem perigosamente de situações em que possam representar ameaças à paz e segurança internacionais.

Não estamos, porém, convencidos da sabedoria de se estabelecer tal órgão unicamente sob a égide do Conselho de Segurança. Apesar da construção da paz ser uma tarefa complexa e multifacetada, com muitos aspectos que a relacionam com o Conselho de Segurança, nossa visão é de que a paz se constrói por meio de uma abordagem centrada em aspectos sociais e econômicos, e não coercitivos.

Tal Comissão deveria respeitar a soberania daqueles países onde estaria encarregada de construir a paz. No que tange à representação na Comissão, deve-se lembrar que a participação apenas de países doadores não é garantia de sucesso, ao passo que o compromisso do país recipiendário e de países da região, assim como a participação das instituições financeiras internacionais, podem ser fatores mais importantes nessa matéria.

Em casos recentes, como o Haiti, Timor-Leste, Guiné-Bissau e Burundi, o ECOSOC tem estado intimamente envolvido na busca de soluções sustentáveis a longo prazo, desse modo contribuindo para assegurar que as condições que levaram a uma crise não reapareçam.

Muitos aspectos importantes da proposta da constituição de uma Comissão de Construção da Paz requerem maior elaboração, como sua composição, os papéis e modalidades de participação de outros órgãos intergovernamentais e seu processo decisório.

5. Conselho de Direitos Humanos

As recomendações do Secretário Geral em seu relatório “Em Maior Liberdade”, no campo dos direitos Humanos, vêm sendo consideradas com interesse e atenção pelo Governo brasileiro, bem como as recomendações sobre o assunto emitidas pelo Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança. Constituem contribuição importante para uma reflexão sobre o revigoramento do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, que o Brasil considera necessária e da qual tenciona participar ativamente.

O apoio brasileiro ao aprimoramento do sistema internacional de direitos humanos é consistente com a política externa que vem sendo desenvolvida pelo país nessa matéria desde a redemocratização. O Brasil é signatário de todos os principais instrumentos internacionais de direitos humanos, adota atitude de cooperação internacional e dispõe-se a receber os relatores temáticos da CDH por meio de “convite permanente” que a eles estendeu. Reforça ainda mais o compromisso brasileiro com a causa dos Direitos Humanos a participação do Brasil na CDH, quase ininterrupta desde 1978.

Relatório Global sobre Direitos Humanos

É no sentido do aprimoramento do sistema que o Brasil vem propondo a elaboração, pela Alta Comissária, de um relatório global, que ofereceria panorama amplo e objetivo sobre a situação dos direitos humanos em todas as partes do mundo. Estamos convencidos de que um relatório global, com atributos de independência e legitimidade que lhe confeririam sua elaboração pela Alta Comissária, muito contribuiria para reduzir o grau de politização e seletividade que ora caracteriza os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos.

O Painel de Alto Nível fez observações relevantes sobre a credibilidade da Comissão de Direitos Humanos ante a percepção de que são adotados “padrões duplos” no tratamento de preocupações sobre direitos humanos. O Brasil considera a

recomendação do Painel de Alto Nível de que o Alto Comissariado prepare um relatório anual sobre a situação dos direitos humanos em todo o mundo essencial para garantir a efetividade e credibilidade do sistema de direitos humanos das Nações Unidas.

O Brasil defende a elaboração de um relatório global sobre a situação de direitos humanos em todo o mundo desde 1998, durante a 56ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos. A elaboração de um relatório sobre a situação dos direitos humanos em todo o mundo, por um órgão internacional independente e imparcial, para o Governo brasileiro, apresenta-se como medida fundamental para a realização dos princípios da universalidade e da não-seletividade dos direitos humanos no que diz respeito ao monitoramento dos direitos humanos.

O relatório global reforçará ainda o multilateralismo no tratamento do assunto, à luz da existência de relatórios unilateralmente elaborados por certos países sobre a situação de direitos humanos em todos os demais.

O Brasil entende que o Relatório Global sobre Direitos Humanos, além de abranger todo o mundo, deverá abranger todos os direitos, tanto civis e políticos quanto econômicos, sociais e culturais. Para garantir maior eficácia, deve apresentar tanto os avanços quanto as dificuldades de direitos humanos de cada país e, nos que diz respeito aos problemas observados, identificar possibilidades de diálogo e cooperação.

O Brasil entende que se deve buscar um enfoque progressivo e, na medida do possível, consensual com vistas à adoção do relatório global, bem como que os Estados, o próprio Alto Comissariado e as organizações não-governamentais de direitos humanos devem engajar-se numa discussão construtiva sobre sua viabilidade e sobre sua possível estruturação.

Conselho de Direitos Humanos

O Brasil reconhece na promoção e proteção dos direitos humanos um dos pilares da construção das Nações Unidas, ao lado da paz e da segurança, e do desenvolvimento. A proposta de criação de um Conselho de Direitos Humanos, que viria a conferir a esse tema prioridade compatível com a realidade atual, em

compasso com a evolução por que passou o sistema internacional de direitos humanos nos últimos anos, merece atenta consideração.

Uma reflexão mais aprofundada a respeito deverá incluir questões mais específicas, como a natureza, a composição e as atribuições de tal Conselho, assim como sua interação com os demais órgãos das Nações Unidas. Será importante definir, numa tal estrutura, o papel e as funções do Alto Comissariado.

Fortalecimento do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

O Relatório “Em Maior Liberdade” do SGNU e o Relatório do Painel de Alto Nível sobre “Ameaças, Desafios e Mudança” coincidiram em identificar a clara contradição entre a obrigação de promoção e proteção dos direitos humanos da Carta das Nações Unidas e a alocação de apenas 2% do orçamento regular da Comissão para o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

O Brasil compartilha da convicção de que se faz necessário fortalecer o financiamento do EACDH para o desempenho adequado de suas funções, o que se deve implementar, primariamente, por meio de aumento do orçamento regular do Escritório, bem como por contribuições voluntárias não condicionadas.

O fortalecimento do Alto Comissariado deverá dar-se não apenas nas suas funções de monitoramento, como também naquelas relacionadas à cooperação técnica para a promoção e proteção dos direitos humanos nos Estado.

Tão importante quanto o fortalecimento do financiamento ao EACDH é a questão do fortalecimento do seu pessoal, tanto no sentido de que o Escritório conte com recursos humanos suficientes para o adequado desempenho de suas funções, na sede e nos escritórios regionais, quanto no sentido de que o pessoal do EACDH disponha de adequada representatividade geográfica e regional.

Relacionamento do ACDH com o Conselho de Segurança das Nações Unidas

O Secretário-Geral igualmente recomenda que o Conselho de Segurança envolva mais ativamente a Alta Comissária em suas deliberações, inclusive nos mandatos das operações de paz e sobre situações em países específicos, tornando regra geral esse diálogo. O Brasil entende que eventual aprofundamento do relacionamento entre o Conselho de Segurança e o Alto Comissariado deve ser objeto de consideração cuidadosa, com a preocupação especial de se evitarem confusões entre os mandatos dos dois órgãos.

Deve-se, de um lado, ter em conta a função precípua de cooperação em matéria de direitos humanos do Alto Comissariado, bem como, de outro, que a ação do Conselho de Segurança deve ser restrita a situações que configurem ameaça ou violação à paz e à segurança internacionais.

Nessa perspectiva, o maior relacionamento do ACDH com o Conselho de Segurança deve ocorrer apenas naqueles casos em que situações de ameaça ou ruptura da paz e da segurança internacionais estejam associadas a questões de direitos humanos.

United Nations Reform

Achilles Zaluar, Foreign Affairs Ministry

1. Reform of the Security Council

Brazil considers that the UN Security Council reforms process reached a dynamism and maturation level never seen before, as demonstrated the accounts on this subject in the current General Assembly. Recent debates on the strengthening and revitalizing of the United Nations, generally, and specifically the UNSC reform showed that it is prevailing nowadays the feeling according to whom it is already time to correct the lack of representativity, legitimacy and effectiveness of this body, with the entrance of new permanent and non-permanent members. As reminded by the Secretary-General Kofi Annan, we are nowadays in a historical crossroad, not less decisive than that of 1945.

This idea, reflected by the abstract of the debates on this issue written by the 49th UN General Assembly President – Minister Jean Ping of Gabon – converges to the position adopted by Brazil, and by many of our partners, as to the existence of a historical opportunity that can not be missed by the international community. Brazil is acting with determination and senses of urgency, aware that we must assume our responsibilities to this effort for the reform.

Our positions and acting procedures on the subject are informed by the following basic elements:

- i) the schedule for the submitting of the UN and UNSC reform questions can not be set by any country alone. This question transcends the nations' agendas, and gathered momentum because of recent facts, like the increasing of the danger related to the international terrorism and the intervention in Iraq, which was decided without consulting the UNSC and even confronting this body's authority. In our opinion, the decision of Kofi Annan on assuming the leadership role in a new effort to the

strengthening of the collective security system of the United Nations is due to that facts;

- ii) as shown by the name attributed to the "*High Level Commission*" established by the UN Secretary-General, the international community is facing new and old threats and has before it the challenge of changing, without whom it will be weakened in following the goals of the San Francisco Agreement. The binding to the view that inspired the writers of the UN Charter imposes the updating of the structures related to international agreement on peace and security;
- iii) face to the increasing complexity of issues under the range of the UNSC and the intensifying of its activities, the lack of permanent members from the underdeveloped world is an expressive deficiency;
- iv) therefore, Brasil is acting for a reform which provides the necessary presence of Latin America and Africa among the permanent members of an amplified Security Council;
- v) the showing up of the assymetry and limitations of the decisory structures of the UNSC is not a new event. This structure still reflects the circumstances of the immediate post-Second World War period, with its number of members altered from eleven to fifteen more than forty years ago (1961). Since then, it has not experimented any changing, although the number of UN members has been increased from 51 to 191 states;
- vi) the modern status of the Security Council shows a serious and increasing absurd. The expansion of the body's attributions without treating the representativity unbalance only tends to make worse the arguing about it, as well as compromises the effectiveness of its actions;
- vii) the boundaries of the UNSC reform have been discussed for more than a decade. However, this is a new moment, which

favors a larger agreement on this issue. On this process, Brazil wishes to contribute to a new agreement onto ideas that are able to avoid additional – and possibly unrepairable – damages to the collective security system;

- viii) the creation of the “Group of Four” (G-4) happens in the context of this acceleration of the United Nations reform process and of important conceptual progress. Fortunately the G-4 shows that the prejudicial theories against countries of the developing world, which would only make stronger the exclusion of Latin America, Caribe and Africa countries of the condition of permanent member, were overcome. It’s important to point out that the G-4 has already adopted the position for the presence of an African country among the new permanent members;
- ix) Brazil considers that the conceptions as the creation of a semi-permanent members category represent a conceptual and practical withdrawal. This formula doesn’t allow us to get over the fundamental unbalance, of sound and influence, that exists in the Security Council today, due to the representative deficit of the developing world on the category of permanent members. A creation of a category of semipermanent members would do the unbalances of the UNSC even more notorious, jeopardizing the current reform process. The mere non permanent chairs increase will as well not contribute to do the Security Council more representative and legitimate, as it will perpetuate the African and Latin/Caribbean developing countries’ exclusion from the permanent member category.
- x) Brazil shares the urges of many other countries for a greater democratization of the United Nations Security Council. Ideally a more democratic Security Council would be one that all the members were equal. Nevertheless, we should recognize that, in the current circumstances, this is a real impossibility, due to the permanent members’ present resistances. Face to this fact, Brazil defends the enlargement of the permanent members’ numbers, contributing to a greater democratization of the

Council's process of decision other than the perpetuation of the prevalent situation or only an enlargement in the non-permanent category.

- xi) Brazil is committed to a decision process which is more transparent and represents the diversity of the countries that join the international community, whose numerous majority is constituted by developing countries.
- xii) besides the desirable and necessary change in the UNSC structure, the inclusion of new permanent members and the expansion of the non-permanent members number would increase the chances of a better rotating in this last rank, with evident benefits for a larger democratization of the Council.

Based on the above mentioned elements, Brazil has stated his demand for a permanent place in a reformed Security Council. Besides the requirements related to demographic, territorial and economic aspects of the possible new permanent members, Brazil has as one of its characteristics a diplomatic action which is ruled by the principles and goals that inspired the creation of the United Nations: the peaceful solution of controversies, the peoples self-determination, the respect to the international law, the cooperation for the social and economical development. We live in peace with our neighbour countries for more than a hundred years. We have promoted the

If it's true that the condition of permanent member may bring projection, it also implies a series of burdens. When disposing to assume the responsibilities that are inherent to the permanent member condition, Brazil wants to work with its regional partners for the improvement of an effective international cooperation, able to set us free from war dangers and promote the safety and the social and economic development of the nations.

As President Luiz Inácio Lula da Silva has asserted " the proper name of peace is social justice". Brazil's actions on the international context, in cooperation and partnership with other countries, reflects our perception that the boundaries of a prevalent military vision con-

cerning peace and security maintenance's process in the world are clear. It explains our efforts on fighting hunger and poverty, our commitment to an UN reform which includes the Security Council's enlargement in its two categories, the General Assembly's revitalization, and the ECOSOC's strengthening. In the Brazilian point of view, ECOSOC must act in straight coordination with the UNSC in order to take an outstanding role in the post-conflict reconstruction, and, overall, in the conflicts' avoidance. As Secretary-General Kofi Annan has said on his announcement in the 59th UNGA "there will be no peace nor safety, not even for the more privileged among us, in a world that is still divided between the extremes of poverty and wealth".

2. General Assembly

The report of the High Level Panel has relevant comments concerning to the unique attributes of the General Assembly and the importance of rationalizing its agenda and of better focusing the efforts of its Commissions to restore its preeminency in the debates and deliberations of the international issues that are brought to its care.

Brazil considers that the UNGA must be politically strengthened. The UNGA must guide the efforts of the United Nations as a whole and assume its role as the major *forum* which turns real and loud the principles of the UN Charter.

By summoning a series of global conferences on social, environmental and development themes, and by adopting the Millennium Statement, the General Assembly has showed its unequal skill of *forjar consensos* on important subjects of global interest. It has also had a significant role to the development of the International Law, remarkably on guiding the International Crime Court creation process. This fact shows that an UNGA effective action is as necessary as possible.

Brazil considers that the General Assembly's works must be better focused on the contemporaneous international issues that are more relevant. Its agenda could be reorganized in order to avoid the annual repetition with less impact and visibility. Improvements on the work procedures, however, cannot replace a political decision by the State members of using the General Assembly's full potential

for the international peace and security maintenance and for international cooperation.

Some sensitive issues mentioned by the High Level Panel's report, such as the use of the "protecting responsibility" concept as a base for the use of strength and the creation of a terrorism definition which would receive generalized support, could be more seriously considered by the General Assembly, in order to reach common understandings concerning its goal and application.

3. Economic and Social Council

Brazil considers that the reform of the United Nations must strengthen the Organization's security and development dimensions. There is a constant risk that emphasis on security – detected before everything like threats which affect more affluent countries – sets aside the effort to coordinate global actions to end poverty and hunger, according to the United Nations Millennium Development Goals (MDG). Even if we recognize the connection between security and development, there is also a risk that the security aspects of an issue could overcome the development side. As the High Level Panel correctly asserts, power, wealth, and geography differences determine what we realize as the biggest threats to our survival and welfare. We agree that there must be a mutual threat recognition between North and South, and we also agree with the UN Millennium Project about the need of a new way to mobilize additional resources for the MDG's achieving.

There is yet a lack of a strategic vision of the globalization process that identifies the risks and that creates opportunities to the excluded groups and societies. Without a common understanding on the challenges of globalization, it will be difficult to forge a new agreement between North and South. A good beginning on this effort was done by the *World Commission on the Social Dimension of Globalization* report in 2004.

The UN, particularly the ECOSOC, unites peculiarly favorable conditions to develop a common globalization understanding, combining both dimensions of security and development, task that is often left to restrict groups, such as the *G7/G8*, and to the civil

society through meetings like the forum of Porto Alegre and Davos . The United Nations have three big trump cards on this area that cannot be found anywhere else: its integrating capacity to peace, security and development; its summoning power for discussions about big themes, such as demonstrated in Monterrey and Johannesburg; and its moral authority and capacity to mobilize bases' support. We could add a fourth trump card: its legitimacy derived from universal participation.

The ECOSOC revitalization could create an universal and intergovernmental counterpart to the process of Porto Alegre and Davos, and to the G7/G8. We must reject scepticism with respect to the UN as well as on economical and social themes and on ECOSOC potencial. Many proposals that were originally published by the regional economic commissions or in the General Assembly have won the battle of ideas against what is called "*Washington Consensus*". There were many improvements on the ECOSOC work methods on the last decade. The high level segment, with a thematic focus, and the dialogue with the Bretton Woods intitutions and the WTO are real advancements. The *Ad Hoc* Groups for Burundi, Guine-Bissau and Haiti represent also a progress, used as inspiration for the proposal of the creation of a Peace-Building Commission by the High Level Panel.

Brazil considers that:

- a. The post-conflict reconstruction and the conflicts' prevention must be integral parts of the ECOSOC mandate, referring to the "*ad hoc*" consultive groups experiences in the stablishment of the Peace-Building Commission context;
- b. A voluntary mechanism could be establish through which countries could require to ECOSOC its progress avaliation concerning the MDG (and, when appropriate, concerning to the "*Brussels Program*" on less developed countries and other internationally agreed goals) and a strategic concept which allows the country to reach them. The *NEPAD's* Peer Review Mechanism experience could be an inspiration resource.
- c. The article 66 (3) could be used to end the duplication between

the UNGA and the ECOSOC. Through a resolution the UNGA could delegate to ECOSOC the task of evaluating the results from the global conferences about social and economical issues, including Monterrey, Johannesburg, and the accomplishing of the Millenium Development Goals. It would allow the General Assembly to concentrate in political issues that are priority (and in legal and budget questions) instead of execution questions.

4. Peace-Building Commission

The UNSG recommends the Security Council to establish a Peace-Building Commission (PBC) after consulting the ECOSOC. Brazil supports the creation of this Comission, and agrees with the need of a body which is institutionally in charge of considering the emerging conflict countries' situation or countries that approaches dangerously to cases which can represent threats to international peace and security.

However, we are not convinced of the wisdom of establishing such a body only under the range of the Security Council. Despite the construction of peace be a complex task, with many aspects that relates it to the Security Council, our point of view is that peace is built through an economically and socially-centered approaching and not through coercion.

This Comission must respect the sovereignty of those countries where it should be in charge of building peace. Concerning the Comission representation, it must be remembered that the participation only of the donating countries is no guarantee of success, when the receptable country's commitment and the regional countries as well as the international financial institutions' participation can be the most important factors on this subject.

In recent cases, such as Haiti, East Timor, Guiné-Bissau and Burundi, the ECOSOC has been for a long period of time closely involved with the searching of a sustainable solution, contributing, therefore, to assure that the conditions that led to a crisis will not reappear again.

Many important aspects of the constitution proposal of the Peace-Building Commission require more preparation as well as

its composition, the roles, and the participation ways of other intergovernmental institutions and its deciding process.

5. Human Rights Council

The General Secretary's recommendations in his report "In Larger Freedom" , on the human rights subject, have been taken with interest and attention by the Brazilian government as well as the recommendations about the object issued by the High Level Panel on Threats, Challenges and Changes. It constitutes an important contribution to a reflection about the reinforcement of the human rights' international protecting system, which Brazil considers necessary, and to whom intends to participate in an active way.

The Brazilian support to the improvement of international human rights' system coincides with the foreign affairs policies which have been developed by Brazil on this subject since the end of the military dictatorship. Brazil is signatory of all the main international means of human rights, adopts an international cooperational attitude, and disposes itself to receive the HRC thematic reporters through "permanent invitation". The Brazilian commitment to the human rights' cause is reinforced by the participation of Brazil in the HRC, almost uninterrupted since 1978.

Global Report on Human Rights

In order to improve the system, Brazil has been proposing the elaboration, by the High Commissioner (HCHR), of a global report which would offer a wide and objective survey about the human rights' situation all over the world. We are convinced that a global report with independence and legitimacy attributes which would be assigned by its creation by High Commissioner would contribute a lot to reduce the politization and discerning rate that is found nowadays in the Human Rights Commission's works.

The High Level Panel offered relevant observations on the credibility of the Human Rights Commission towards the perceptions

that “double standards” are adopted in the treatment of human rights’ issues. Brazil considers that it is essential to guarantee the effectiveness and credibility of the UN human rights’ system that the High Commissioner, as recommended by the High Level Panel, prepares an annual report about the human rights situation all over the world.

Since 1998, during the 56th Human Rights Commission Section, Brazil defends a preparation of a global report about the situation of human rights all over the world. This report preparation by an independent and impartial international organization, to the Brazilian government, is shown as a fundamental attitude to the effectiveness of universality and non-selectivity principles of human rights concerning to their accountability.

This global report will also reinforce the multilateralism on the subject treatment, due to the existence of reports that are unilaterally prepared by certain countries about the human rights’ situation in all the others.

Brazil understands that the Global Report on Human Rights, besides including all the globe, must include all rights, from civil and political rights to economic, social and cultural ones. In order to guarantee more effectiveness it must content the human rights progress and problems in each country, and, concerning the observed problems, point out dialogue and cooperation possibilities.

Brazil considers that a progressive and consensual focus must be searched, in order to adopt the Global Report, and also that the States, the High Commissioner, and the non-governmental human rights organizations must join a constructive discussion about its viability, and about its possible structure.

Human Rights Council

Brazil recognizes on the human rights’ promotion and protection one of the grounds of UN construction, beside peace, security and development. The proposal of the Human Rights Council creation, which would set priority to this theme in compatibility with the current reality, beside the evolution of the international human rights’ system in the last years, deserves attentive consideration.

A more profound reflection on this issue must include more specific questions, such as nature, composition, and powers of such a Council, as well as its interacting with the rest of the UN organizations. It will be important to define in such structure the High Commissioner role and duties.

Un High Commissioner to Human Rights Strengthening

The UN Secretary-General report “In Larger Freedom”, and the High Level Panel report about “Threats, Challenges and Changes” coincides on identifying the clear contradiction between the obligation to promote and protect the human rights of the UN Charter, and the allocation of only 2% of the regular budget of the Commission for the Office of the UN High Commissioner for Human Rights (OHCHR).

Brazil shares the idea that is necessary to strengthen the funding of OHCHR to the adequate performance of its duties, which must be accomplished, primarily, through an increase of the regular budget of the OHCHR, as well as for not conditioned voluntary contributions.

The High Commissioner strengthening must occur not only on its observing duties but also those related to technical cooperation to promote and protect human rights in the countries.

As important as the funding strengthening of the OHCHR is the question of its staff’s strengthening, including the idea that the Office count on enough human resources for an appropriate performance of its duties at the headquarters and regional offices, and that the OHCHR staff count on appropriate geographic and regional representativity.

HCHR Relationship with the UNSC

The Secretary-General also recommends that the Security Council encompass more actively the High Commissioner in its deliberations, including the directives of peace operations, and situations in specific countries, becoming this dialogue a general rule. Brazil considers that an eventual intensifying of the relationship

between the Security Council and the High Commissioner must be an object of careful consideration, with the special concern of avoiding problems between the two organizations' mandates.

It must be considered, on one side, that the cooperation concerning the human rights' issues is the most important duty of the High Commissioner, as well as, on the other side, that the Security Council's action must be restrict to situations that reveal threats or violations to peace and to international security.

On this perspective, the most intense relationship of HCHR with the Security Council must occur only in those cases in which the situations of threat or rupture of peace and international security are associate to human rights questions.

聯合國改革-高級戰爭學院(Escola Superior de Guerra-ESG)予中國國際戰略學會代表團(Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais-CIIESS)陳列指南

Aquiles Zaluar
巴西外交部

DNU, 25/5/2005

1. 安理會改革

經過本次聯大會議表明,巴西自評聯合國安理會改革過程已達到前所未有的活力和成熟。近期關於鞏固和活躍聯合國地位的討論,尤其是安理會改革,證明國際社會感覺到可由新加入常任和非常任理事國來修正聯合國代表,正統,效率虧欠的時機。安南(Kofi Annan)秘書長提醒我們正處於歷史十字路口,決定性不亞於 1945 年。

這感覺對影在第 59 任聯合國大會總理加蓬國部長的摘要,有關於此問題的討論。匯合巴西和許多伙伴評估後,國際社會一致認為不能浪費這歷史時機,壯明我們不能逃避改革責任,巴西有明確迅速的行動。

我們的方位和實體行動有下列數點為基礎:

- i) 聯合國改革指引時日表,尤其安理會改革,不是由任何單獨國家斷定。由於最近重大事件,譬如國際恐怖份子惡化和伊拉克戰爭,使聯合國權威受到嚴重的考驗。安理會改革於是得到猛烈回應。依我們理解,安南因此決定領導加強聯合國共同安全系統;
- ii) 聯合國秘書長設立的高級別名人小組指出:國際社會常遇上無論新舊的恐懼,聯合國都需接受挑戰。國際和平與安全要求組織更新和調整,以忠實創立聯合國舊金山憲章之宗旨;
- iii) 在安理會管理事件日益複雜和加強活動項目,發展中國家常任理事國之缺席構成嚴重的缺陷;
- iv) 因此,巴西贊助安理會改革擴大常任理事國,確保拉丁美洲與非洲的席位;
- v) 安理會決定結構的不對稱與有限度已有時日。此結構為二次大戰後的映照,會員在 1961 年從十一增至十五國。從此之後,雖然會員國幾乎增加四倍,從五十一至一百九十一國,決定結構未曾經過任何改變;
- vi) 現實安理會陳現出嚴重與越來越不均等之決定結構。機構範圍擴展但不審核它代表性不平衡,會影響機構聲譽和行動效率;
- vii) 安理會改革輪廓討論歷時已十年,但現今是全新協議時刻。這過程中,巴西希望對共同安全做出貢獻,匯合意見。避免機構腐蝕;
- viii) 四國組(G-4)之崛起發生在加強聯合國改革的思路。所謂 G-4 已表明不歧視發展中國家加入常任理事國,也同意非洲加入新常任理事國一席;
- ix) 巴西認為創立所謂“半常任理事國”的概念代表著觀念倒退。這辦法無法解決有關於發展中國家於安理會代表之不平衡。半常任理事國階級的創立只會加深已存在的不均稱,使改革過程受危害。單純增加非常任理事國的席位,對安理會的代表正宗性無所貢獻,只能排除非洲,拉丁美洲加勒比發展中國家參與常任理事國的可能性;
- x) 巴西與許多其他國家渴望聯合國安理會民主化。理想中的安理會應當是所有會員國平等,實際上,我們承認這是一個不可能的理想。因此,巴西維護安理會常任理事國的擴大,為安理會決權結構民主化做出貢獻,反對維持現狀,反對只擴大非常任理事國的席位;
- xi) 巴西許諾使決權過程明顯,更具國際社會眾多國家的代表性;
- xii) 除此之外,新常任理事國的加入與非常任理事國席位的擴大將會增加輪流執政的機會,無可置疑的使安理會民主化。

基於上述數點,巴西公開請求改革後安理會常任理事國一席位。除基本條件如人口,領土和經濟對未來新常任理事國的要求,巴西的外交特徵,基點,宗旨與創立聯合國的靈感有共鳴:和平解決爭端,人民自決心,尊重國際權力,合作開發社會經濟。我們與鄰國和平共存有一百多年,我們促進地區結合。為了達到理想中的目標,那就是所有地區國家分享財富,在安理會範圍,於九期非常任理事國任期,我們有適當的時機實現我們對跨國和平的諾言。

無可否認常任理事國的地位給予會員國聲望,但相對的付出也增大。巴西出任常任理事後,希望能和區域夥伴推動國際合作發展,同時維護世界和平。

巴西總統魯拉言:“和平不符社會平等”。在巴西的評估,世界和平的建設維護,大部分由

軍事行動為基礎。因此我們期望以打擊貧窮、飢餓為前提來進行聯合國改革，包括安理會擴大和加強經社理事會和聯大會議的重要性。以巴西眼光，經社理事會應當與安理會同步而行。戰後重建的角色該由經社理事會擔任。秘書長安南於第 59 聯大會議上說：“不論階級，貧富懸殊引爭端。”

2. 聯大會議

高級別名人小組報告中指出聯大會議的重要，其時間表的安排應注重國際事件，充分考慮所有地區組織和會員國之利益。

巴西認為聯大會議之鞏固當由安理會領導，安理會有實踐憲章宗旨的重任。

當一連串有關社會發展的世界性會議展開，聯大會議展現出它無可取代的能力。由千年宣言至創立國際刑事法庭和發展國際法律，聯大會議之重要有目共睹。

巴西認為聯大會議工作應集中在近期世界性的事務，其時間表可重整，避免年年重覆與影響不大的問題，工作程序的更改不能影響會員國使用聯大會議來維持和平安全或促進國際合作。

高級別名人小組報告中的某些敏感事件，譬如保護責任概念中之武力使用與恐怖份子的定義(此定義已被大部份會員國接受)，此二觀念皆可加入聯大會議討論範圍，講求民主，匯合意見，穩步推進，達成共識。

3. 經社理事會

巴西認為聯合國改革應加強安全和組織發展。按照千年發展目標(MDM)，安全問題常超出根除貧窮、飢餓行動，原因是較有影響力的國家受到較多的恐嚇，當安全與發展兩問題並論，安全常重於發展。高級別名人小組正確指出權力差別、財富分配、地理位置對民族生存的威脅。我們承認南北軸恐嚇存在，我們也贊成千年計劃需要適當經費的調度來實踐千年發展目標(MDM)。

另一方面，還缺乏可釐定風險和創造給被排社會之機會的遠見。若無全球理解，難達一個新南北共識。一個好指標請參見 2004 年全球社會尺度委員的 OIT 報告。

無論安全與發展，聯合國經社理事會具有達成全球性共識的條件。此重任有時交在一狹小集團如 G7/G8，有時交于平民社會如 Davos 和 Porto Alegre 等地方討論會。聯合國有三大主持此性質會議是輕重之條件：一，結融安全、發展的能力；二，召集世界性會議如 Monterrey 和 Joanesburgo；三，有權威推動基層支持。另可加上第四條件，全世界參與的正統。

更新的經社理事會或許影響如 Davos 和 Porto Alegre 等地方討論會。我們不該懷疑聯合國對此性質會議的能力。許多地區經濟委員的提議經過聯大會議皆能推展所謂華盛頓共識。高級階層、世界貿易協會 OMC 和 Bretton Woods 機構的對話都是實際改善。其他例子有布隆迪、幾內亞比紹、海地。此三例為高級別名人小組和平建設委員會方案之靈感。

巴西認為：

- 戰爭後重建事務與預防戰爭當列入經社理事會範圍，並以和平建設委員會之案例為模範；
- 可建立一個屬經社理事會審核機構，按照千年發展目標(MDM)進度為基礎。至於未開發國家的審核，可用 Bruxelles 綱要或其它國際協同目標，此機構應當指出達到目標的策略，可採用 NEPAD 雙審核制度經驗；
- 可使用憲章第 66 條(3)來排除聯大會議和經社理事會重疊。經過決議，聯大會議可委託經社理事會評審如 Monterrey 和 Joanesburgo 性質會議結果，還有實行千年發展目標 MDM。如此聯大會議可專注於優先事件如法律、經費。

4. 和平建設委員會

聯大會議建議徵求經社理事會意見由安理會建立和平建設委員會，巴西支持委員會的創建也同意該會負責戰後重建工作和預防戰爭發生以維護世界和平。

關於和平建設委員會由安理會負責創立，我們持有保留的態度。雖然和平建設的工作複雜又多元化。還與安理會有許多共同點，從我們的眼光看來，和平該由社會、經濟方面著手，而不是強制、約束。

該委員會應該尊重和平建設國的主權。關於委員會代表性，捐贈國參與與不保證成功。其它重要成功因素有接納國和鄰國的承諾，世界金融機構協助。

譬如近發生事件：海地、東帝汶、幾內瓦比紹、布隆迪。經社理事會設法實行長期性質解決

方法,使類似爭議不再復發。

和平建設委員會的結構仍需仔細討論。提議中成員,角色,範圍,決權,其它機構參與等項有待研究商討。

5. 人權理事會

秘書長於“大自由”報告中關於人權方面的建議和高級別名人小組發表有關恐嚇,挑戰,改變事項受到巴西政府重視。這些項目對於國際人權保護有非凡意義。因此巴西政府打算積極參與。

從巴西國內政府民主化開始,巴西協助國際人權保護系統是穩固持久的。巴西是所有國際性人權保護文件簽署國,持有國際合作態度,並且接受人權理事會報告人“永久性”邀請。巴西對於人權方面的承諾和貢獻可見於 1978 年無間斷於人權理事會的參與。

全球人權報告

為了系統改進,巴西提議由高級委員制作全球性報告。我們相信一個獨立,無偏的人權報告有助於減少政治挑選的地方性質,如此行動才能有效推動世界各地人權工作。

高級別名人小組表示對雙標準人權處理關心。巴西認為高級別名人小組建議由高級委員籌備年度世界性人權報告有助提高聯合國名聲,實質增加效率。

從 1998 年開始,巴西於第 56 個人權委員會維護制作全球性人權報告。由一個獨立,不受任何政府影響的機關來制做此報告。巴西認此為改革全世界和不挑選性的準則。

報告還能增強事件處理之多元化。遠勝於由某些少數國家制造出地方性人權概況。

巴西理解全球性人權報告該包括所有權利如民事,政治,經濟,社會,文化。為保證效率,應該出示各國的進步與困難,至於發現困難,該設法由對話,合作解決。

巴西也理解注意力應集中於人權進步。有可能的話,達成共識制造全球性報告。參與討論單位是全體會員國,高級委員會,非政府人權機構。

人權理事會

巴西承認保護推動人權是建造聯合國的支柱之一,其它支柱有和平,安全和發展。成立人權理事會方案。有鑒於這幾年來人權問題的進展。現今事實需要,理當認真考慮。

深思熟慮後,該包括細節如理事會性質,成員,責任与其它聯合國理事會之互動。最要關節是確定高級委員會的角色。

聯合國人權高級委員會之加強

聯大會議報告“大自由”與高級別名人小組報告之“恐嚇,挑戰,改變”同時指出聯合國憲章與維護人權義務矛盾。只有 2% 正常經費撥給人權高級委員會。

巴西認定此經費不足以供應人權高級委員會運轉。經費需提升,可討論增加正常經費百分比或會員自願奉獻。

高級委員會之加強不限於審查,應包括國於國之間的人權保護與提升的技術合作。

除資金問題,人權高級委員會人力資源仍待加強。不論總部或區域委員會,人力資源該有適當的代表性質。

人權委員會與安理會之間關係

秘書長也建議安理會加入高級委員會的事務,包括國家安全狀況。巴西理解此關係應當小心考慮,特別注意勿混淆二機構的職責。

首先應該認定人權委員會的職責範圍。另一方面安理會只負責國際安全和平的維護。

如此看來,人權委員會與安理會之間關係僅限於當國際安全和平遭受恐嚇與人權問題同時發生。

A grande responsabilidade e o longo caminho da reforma da ONU

Wang Yibin, Assessor Senior do CIISS

No ano de 2005, a ONU completa 60 de anos; para ela é um ano de grande importância. A reforma da ONU é uma questão crucial para a comunidade internacional. A reunião que será realizada no mês de setembro deste presente ano terá um impacto decisivo no papel e no desenvolvimento futuro desta instituição. Abaixo exporei algumas opiniões pessoais acerca de determinadas questões da reforma da ONU.

1. Conteúdo principal da reforma da ONU

No dia 21 de março de 2005, o secretário geral da ONU Kofi Annan, ao apresentar à Assembleia Geral o relatório intitulado de “Grande liberdade: segurança, desenvolvimento e direitos humanos para todos”, apresentou também uma série de medidas para a reforma da ONU: 1) ampliar o Conselho de Segurança da ONU, passar de 15 estados-membros para 24 estados- membros. Para essa ampliação há duas propostas: **A**, aumentar seis membros permanentes sem poder de veto; proposta **B**, aumentar oito membros semi-permanentes (permanência de quatro anos no cargo com possibilidade de prorrogação) e dois membros não-permanentes pelo tempo de dois anos; 2) aumentar a influência da Divisão de Direitos Humanos ainda pertencente ao Conselho de Assuntos Econômicos e Sociais. Criar o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Transformar o Conselho de Segurança, o Conselho de Assuntos Econômicos e Sociais e o Conselho de Direitos Humanos nos órgãos mais importantes da instituição; 3) padronizar o processo de uso de força militar da ONU. Definir pela primeira vez o terrorismo. O relatório enfatiza que o sucesso ou o fracasso da reforma depende basicamente da reforma do Conselho de Segurança e a ONU solicita aos países que reflitam sobre as questões da ampliação do Conselho de Segurança levantadas pela Alto Comissariado.

Após o período da Guerra Fria, a reforma da ONU tornou-se o principal assunto. Dentre os tópicos em discussão, a reforma do Conselho de Segurança é o mais importante de todos. No ano de 1993, a 48ª Assembléia Geral decidiu criar um grupo de trabalho especificamente para a reforma do Conselho de Segurança. No mês de março, na 51ª Assembléia Geral, o presidente da Assembléia juntamente com o líder do grupo destinado à reforma do Conselho de Segurança apresentaram um pacote de reformas para tal órgão: sugeriram acrescentar cinco membros permanentes sem poder de veto (2 vagas para países desenvolvidos, uma vaga a Ásia, uma vaga a África e uma vaga a América Latina) e quatro membros semi-permanentes (uma vaga para cada região abaixo: Ásia, África, América Latina, Leste Europeu). No mês de julho do mesmo ano, Annan apresentou então a proposta de reforma completa a Assembléia. Os pontos principais da proposta são diminuir os órgãos, aumentar a eficiência, diminuir os custos de operação e empregar o dinheiro economizado através destas propostas para ajudar economias dos países em desenvolvimento.

Nesses últimos anos, a reforma do Conselho de Segurança foi discutida incessantemente por todas as Assembléias realizadas. Mas como a reforma do Conselho mexe com interesses de diversas partes, por implicar tanto em aumento do número de estados membros, como também em poder de veto, criou-se uma divisão evidente nas opiniões dos países. Chegar a um ponto comum entre todos é muito difícil.

No mês de novembro de 2003 criou o Alto Comissariado para estudar a questão da reforma da ONU. Esse grupo tem como objetivo estudar os desafios à segurança e à paz mundial no mundo atual e os principais problemas enfrentados pela ONU na sua reforma. No mês de dezembro de 2004, este comissariado levantou duas propostas para a ampliação do Conselho de Segurança: primeira proposta, aumentar seis membros permanentes sem poder de veto e, através de eleição, três membros semi-permanentes. Dentre eles, a África e a Ásia teriam cada, duas vagas como membros permanentes; o continente europeu e americano teriam então, uma vaga cada como membro permanente. Segunda proposta: aumentar oito membros semi-permanentes com cargo de quatro anos, sendo possível o segundo mandato, e aumentar um membro não-permanente. Para as vagas dos membros semi-

permanentes, cada continente, África, Ásia, Europa e América, teria direito a duas vagas.

2. A posição da China acerca da reforma da ONU

No mês de setembro do presente ano, todos os líderes de estado se reunirão na ONU para discutir a reforma desta instituição. Acerca da reforma da ONU, a posição chinesa é a seguinte: A China apóia a reforma do Conselho de Segurança, cujo objetivo é ampliação do Conselho para aumentar a sua capacidade e eficácia em administrar a segurança e a paz mundial e preservar a sua autoridade. A ampliação do Conselho de Segurança deve ser realizada sem nunca perder de vista o problema da eficiência da representatividade dos países em desenvolvimento. Todos os estados membros devem chegar a um acordo. O Conselho de Segurança da ONU é um órgão de extrema importância na preservação da segurança e paz no mundo. A ampliação do Conselho mexe com interesse de muitos. Disputas durante a reforma é normal. O principal é que leve em conta as organizações de todas as áreas e os interesses nacionais de cada país. A reforma deve ser democrática, ter discussões pacientes e maduras e desenvolvimento firme. Somente uma decisão nascida de discussão poderá acrescentar verdadeiros benefícios à autoridade e a eficácia do Conselho de Segurança. E também somente assim terá a ampla confiança e o apoio dos países envolvidos. A China apóia qualquer medida que beneficie a união e a harmonia dos estado-membros nesse processo. Para nós, as duas propostas levantadas pelo Alto Comissariado devem ser uma referência, isto é, a ONU deve ser mais receptiva e ouvir outras propostas de reforma e opiniões. Não existe um calendário para a reforma do Conselho de Segurança e não se deve de forma alguma realizar as reformas de forma apressada. As reformas devem ser realizadas visando os interesses a longo prazo da instituição. De forma alguma deve se permitir que propostas imaturas sejam aprovadas à força. A reforma do Conselho de Segurança da ONU é somente parte da reforma geral da ONU. As outras reformas possuem também um grande peso. A China não gostaria de ver as disputas sobre a reforma do Conselho de Segurança prejudicar as outras reformas da ONU, e muito menos, presenciar divisão dentro da ONU devido a essas

disputas, as quais podem prejudicar a preparação e as discussões do encontro dos líderes de estado no mes de setembro.

3. As dificuldades enfrentadas pela reforma da ONU

Com sessenta anos de história, a ONU decidiu neste ano se renovar e revitalizar. Pode-se dizer que o desejo dos estados-membros em relação à reforma da ONU e aumento da sua eficácia e sua adaptação aos novos tempos. No entanto, os 191 países membros possuem opiniões diversas acerca da reforma. Não há consenso. A reforma da ONU é uma reforma em varias frentes, e mexe com interesses importantes de todos os lados. É por isso que existe grande divergência tanto sobre o destino, o conteúdo, quanto sobre o foco da reforma entre os países membros. Será muito difícil chegar-se a um consenso num curto período de tempo. Annan considera que a presente reforma “ é a reforma mais difícil da história da ONU”. A começar, qual o foco e a forma de realização ideais à reforma? Há uma grande divisão entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos consideram o problema da segurança o mais sério de todos, então, para esse grupo, a reforma deve ser conduzida com esse foco; os países em desenvolvimento, por sua vez, consideram o desenvolvimento econômico a questão mais importante, então as reformas da ONU devem ser norteadas pelo aumento da promoção do desenvolvimento econômico.

Em segundo lugar, há ainda a questão das condições do emprego da força bélica. O relatório recomenda ao Conselho de Segurança explicitar os princípios vigentes para autorizar a mobilização militar, como também explicar e definir grau de ameaça, o objetivo da mobilização militar, compatibilidade entre a solução militar e a ameaça, a possibilidade de sucesso da ação militar, etc. Mas o relatório admite que há uma grande diferença de opiniões entre os países membros, pois dentro dessas grandes questões estão ainda várias outras embutidas: Um país tem o direito de realizar ações militares como medidas de precaução ou ação de auto-defesa frente a uma ameaça interminente? Tem o país direito de usar a força militar como precaução à ameaça potencial para auto-defesa? Tem o país o direito ou o dever de usar a força militar para a sua proteção e,

por conseguinte, causar destruição a uma outra nação ou etnia e/ou cometer crimes do gênero?

Consenso existe sobre a necessidade da ampliação do Conselho de Segurança da ONU na comunidade internacional, mas a forma desta ampliação e quais os países poderão se tornar membros está gerando grande discussões. As duas propostas apresentadas pelo relatório não foram aprovadas pela maioria dos membros. De acordo com a Carta da ONU, as decisões de grande peso devem ter a aprovação dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e mais 2/3 dos membros da ONU. O relatório apresentado por Annan possui certamente muitas sugestões interessantes, porém, quantas delas terão a aprovação dos membros da ONU? Não temos respostas no momento.

Além disso, sendo os Estados Unidos a única grande potência da atualidade e o país que mais contribui para os cofres da ONU, a sua decisão será determinante. Apesar de os Estados Unidos aceitarem oficialmente as propostas de Annan, em relação às questões concretas da reforma possuem eles as suas opiniões próprias. O governo Bush manteve, desde o início do seu mandato, uma atitude hostil em relação a ONU e pouco tempo atrás, nomeou o seu Secretário de Estado ao posto de Embaixador americano na ONU, aplicando assim, mais uma vez, a sua política ultra conservadora.

A conjuntura internacional está em grandes mudanças. A força da ONU só pode ser aumentada, de forma alguma pode ser enfraquecida. De acordo com os objetivos e princípios traçados pela Carta da ONU, é uma necessidade do tempo presente uma reforma sensata com o intuito de fortalecer o papel de liderança da ONU nos assuntos internacionais e aumentar sua eficácia frente aos novos desafios e ameaças. No entanto, como as reformas da ONU estão ligadas a diversos interesses de vários países e o futuro da comunidade internacional, elas devem ser impreterivelmente conduzidas de uma forma democrática e levar em consideração as posições levantadas pelos países em desenvolvimento. Deve-se chegar a um ponto comum através de exaustivas discussões. Não se pode nunca perder de vista a complexidade e o alcance a longo prazo das reformas. Não se deve forçar medidas imaturas nem impor prazos, assim, evitar-se-á maiores divisões e contradições entre os países membros da ONU.

The great responsibility and the long path of the Reform at the UN

Wang Yibin, Sênior Adviser, CISS

In the year of 2005, United Nations celebrates the 60th. Anniversary of the San Francisco Conference. For the Organization, it is definitely a very important year. The reform at UN is right now the main issue in the international community. The Assembly that will be held on September will be decisive on the future of the Institution. Next I will talk about some of my personal points of view on the reform at UN:

1. The main content of the UN reform

In the Secretary-General Kofi Annan's report "Larger Freedom: towards development, security and human rights for all", submitted to the General Assembly in March, it included broad proposals. (1). Enlarge the Security Council from the actual 15 state members to 24 state members. Proposal A: increase six permanent state members with no veto right, and three four years term semi-permanent state members, possible of being reelected. Proposal B: increase eight four years term semi-permanent state members, with possibility of being reelected, and increase two non-permanent state members. (2) Elevate the Commission of Human Right, actual subsidiary body from the Economic and Social Council. Create the Council of Human Right and make the Security Council, Economic and Social Council and Human Right Council the three most important organ of the institution. (3) Standardize the UN mobilization system. Define, for the first time, terrorism. The report emphasize that the success of the UN reform depends mostly on the reform of the Security Council, and urge the countries to think about the two proposals presented by the high level commissioner on the issue.

After the end of the Cold War, the reform at UN has become the main international issue, and the reform at the Security Council

is the most important reform of it all. In 1993, it had been decided in the 48th General Assembly the creation of a specialized group to attend the reform at Security Council. Assuming office in 1997, Secretary-General Kofi Annan took immediate steps to improve the functioning of the United Nations and carry forward reforms instituted by his predecessors. In a letter to the President of the General Assembly, the Secretary-General announces “track one” of his organizational reform program: it suggests to increase five permanent state members with no veto right in the Security Council (two developed countries plus one country from Asia, one from Africa and one from Latin America) and increase four non-permanent state members (one from Asia, Africa, Latin America and East Europe). On July of the same year, The Secretary-General issues his report on “Renewing the United Nations: A Program for Reform” .The principal measures were proposed to simplify the structure as well to as reduce costs and invest the saved money to promote the economy of the developing countries.

Lately, every General Assembly had put the Reform at Security Council into discussion. But since the enlargement of the Security Council with the increase of its permanent members, concerning also the matter of the veto right, touches the interest of several parts, it caused a clear division among the state members on this reform issue. A consensus is difficult to reach.

On November 2003, the Secretary-General Koffi Annan names High-level Panel on Threats, Challenges and Change. This Group was put in charge to investigate and analyse the threats and challenges to the actual international peace and security and the reform at UN. On December 2004, the Report of the High-level Panel on Threats, Challenges & Change: “A more secure world: our shared responsibility” was issued. With regard to the expansion of the Security Council, it presented two proposals. The panel suggests two options: one involving six new permanent members with no veto plus three semi-permanent members, Africa and Asia would have two seats each for permanent member. America and Europe would both have each, one seat as permanent member. The other proposal is based on eight new four-year, renewable seats that would be regionally distributed, plus one non-permanent seat. Africa, Asia,

Europe and America would have each two four-years renewable seats.

II. The Chinese position toward the reform at UN

In September of this year, all the state leaders will meet in the ONU to discuss the reform of this institution. Concerning the reform of the ONU, the Chinese position is the following one: China supports the reform of the Security Council, whose main objective is to enlarge the Council to increase its capacity and effectiveness in managing the world security and peace issues, besides preserving its authority. The enlargement of the Security Council must be carried through never losing of sight the problem of the deficiency of the representation of the developing countries. All the states members must arrive at an agreement. The ONU Security Council is an agency of extreme importance in the preservation of the security and peace in the world. The enlargement of the Council touches many parts' interestes. Disputes during the reform is normal. The most important thing is to take in account the organizations of all the areas and the national interests of every country. The reform must be democratic, carry patient and mature discussions and firm development. Only a mature decision derived from long discussion will be able to add true benefits to the authority and the effectiveness of the Security Council. And only this way, it will have the wide confidence and the support of the involved countries. China supports any measure that benefits to the union and the harmony of the state-members in this process. For us, the two proposals pointed by the High Commissariat must be a reference, that means, the ONU must be more receptive and open to other proposals of reform and opinions. There is no calendar for the reform of the Security Council and, in no way, should the reform be carried out hastily. The reforms must be carried through, aiming at the long run interests of the institution. No way should immature proposals be approved by force. The reform of the Security Council is just a part of a greater reform of the institution. The other reforms do have also a great importance. China would not like to witness the disputes on the reform of the Security Council harm the further reforms in ONU, and even less, to witness division inside of

the ONU due to these disputes, which can harm the preparation and the discussion of the meeting of state leaders in the September.

III. The difficulties of the UN reform

With sixty years of history, UN decided in this year to renew and to revitalize. One can say that the common desire of all state-members regarding the UN reform is increase its effectiveness and its adaptation to the new times. However, the 191 countries members have different opinions on the reform. There is no consensus. The UN reform is a reform in several fields, and it touches important interests of all the sides. That is why huge divergences exist among the members regarding the reform's destiny, content and focus. A consensus in a short period of time will be very difficult to reach. Annan considers that the present reform "is the most difficult reform of the history of UN". Firstly, what is the focus and the ideal form of accomplishment? There is a great division between the developed countries and the developing countries. The developed countries consider, of all, the most serious problem is the security, so, for this group, the reform must be carried through with this focus; the developing countries, in turn, consider the economic development the most important issue, then the UN reforms must be guided by the increase of the promotion on economic development.

Secondly, there is still the issue on the terms to the employment of the weapons. The report recommends the Security Council to expound the effective principles to authorize the military mobilization, and also to explain and to define threat degree, objective of the military mobilization, compatibility between the military solution and the threat, possibility of success of the military action, etc. But the report admits that there are several different opinions among the state members, for inside of these general questions is still several others inlaid: Has a country the right to carry through military actions as measure of precaution or action of self-defense against an intermittent threat? Has a country the right, for self-defense, to use the military force against potential threat? Has the country the right or the duty to use the military force for its protection and, therefore, to cause destruction to another nation or etnia and/or to commit crimes of the sort?

In the international community, consensus exists on the necessity of enlarging the Security Council, but the form of this enlargement and which countries can become members are generating big disputes. The two proposals presented in the report had not been approved by the majority of the members. According to the UN Charter, the big decisions must have the approval of the five permanent members of the Security Council and 2/3 of the members of the ONU. The report presented by Annan has certainly many interesting suggestions, however, how many of them will have the approval of the members of the ONU? We do not have answers at the moment.

Moreover, being the United States the sole world power in the present time and the country that more contributes for the funds of UN, its decision will be decisive. Although the United States accept officially the proposals of Annan, US possess its own opinions to the concrete issues of the reform. The Bush government kept, since the beginning of its mandate, a hostile attitude toward UN and just a while ago, nominated its Secretary of State to the post of American Ambassador in UN, thus putting into practice, one more time, its extreme conservative politics.

The international conjuncture is in big change. The power of the United Nations must be strengthened, in no way should it be weakened. To be in accordance with the objectives and principles written in the UN Charter, a sensible reform aiming at strengthening the role of UN leadership in the international community is a need of the present time, so it may increase its effectiveness toward the new challenges and threats. However, as the UN reforms touch the interests of several countries and the future of the international community, the reform must be carried through in a democratic way and never undervalue the ideas pointed out by the developing countries. A common decision must be reached through long discussions. It can never lose sight the complexity of the reform and the its influence in the long run. Immature measures must not be forced, nor stated periods must be imposed, thus, it will prevent bigger divisions and contradictions among the state members of the United Nations.

联合国改革任重道远

Wang Yi Bing

2005年是联合国成立60周年,对联合国是具有特殊意义的一年,联合国的改革是国际社会极为关注的问题,今年9月召开的联合国首脑会议将就联合国未来发展及作用做出重要决策,下面我就联合国改革的有关问题谈一下自己的观点看法:

联合国改革的主要内容

2005年3月21号,联合国秘书长安南向联合国大会做出了题为《<<大自由:为人人共享安全,发展和人权而奋斗>>》的报告,提出了联合国改革的一揽子方案。1 扩大联合国安理会,让安理会成员由目前的15个扩展到24个,具体方案又有两套:方案1建议增加6个没有否决得常任理事国及3个非常任理事国;方案2建议新增8个任期4年,可连任的准常任理事国席位,以及一个任期2年的非常任理事国席位。2

把属于经社理事会的人权委员会升格,成立联合国人权理事会,让安理会、经社理事会、人权理事会成为联合国三个并列的最主要的机构。3 规范联合国动武机制,第一次完整地定义恐怖主义,报告强调,联合国的改革成功与否取决于安理会的改革,并督促各国考虑联合国改革问题高级别名小组提出的有关安理会扩大的两个方案

冷战结束后,联合国的改革问题被提上日程,其中安理会的改革是联合国的重中之重,1993年,第48届联大决定成立安理会改革专门工作组,1997年1月,安南出任联合国秘书长后,开始着手对联合国进行改革,3月第51届联大主席拉扎利以安理会改革工作组主席身份提出安理会改革一揽子方案,建议安理会增加5个不享有否决权的常任理事国(2个发达国家,亚、非、拉各一席)和4个非常任理事国(亚、非、拉、东欧地区各1席),同年7月,安南就联合国改革问题向第51届联大提交了全面改革方案,方案主要包括精简结构,提高办事效率,削减财政支出和把时间省下来的资金用于发展中国家的经济建设等内容

几年来,每一届大会议都对安理会的改革问题进行讨论,但因为安理会扩大规模,增加常任理事国和否决权等问题涉及各方利益,导致各国成员对改革方案分歧很大,难以取得广泛共识

2003年11月,安南任命研究联合国改革问题高级名人小组,专门就国际和平与安全面临的挑战及联合国改革等重大问题进行研究,2004年12月,该小组提出了有关安理会扩大的两个方案,一是增加6个没有否决权的常任理事国以及3个经选举产生的非常任理事国,其中非洲和亚太地区各有2个常任理事国席位,欧洲和美洲增加1个常任理事国席位,二是增加8个任期4年,可选连任的半常任理事国和1个非常任理事国,非洲,亚太,欧洲和美洲将分别获得2个半常任理事国席位

二 中国对联合国改革的立场

今年9月,世界各国元首将齐聚联合国,讨论联合国改革大忌,关于联合国改革问题,中方的立场是一贯的,中国支持联合国安理会改革,改革的目的是要增强安理会维护国际和平与安全的能力,提高安理会的效率,维护安理会的权威,安理会的扩大因优先考虑发展中国家代表性不足的问题,应以全体成员达成共识为基础,安理会对维护世界和平安全负有重要责任的机构,安理会的扩大涉及各方切身利益,有争议是正常的,关键是要充分考虑到所有地区组织,国家的利益和关切,讲求民主,深入讨论,耐心磋商,稳步推进,唯有协商一致达成的方案才能真正有利于增强安理会的权威性和效性,才能赢得全体会员国的广泛信任和支持,对任何有助于弥何各方分歧,有利于维护联合国成员团结的安理会扩大方案,中国持开方态度,名人小组的两个方案都是原则设想,安理会的改革应该广开言路,有关讨论不应局限于两个方案,要集思广益,同等重视其它改革方案和想法,安理会改革没有时间表,不能急功近利,不可能一蹴而就,从维护联合国整体和长远利益出发,中方不赞成安理会改革设定时限,可不在成以强行表决的方式处理尚缺乏广泛共识的不成熟方案,安理会改革只是联合国改革的一部份,其它领域的改革也同等重要,我们不希望看到,关于安理会改革的讨论和争议冲淡甚至损害对其他问题,特别是发展问题的磋商,更不希望看到联合国因此限于重大分裂,从而影响到9月首脑会议的成被以及成果文件的起草和磋商

三 联合国改革所面临的困难

经历了六十年风雨的联合国,今年决心革故鼎新,重新焕发青春与活力,改革联合国,始知提高效率,与时俱进,因该说是所有会员国共同心愿,但是,在这共识下,联合国改何去何从,191个会员国却是众说纷纭,莫衷一是,联合国改革是全方位和多领域的涉及各方重大利益,因此联合国各成员在联合国改革方向,内容及重点问题一直存在着重大分歧,很难在短时间内取得一致,安南自己也认识此次改革将是“联合国史上最难的改革”,首先是对于改革的重点,发展与安全孰重孰轻?发达国家与发展中国家之间,存在着严重分歧,发达国家认为,安全是最重要的问题,改革应以如何加强安全中心展开,而发展中国家则强调,发展问题是最应关切的问题,改革的重点放在加强联合国促进发展的作用方面

共识是动用武力前提与条件,报告建议安理会通过决议,明确授权武力应遵循的原则,其中包括威胁严重性,动武目的,军事办法与威胁是否相称,军事行动成功的机会等,但报告同时承认,在下列问题上,成员国仍存在巨大分歧,这些问题包括:国家是否有全先发制人而使用军事力量,对紧迫威胁采取自由行动,;国家是否有全为预防目的而使用军事力量,对潜在威胁或非警破威胁采取自卫行动,以及国家是否有权或有义务为保护目的而使用军事力量,从而使其它国家公民免遭种族决灭或类似罪行之害等

国际社会对安理会扩容以增加代表的广泛性以形成共识,但安理会扩大的范围与谁有资格成为新常任理事国却充满激烈的争论,报告提出的两种方案目前均未得到多数成员支持,根据联合国宪章的有关规定,重要问题的决定必须得到联合国会员国2/3以上的支持,以及安理会5个常任理事国的同意才能获得通过,安南报告中虽然提出很多建议,但究竟能获得多少联合国会员国的支持,目前尚难预料

作为当今世上唯一超级大国和联合国最大的会费缴纳国,美国的态度十分关键,尽管美国对安南报告总体表示欢迎,但在一些具体问题上仍有保留,前不久,布什政府刚提名在外交强烈保守主义立场,并且一直对联合国持批评态度的助理国务卿,博尔顿位美国常驻联合国大使,也增加了联合国改革的变量

当前,国际形式正处在深刻的变化中,联合国的最用只能加强不能削弱,根据《联合国宪章》的宗旨和原则对联合国进行必要,合理的改革,以加强联合国在国际事务中的主导作用,提高其应对新威胁和新挑战的能力,这是

时代要求,但是,由于联合国改革问题涉及方方面面的利益,是观国际社会的未来,该革应该真正在全体成员国中发扬民主,并且充分照顾和解决发展中国家所关切在充分协上的基础上,争取达成广泛一致,对待联合国改革应充分估计其复杂性和长期性,不应强行推动不成熟的方案以及人为设定时限,以避免加深国际社会的分歧与矛盾.

Considerações Preliminares sobre a Atual Situação Estratégica Mundial

Xie Wenqin, pesquisador senior do CIISS

A conjuntura internacional tem sofrido grandes transformações desde a virada ao novo século, especialmente após o atentado de “11 de Setembro”. ‘Paz’ e ‘Desenvolvimento’ permanecem ainda os temas dominantes de discussão. Buscar a paz e o desenvolvimento é o desejo comum de todos os países. No entanto, o mundo não é, de forma alguma, um mundo tranquilo. O terrorismo cresce e a política unilateralista é amplamente aplicada. O poderio militar perdeu o seu equilíbrio. Os conflitos por razões étnicas, religiosas, territoriais não cessam. As questões sobre segurança tradicional e segurança não-tradicional se entrelaçam. Todos os tipos de fatores de insegurança só aumentam. De uma forma geral, o mundo manteve uma situação de paz e estabilidade como um todo, por um lado; e por outro, verifica-se a existência de guerras, turbulências, e tensões regionais. Abaixo enumeradas estão as características principais:

- I. O relacionamento entre as grandes potências mudam e melhoram, mas as contradições básicas não são resolvidas. Após o atentado de 11 de Setembro, grandes mudanças no relacionamento entre as grandes potências ocorreram. Os Estados Unidos precisando reagir aos ataques sofridos, procuraram na comunidade internacional, especialmente junto às grandes potências, simpatia e ajuda. Esses países, por sua vez, aproveitaram a oportunidade da guerra anti-terror, para estreitar e melhorar o relacionamento com os Estados Unidos, nunca perdendo de vista os próprios interesses nacionais. É por essa razão que o combate ao terrorismo internacional se tornou imediatamente um novo campo de cooperação entre as grandes potências. E como resultado, o surgimento de uma situação na qual enquanto as potências cooperam e ajudam

uns aos outros, estão eles também ao mesmo tempo, se supervisionando e competindo entre si. De qualquer forma, as contradições iniciais que existiam entre elas não desapareceram apesar do esforço conjunto na luta anti-terror, e com desenrolar dos acontecimentos novas contradições surgiram; por exemplo a rivalidade entre os Estados Unidos e a Rússia sobre a questão da expansão do NATO para o leste e a questão da tradicional esfera de influência; as disputas entre Estados Unidos e a China sobre questões de direito humano e Taiwan, também como tensões acerca do comércio; desentendimentos entre Estados Unidos e Europa acerca da independência da defesa na Europa, a Guerra do Iraque, como também a reconstrução pós-guerra do Iraque, etc. Essas contradições e conflitos entre as potências, se não resolvidas de maneira apropriada, trarão sérios impactos na paz e estabilidade mundial.

- II. A multipolarização do mundo é uma tendência natural da História, no entanto, a multipolarização encontra diversos obstáculos e restrições. Estados Unidos são atualmente a única super potência e possuem a maior economia e poderio militar. Mas nos últimos anos, devido ao desenvolvimento de certos países ou grupo de países, o seu poder, de uma forma relativa, enfraqueceu. Após uma década de instabilidade, a Rússia saiu do fosso da crise econômica, e no que concerne ao poderio militar, possui um arsenal que poderia, em certa extensão, ser o contrapeso dos Estados Unidos. O Japão, tendo se tornado a segunda maior economia mundial, procura no momento um status no cenário político. Com constantes melhoras na zona do Euro e substancial avanço na construção de uma defesa autônoma na Europa, a crescente comunidade Européia vem impondo novos desafios ao longo domínio americano no campo da defesa. Mantendo um acelerado crescimento econômico de longo prazo, a China se destacou rapidamente e afirmou já a sua posição no cenário mundial. Grupos de países do Oriente Médio, da Ásia e da África estão crescendo gradativamente. Os fatos acima descrito mostram

que a multipolarização é uma tendência natural. Por outro lado, apareceram nesse ínterim novas situações e características na tendência global e nas relações internacionais, que encontram expressão principalmente no novo desenvolvimento da hegemonia, do unilateralismo e da intervenção militar. A multipolarização se encontra numa situação complexa e enfrenta dificuldades. A concretização da multipolarização será um processo lento e não-linear; mas de nenhuma forma, será essa tendência anulada.

- III. O mecanismo de segurança internacional proposto pela ONU sofreu um sério ataque, há pela frente um árduo e prolongado trabalho de construção de uma nova ordem mundial. Tomando como pretexto a prevenção contra os armamentos de destruição em massa, os Estados Unidos passaram por cima da ONU e tomaram ações precipitadas para iniciar uma guerra contra o Iraque, depondo nesse país um governo legitimamente eleito pelo povo. Esse tipo de ato enfraqueceu a autoridade e o papel da ONU na manutenção da paz mundial. Além disso, os Estados Unidos ainda aplicam políticas militares de alta pressão e sanções econômicas contra os países por eles considerados de “nocivos”, do “eixo do mal” e “postos de tirania”, impondo graves ameaças à segurança desses países. Esses atos sinistros abalaram a ordem internacional existente desde o pós-guerra, (composta principalmente de Estados-nações e baseados na Carta da ONU e nas amplamente reconhecidas normas internacionais); e minou o regime de segurança coletiva representado pelo Conselho de Segurança da ONU. No momento, a grande maioria dos países apoia a manutenção e o fortalecimento da autoridade e do papel da ONU além do estabelecimento de uma nova ordem baseado na Carta da ONU e nas normas internacionais. No entanto, presenciar-se-á ainda muitas guinadas e viradas, até inversões, para se chegar ao estabelecimento de uma nova ordem mundial justa e racional. Atualmente o desequilíbrio das forças entre os países no mundo, não permite a nenhum país a capacidade de exercer restrições efetivas sobre a grande potência. No dia 21 de março

do presente ano, o secretário geral da ONU Koffi Annan apresentou a Assembléia Geral da ONU um relatório de reforma. Todos os países membros estão no momento discutindo e analisando as propostas. Mas a natureza complexa e demorada da reforma deve ser levada em consideração, pois envolve interesses de todas as partes e o futuro da comunidade internacional. Se realizada de forma precipitada, não só fracassará a tentativa de fortalecer o papel de liderança da ONU nos assuntos internacionais, como também aumentará as disputas e contradições dentro da comunidade internacional.

- IV. O poderio militar desempenha cada vez mais um papel proeminente nas relações internacionais. E a nova corrida a armas de alta tecnologia parece inevitável. A guerra do Iraque, liderada pelos Estados Unidos, mostrou mais uma vez que a força militar permanece ainda como um importante instrumento da manutenção da segurança nacional e a realização da vontade da nação. A Guerra do Iraque estimulou todos os países a aumentar os seus investimentos militares e a acelerar as suas construções de armas de alta tecnologia. Os pequenos e médios países que enfrentam ameaças militares da grande potência se empenharão ao máximo para obter meios de resistência estratégica a fim de evitar cair na mesma armadilha do Iraque. As grandes nações estão realizando reajustes nas suas estratégias militares e considerando como objetivos de grande importância para a segurança nacional o incremento e o fortalecimento das forças armadas, assim como também a introdução da ciência e tecnologia nelas. Os Estados Unidos foram o país que liderou a nova Revolução nos Assuntos Militares (RMA - Revolution in Military Affairs). Desde a segunda metade da década de 90 do século passado, os Estados Unidos já sugeriam vários conceitos para a nova Revolução nos Assuntos Militares. E a necessidade de se defender, nascido do atentado de 11 de Setembro, trouxe uma grande mudança no âmbito da segurança. Iniciou-se a realização de transformações de grande escala na estratégia militar, cobrindo

questões tais como a base estratégica, tamanho e estrutura das forças, pesquisa/desenvolvimento e compra de armas e mobilização de tropas para combate no exterior. Os três pontos principais da mudança consistem em: 1) reorganizar a estrutura e a disposição das forças de acordo com princípios de “leveza, flexibilidade e mobilidade”, 2) dar maior ênfase às tropas situadas na Ásia e no Pacífico, 3) concentração dos esforços no desenvolvimento de mísseis de defesa, tendo em vista não somente o combate ao terrorismo mas principalmente para atingir o objetivo de manter a sua superioridade estratégica global por longo período.

- V. Guerras localizadas e conflitos armados ocorrem frequentemente enquanto zonas de conflito estão em toda parte. Com o fim da Guerra Fria, a possibilidade de uma guerra mundial foi eliminada. Todavia, permanece o número de conflitos militares e guerras localizadas alto, devido a razões tais como: contradições religiosas e étnicas, disputas sobre recursos naturais e territórios, rivalidade por poder, intervenção estrangeira e especialmente devido ao hegemonismo e ao autoritarismo. De acordo com as estatísticas, ocorreram no ano passado 36 conflitos armados e guerras localizadas, no total; dentre eles, quinze são novos conflitos, isso significa, um aumento de quatro conflitos comparado ao ano anterior.
- De uma forma geral, a tendência à diminuição ou à intensificação das zonas de conflito existe em igual proporção. Apesar do retrocesso nas negociações acerca da questão nuclear coreana pelas seis partes envolvidas, a Coreia e os Estados Unidos ainda empregam o diálogo como orientação política. Até o presente momento, opiniões diversas e profundas suspeitas dividem os dois países; e cada um exige que a outra parte ceda primeiro. O reajuste político realizado por Bush após a sua reeleição e o incremento contínuo de novas exigências por parte da Coreia adicionam novas variáveis à solução do problema nuclear. Em relação à questão nuclear iraniana, houve um progresso nas negociações entre Estados Unidos e Irã, quando o último expressou a sua vontade em levar em

consideração uma prorrogação de curto prazo à moratória das atividades de enriquecimento de urânio. No entanto, Irã recusou por completo a possibilidade de abrir mão da construção de um reator nuclear. Até o presente momento, os Estados Unidos continuam ainda na tentativa da solução do problema por vias diplomáticas, no entanto, insistem no completo abandono dos programas de armas nucleares de Irã e já demonstraram, por sinal, intenções de uso de força contra este país. Na Ásia Central, os Estados Unidos continuam a reforçar a sua infiltração na região; aproveitaram a oportunidade das eleições parlamentares em Kirghizstan para incrementar forças pró-americanas. O presidente Akayev foi forçado, por pressões internas e externas, a renunciar o seu cargo. E como resultado disso, a oposição levou a cabo “a tomada de poder pacífica”. Não se pode desconsiderar que o apoio dos Estados Unidos na “color revolution” poderá causar turbulência em outros países da Ásia Central. No Oriente Médio, o círculo vicioso de violência entre o Israel e a Palestina está longe do fim. Numa tentativa de assumir o controle das questões do Oriente Médio, os Estados Unidos continuam a aplicar a política “com inclinação à Israel enquanto sofrem pressões ao castigarem a Palestina”. Crises políticas não páram de emergir dentro da Palestina. O processo de paz no Oriente Médio enfrentam novos desafios.

- VI. O terrorismo internacional se revitaliza enquanto que hegemonia e autoritarismo permanecem como principais elementos que afetam a paz e a segurança mundial. Logo após o atentado de 11 de Setembro, o terrorismo internacional sofreu um recuo, pois as estritas precauções adotadas por todos os países e os ataques severos então realizados impeliram-no a reorganizar as suas táticas. No entanto, a partir de setembro de 2002, o terrorismo ganhou terreno novamente. As atividades terroristas tendem a aumentar, especialmente depois do fim da Guerra do Iraque em maio de 2003. De acordo com as estatísticas, presenciamos no ano de 2004 acima de 310 ataques terroristas de grande escala no mundo; se comparado

ao ano anterior, isso significa um aumento de 20%. Mais de 2700 mortos e 8100 feridos, correspondendo a um crescimento de 60% e 50% respectivamente quando comparados aos números do ano precedente. Isso significa que o grupo Al-Qaeda e outras organizações terroristas internacionais se reativaram gradualmente depois de um período de inação. O retorno das atividades terroristas impõem novas ameaças à paz e segurança mundial e geram novos desafios. Essa questão atraiu séria atenção e supervisão no mundo inteiro. Observando a situação geral do mundo, as atuais tensões e turbulências são, na verdade, as principais consequências do hegemonismo e autoritarismo de um país. Graças a sua superioridade econômica e militar, a administração Bush, após assumir o poder, começou a formular uma nova estratégia global e aumentou consideravelmente as forças militares do país. Usando a Guerra anti-terror e proclamando ações que envolvem preempção, os Estados Unidos continuam a interferir nos assuntos internacionais de outros países e até depuseram o governo iraquiano a força ao pretexto de contenção de terrorismo e eliminação de armamento de destruição em massa. Após a reeleição, pode ser que o presidente Bush faça algumas modificações na política externa americana, mas não haverá grandes mudanças na sua estratégia global, que é caracterizada por unilateralismo, preempção, e idolatria da força militar. Então, tendo o hegemonismo, o autoritarismo e a intervencionismo militar conquistado um novo terreno, a segurança internacional enfrenta a partir de agora, uma situação mais tensa e complexa.

- VII. O crescimento econômico no mundo está acelerando enquanto que as contradições de longa data começam a ser expostas. Com o desenrolar da operação militar de larga escala na Guerra do Iraque e o surgimento dos primeiros resultados das medidas de estímulo a economia realizadas pelos Estados Unidos, Japão e outros países, a economia mundial começou a crescer rapidamente. A taxa de crescimento econômico mundial atingiu, no ano de 2003, 3,2%, e no ano de 2004, 5%.

De forma geral, a economia mundial parece tender ao contínuo crescimento, mas uma quantidade considerável de contradições acumulada ao longo do tempo começam a prejudicar as relações internacionais. Primeiramente, as disputas em relação a questão da globalização tornou-se um novo foco das contradições Norte-Sul. Era esperada que a 'rodada de Doha' terminasse em primeiro de janeiro de 2005. No entanto, a conferência ministerial do WTO realizada em Cancun, México, no último setembro, não chegou a nenhuma decisão, pois os estados-membros fracassaram em encontrar um acordo nas questões propostas, entre elas, a da agricultura. Como resultado, a rodada de Doha ficou num beco sem saída. No mês de março deste ano, os representantes dos estados-membros da WTO reuniram-se em Genebra para uma consulta emergencial sobre questões agrícolas. Apesar de todas as partes concordarem, de forma unânime, em esforçar-se na promoção das negociações e empenhar-se na construção de uma estrutura até o meio do ano, novamente progressos substanciais não ocorreram. Em segundo lugar, devido a frustrações em relação ao desenvolvimento da globalização, presenciamos uma aceleração do desenvolvimento econômico com foco regional. Essa nova configuração econômica regional criou condições favoráveis para o comércio exterior aos países, mas ao mesmo tempo, erigiu novas barreiras à nova rodada de globalização. Em terceiro lugar, vários tipos de protecionismo comercial estão ganhando terreno, causando, por conseguinte, um maior atrito entre as potências. Em quarto lugar, o crescimento econômico em alta velocidade fez com que todos os países aumentassem a sua demanda de petróleo e outras fontes de energia. Começaram então, os incidentes de disputas sobre recursos energéticos entre alguns países.

- VIII. Segurança inclusiva, segurança comum, segurança regional e outros novos conceitos transformam-se em consenso, enquanto que segurança absoluta, alinhamento militar e outros conceitos de segurança obsoletos são postos em

questionamento. No mundo atual, as ameaças à segurança tradicional continuam a existir enquanto que novas e não-tradicionais ameaças a segurança surgem uma atrás da outra. Fatores de insegurança cobrindo áreas tais como financeira, ambiental, sanitária, social, de energia, entre outras, constituem um risco crescente a humanidade como um todo. Desde a década de 80, muitos países vem utilizando o conceito de segurança inclusiva, conhecido também como “segurança ampliada”. Um grande número de tratados e convenções em relação às ameaças não-tradicionais de segurança, promovido pelas Nações Unidas e por muito países, foram realizadas sucessivamente e desempenharam um papel positivo. Os grandes países tem, então, a especial responsabilidade em realizar a segurança inclusiva. Contudo, alguns países fracassaram nessa responsabilidade

Com o desenvolvimento da democratização das relações internacionais, o princípio da segurança comum passa a ganhar uma maior ênfase. Dentro das circunstâncias modernas, países pequenos e pobres podem desfrutar do mesmo direito de segurança que os países grandes e ricos.

Com a integração regional, a segurança regional passa a ter um novo significado. Dentro de uma área ou região, as ameaças de segurança são comuns a todos os países. Não pode ocorrer de um país resolver a questão somente por si nem resolver a questão sozinho. É por essa razão que todas as organizações regionais consideram como principal tarefa a cooperação regional nos assuntos de segurança e todos se envolveram em aprimorar os seus mecanismos de segurança.

No entanto, entrando no novo século, os Estados Unidos permanecem presos à mentalidade da Guerra Fria e continuam a pregar o conceito de “segurança absoluta” e a fortalecer as alianças militares. Segurança só pode ser vista de forma relativa. Segurança absoluta por um lado está inextricavelmente ligada a insegurança por um outro lado. E a estratégia de apropriação antecipada proveniente do conceito de segurança absoluta vai seriamente contra as normas internacionais. As alianças militares estabelecidas durante a era da Guerra Fria

não se ajustam com os temas da atualidade: paz e desenvolvimento. E as alianças e os tratados militares liderados pelos Estados Unidos do tipo, NATO, EUA-Japão, EUA-Coréia, EUA-Austrália, não somente continuam a existir, mas foram todavia fortalecidos. Essas alianças militares se desenvolveram em organizações puramente ofensivas e impõem ameaças reais a outros países.

Com a análise acima podemos ver que a situação estratégica internacional desenrolou-se naturalmente com altos e baixos e as variáveis para a instabilidade cresceram com o tempo. No entanto, paz e desenvolvimento permanecem ainda como os temas centrais de discussão; e pressupõem-se uma geral estabilidade na situação internacional. Face à existência de contradições e fatores de instabilidade no mundo atual, todos os países devem seguir a Carta das Nações Unidas e as normas de relações internacionais amplamente reconhecidas. O fosso entre o Norte e o Sul deve ser estreitado continuamente e a injusta e irracional ordem política e econômica internacional deve ser transformada gradualmente através de diálogo, consultas e cooperação. Todas as partes devem se empenhar para promover a democratização nas relações internacionais e realizar desenvolvimento e prosperidade a todos. Somente fazendo isso, podem os seres humanos desfrutar de um estável e confiável ambiente internacional. É por essa razão que o governo chinês iniciou a aplicação dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e o novo conceito de segurança baseado na “confiança mútua, benefício mútuo, igualdade e cooperação”. China é um país em desenvolvimento e com toda confiança está construindo uma sociedade de moderada prosperidade. A China precisa de um ambiente internacional favorável para essa empreitada; e ela não poupa esforços em melhorar e desenvolver bons relacionamentos com os países do mundo, especialmente com os países vizinhos. A ascensão pacífica chinesa em hipótese alguma imporá ameaças a outros países. E em esforço conjunto com outras nações, a China está preparada para dar a sua contribuição para a paz, estabilidade e prosperidade mundial.

Preliminary Views on Current International Strategic Situation

By Xie Wenqing, Senior Research Fellow, CISS

The international situation has undergone major changes since the beginning of the new century especially the September 11 incident. Peace and development remain the dominating themes of the times. Striving for both peace and development represents the common aspiration of all countries. However, the world is by no means tranquil. Terrorism runs rampant while unilateralism enjoys wide currency. Military force goes out of balance in the world. Hotspot issues remain where they are. Ethnic, religious and territorial conflicts are constantly emerging. Problems of traditional and non-traditional security interweave with each other. And various factors of insecurity are on the increase. Generally speaking, the world has maintained a situation of peace, stability and relaxation as a whole on the one hand yet with local wars, turbulence and tensions on the other. It has taken on mainly the following features.

- I. **Relations among major countries continue to fone up and improve while the basic contradictions are yet to be resolved.** In the wake of the September 11 incident, major changes have taken place in the relations between major countries. Proceeding from its needs fighting terrorism, the United States has made efforts in seeking sympathy and support from the international community especially the other major countries, which have in tum seized this opportunity to improve and strengthen relations with the United States out of the realistic consideration to achieve their own interests via counter-terrorism. That is why to jointly combat the international terrorism has irrnedately constituted a new field for cooperation between major countries. As a result, the situation has emerged that while cooperating with and seeking support from each other, they are checking on and competing with one another as well. However, the original contradictions

between big powers have not 'disappeared in spite of their joint struggle of counter-terrorism. What's more, some new contradictions have come to the fore as the situation develops, e.g. the rivalry between the U.S. and Russia over NATO's eastward expansion as well as Russia's "traditional spheres of influence", the disputes between the U.S. and China over issues of human rights and Taiwan as well as frictions in trade, and the disagreements between the U.S. and EU around Europe's independent defense, the Iraq War as well as the post-war reconstruction of Iraq, etc. Such contradictions and disputes between big powers, if handled improperly, will have serious impact on the world peace and stability.

- II. While it stands for an inevitable trend of historical development, the world's multipolarization has met with numerous obstructions and restraints.** As the sole super-power in the present-day world, the United States is possessed of the strongest economic and military power. Its overall strength, however, has weakened relatively due to the growth of other countries or groups of countries in recent years. After a decade of fluctuations, Russia has politically transformed from disorder into order, economically walked out of the bottom valley and militarily possessed a strategic deterrence capable of counterweighing the United States to some extent. Having developed into the second largest economic power of the world, Japan is seeking the status as a political power. With continuous improvement of the Euro Zone and substantive steps taken in the building of European independent defense, the ever expanding EU is posing a challenge to U.S. long-standing domination in the field of European defense. While maintaining long-term, high-speed economic growth, China is rising rapidly and has promoted its international status remarkably. And many regional groups like ASEAN, AL and OAU are also growing steadily in strength. The facts mentioned above drive home the world multipolarization as an inevitable trend. On the other hand, however, there have come to light new situations and characteristics in the global situation and international rela-

tionships, which find expression mainly in the further development of hegemonism, unilateralism and military interventionism and in the difficulty and complexity confronting multipolarization. Nevertheless, the trend of multipolarization can never be reversed completely albeit a long and tortuous process for its fulfillment.

III. As the international security mechanisms led by the UN have been seriously impacted, it is a long-term and arduous task to establish a new world order. On the pretext of prevention against WMD, the United States bypassed the UN and took preemptive actions to unilaterally conduct military attacks on Iraq by which to have overthrown the legitimate government of Iraq. This has seriously crippled UN's authority and role in safeguarding the international security. Furthermore, the United States has also applied a military high-handed policy towards and economic sanctions against the so-called "rogue states", "axes of evils" and "outposts of tyranny", posing grave threats to the security of those countries. These sinister acts have stirred the existing post-War international order that is composed mainly of the nation-states and based on the UN Charter and the widely recognized international norms, and undermined the collective security regimes represented by the UN Security Council. At present, a great majority of countries in the world advocate maintaining and strengthening UN's authority and role, and establishing a new order on the basis of the UN Charter and the widely recognized international norms. However, it will witness more twists and turns or even reversals before a just and rational new world order is established. For one thing, the balance of force has been so grievously upset in the world that none of the other countries is able to exercise effective restrictions, upon the states of power politics. On March 21 this year, Secretary General Kofi Annan submitted to the UN General Assembly the Report on Reform, which is put under serious deliberation and consultation among member countries. But, the complicated and protracted nature of the UN reform should be taken fully into account since

it involves the interests of all parties and the future of the international community. If going off half cocked, it will not only fail to strengthen UN's leading role in the international affairs but also widen the disputes and contradictions within the international community.

IV. The role played by military power in the international relations is assuming greater prominence while a science- and technology-based new round of arms race seems to be unavoidable. The U.S.-led war against Iraq has demonstrated once again that military power remains an important tool in maintaining national security and realizing state will. The Iraq War will give all countries an incentive to further increase their military input and speed up their high-tech arms building. Those medium and small countries faced with military menace from the hegemonic powers will strive to the maximum for strategic resistant means so as to avoid falling into the same old trap again as Iraq did. The world's major countries are making readjustments in their military strategies and taking it as one of their important objectives in materializing their national security strategies to strengthen quality-oriented and sci-tech based army building and promote defense capabilities. The United States has taken the lead in this new RMA (Revolution in Military Affairs). Right since the 1990's, it has put forward a variety of new RMA conceptions. And the September 11 incident has led to major changes in the security situation confronting the United States. It has therefore started to carry out large-scale transformation on its military strategy, covering the strategic basis, forces' size and structure, arms purchase and R&D, and adjustment of overseas deployment, etc. Three dimensions are herewith embraced at the core: one is to streamline the force structure and disposition with "lightness, flexibility and mobility" as the governing principle; the second is to lay stress on the enhancement of military deployment in the Asia-Pacific region; and the third is to devote major efforts to developing missile defense system with an eye not only to meeting the current needs of

counter-terrorism but mainly to achieving the objective of maintaining its global and long-term, strategic superiority.

Following closely the lead of the United States, other developed countries and even the developing nations such as India, Brazil and ROK have also joined in the stream of new RMA. Once these countries succeed with their military capacity excessive of defense needs, an arms race will be triggered off in wider scopes.

- V. Local wars and armed conflicts take place frequently while the hotspot issues occurred here and there.** Although the feasibility of a world war has been ruled out with the end of the Cold War, local wars and military conflicts remain high in number owing to factors like ethnic and religious contradictions, disputes over resources, rivalry for power and interventions from outside especially stimulation by hegemonism and power politics. Statistics show that there were altogether 36 local wars and military conflicts in 2004, among which 15 were new, i.e. 4 more than the year 2003. Generally speaking, the trends towards either relaxation or intensification exist side by side in terms of the regional hotspot issues worldwide. In spite of temporary setbacks in the 6-party talks over the Korean nuclear issue, both the DPRK and the United States still take continuation of dialogues as their policy orientation. Up to the moment, tangible disputes and deep suspicions are there between the two sides with each demanding concessions first from the other. The policy readjustment made by President Bush after his reelection and new requirements put forward continually by the DPRK have added to the variables for solution of the Korean nuclear issue. Progress has been made in the Iran-EU negotiation on the Iranian nuclear issue as Iran has expressed its readiness to take into consideration a short-term prolongation of the moratorium on uranium enrichment activities. But it disagrees to completely give up the construction of nuclear reactors. The United States has so far not yet departed from settling the issue through diplomatic channels. Meanwhile, it insists on

Iran's complete abandoning of its nuclear arms program as a must and has showed signs of thinking over the use of force against Iran. In Central Asia, the United States continues to reinforce its infiltration into the region. It seized the opportunity of the parliamentary elections in Kirghizstan to foster pro-American forces there. President Akayev was impelled to resign from his post by forces from within and without. As a result the Opposition has brought about a "peaceful taking over of power". It cannot be ruled out that the US-backed "color revolution" may cause turbulence in other countries of Central Asia. In the Middle East, the vicious circle of violence between Israel and Palestine has not come to an end. In an attempt to dominate the direction of the Middle East issues, the United States still hangs on its policy of "being biased towards Israel while bringing pressure to bear on Palestine". Political crises continue to emerge within Palestine. So the Middle East peace process has come under new tests.

VI. The international terrorists have reactivated while hegemonism and power politics remain the main elements affecting the world's peace and security. Under strict precautions and severe attacks taken by all countries in the wake of the September 11 incident, the international terrorist forces suffered continuous setbacks getting in an increasingly awkward predicament, and were impelled to disperse or divert in an attempt to readjust tactics. Since September 2002, however, they have gained ground again. Especially after the end of the Iraq War in May 2003, the international terror activities tend all the more to increase. According to statistics, the year 2004 witnessed altogether 310 plus larger scale terrorist attacks in the world, an increase by 20 percent to compare with 2003. Over 2700 people were killed and 8100 odd wounded, respectively about 60 percent and 50 percent more than the preceding year. This signifies the fact that the Al-Qaeda and other international terror organizations have reactivated gradually after a period of dormancy. The return of terror activities has resulted in new hardships for the counter-

terrorism struggle and poses a new threat to world peace and security, which cannot but have aroused' serious attention and vigilance throughout the world. Viewing from the overall situation of the world, however, the tensions and turbulence should be traced back mainly to the sources of hegemonism and power politics. After coming to power, the Bush Administration turned to. purgue a newglobal strategy and vigorously aggravated its military strength by virtue of its ultra-strong military and economic superiority. By trumpeting "preemptive" actions, it has continued to interfere in the internal affairs of other countries and even overthrown the Iraqi government by force on the pretext of counter-terrorism and eliminatio~ of WMD. After bis reelection President Bush is likely to make certain adjustment in U.S. foreign policy, but there will be no major changes in its global strategy that is characterized by unilateralism, preemption and worship for military force. Therefore, the fact that hegemonism, power politics and military interventionism have gained new ground has presented a tenser and more complicated situation to the international security.

VII. The economic growth in the world is picking up speed while the long-accumulated contradictions begin to be thoroughly laid bare. With the winding up of large-scale military operations of th~ Iraq War and initial results of the economic stimulating measures taken by the United States, Japan and other countries, the world's economy has begun to see more rapid growthb. Global economic growth rates reached 3.2 percent in 2003 and 5 percent in 2004. Generally speaking, the world economy looks to further growth, but a good many contradictions accumulated in the long lasting slump has begun to adversely affect the international relations. Firstly, the disputes around the question of globalization become new focal points of the North-South contradictions. The Doha Round was expected to wind up before January 1, 2005 as planned. However, the WTO ministerial conference held last September in Cancun, Mexico, carne to a fruitless end as the member states failed to reach agreements on the agricultural

and other issues. As a result the Doha Round came to a deadlock. In March this year representatives of the WTO member states gathered in Geneva for an emergent consultation on the agricultural issues. Although all parties agreed unanimously to make efforts for promotion of the negotiation and strive for an agreed framework in the middle of the year, it failed again to make any substantive progress. Secondly, given frustrations in the course of globalization, regional economic grouping has been accelerated. The development of regional economy has erected barriers against a new round of globalization while creating favorable conditions for the foreign trade and economic growth of all countries. Thirdly, various forms of trade protectionism are gaining ground, thus leading to more economic frictions between big powers. Fourthly, economic growth at high speed has rendered all countries into an increased demand on oil and other energy resources. Consequently, incidents of snatching energy resources begin to take place among some countries.

VIII. Comprehensive security, common security, regional security and other new concepts have evolved into broad consensus while the absolute security, military alignment and other obsolete security concepts are called in question. In the present-day world, the traditional security threats continue to exist while new and non-traditional security threats emerge one after another. Factors of insecurity covering the financial, energy, environmental, sanitary, social and other fields constitute ever-increasing jeopardy to mankind as a whole. Since the 1980's, therefore, many countries put forward the conception of comprehensive security so-called as "Greater Security". Sponsored by the UN and many countries, a great number of treaties and conventions withstanding non-traditional security threats have appeared successively and played a positive role. Major countries have a special responsibility in bringing about comprehensive security. Nevertheless, some of them have failed to make generous response. As democratization in the international relations forges ahead,

more importance is attached to the principle of common security. In a modern world, small and poor countries ought to have enjoyed the right of security equal to large and rich countries.

With the development of regional integration, regional security is endowed with new connotative meanings. The security of regional countries is faced with common threats. None of them can pay attention to themselves without thought of others, nor can they solve the problem on their own. For this reason, all regional organizations have taken regional cooperation on security affairs as the first and foremost task and embarked on gradual improvement of their security mechanisms. Entering the new century, however, the United States has continued to hang on to the Cold War mentality by preaching the conception of "absolute security" and strengthening military alliances. Security can only be seen as relative. Absolute security on the part of one side is bound to result in the insecurity for the other. And the strategy of preemption derived from the concept of absolute security runs grievously counter to the international norms. The military alliances established during the Cold War era are already in no conformity with peace and development as the themes of the times. However, the US-led NATO and the US-Japan, US-ROK as well as US-Australia military treaties and alliances have not only continued to exist but also been strengthened. These military alliances have all developed into purely offensive organizations and posed real threats to other countries.

It can be seen from the circumstances depicted hereinabove that the international strategic situation over the recent years has evolved unrestrainedly with so many ups and downs and become complicated with so many variables that new destabilizing factors have cropped up to some extent. Nevertheless, peace and development remain the themes of the times and stability in the international situation in general is expected to maintain. In face of the existing contradictions and unstable factors in the world, every country should abide by the UN Charter and the widely recognized

norms for international relations. The North-South gap should be narrowed' continuously and the unjust, irrational international political and economic order must be transformed gradually through dialogue, consultation and cooperation. All sides should strive to promote democratization in the international relations and bring about common development and prosperity. Only by doing so can human society enjoy a stable and reliable international environment. It is to this end that Chinese Government has initiated the Five Principles of Peaceful Co-existence and the new security concept of "mutual trust, mutual benefit, equality and coordination". As one of the developing countries, China is building with full confidence a moderately prosperous society in an all-round way and needs a good international environment for its construction and development. China will spare no efforts to improve and develop relations with all countries in the world especially the surrounding ones. The "peaceful rise" of China will never pose a threat to other countries. And in joint efforts with all countries in the world China is ready to make greater contributions towards the world's peace, stability and prosperity.

(An outline of speech for discussion at.Brazil High Military College, June 2005)

当前国际战略形势的主要特点及初步看法
中国国际战略学会高级研究员 谢文庆

Xie Wen Qin

进入新世纪以来,尤其是“9.11”事件以来,国际形势发生了重大变化,和平与发展仍是当今时代的主题,求和平,谋发展是各国的共同愿望,但是天下并不太平,恐怖主义猖獗,单边主义盛行,军事力量失衡,热点问题依旧,民族,宗教,领土,冲突不断,传统安全和非传统安全互相交织,各种不安全因素有增无减,总的来说,当前国际形势维持着一种总体和平,局部战争,总体稳定,局部动荡,总体缓和,局部紧张的局面,主要有以下特点:

一、大国关系不断调整和改善,但她们之间的基本矛盾并未消除,“9.11”事件发生后,大国关系发生了重大变化,美国出于反恐斗争的需要,努力谋求国际社会尤其是各大国的同情和支持,各大国出于借反恐实现各自利益的现实考虑,充分利用这一契机,改善和加强与美国的关系,因此共同打击恐怖主义很快成为主要大国进行合作的新领域,行程了记互相借重,互相合作,又互相制约,相互竞争的局面,但是,另一方面,大国之间原有的矛盾并未因联合反恐而消除,而且随着形势的发展还展现出了一些新的矛盾,如美俄之间,在北约东扩问题以及在俄,“传统势力范围”内的争夺,中美在人权问题,台湾问题上的矛盾以及贸易上的摩擦,在美欧围绕欧洲独立防务,对伊战争以及伊战后重建问题上的分歧等,大国之间的这些矛盾和分歧处理不当将会严重影响世界的和平与稳定

二、世界多极化是历史发展的必然趋势,但是面临着重重阻力和制约,美国是当今世上唯一超级大国,拥有世界最强大的经济和军事实力,但近年来由于其它国家和集团的发展,其总体力量相对削弱,俄罗斯经过10年徘徊,正由乱到治,经济以走出低谷,军事上仍具有可在伊定程度上与美抗衡的战略威慑能力,日本以成为世界第二经济大国,正在谋求政治大国地位,欧盟不断扩大,欧元区经济不断改善,欧洲独立防务力量的建设探出了实质性质步伐,对美国长期在欧洲防务领域的主导地位提出了挑战,中国正在迅速崛起,经济保持长期高速增长,国际地位明显提高,东盟,阿盟,非统等地区集团正在逐步成长,上述情况表明,世界多极化是一种必然趋势,另一方面,国际形势和国际关系出现一些新的情况和特点,主要表现在:霸权主义,单边主义,军事干涉主义有新的发展,多极化正面临着困难复杂的形势,多极化的现实将是一个漫长和曲折的过程,但是这一趋势不会根本逆转

三、联合国主导的国际安全机制受到严重冲击,建立世界新秩序,任重而道远,美以防止大规模杀伤性武器为借口,绕过联合国,采取先发制人,公然对伊拉克实施军

事打击,并推翻期合法政府,这种做法严重削弱联合国为国际安全的权威与作用,此外,美国还对所谓“流氓国家”“邪恶轴心”“暴政据点”采取军事高压和经济制裁政策,严重威胁这些国家的安全,美国的上述行径动摇了二战以后民族国家为主体,以联合国简章和公认的国际规则为基础的现存国际秩序,破坏了联合国安理会所代表的集体安全机制,当前,世界绝大多数国家主张维护和加强联合国的权威与作用,在联合国简章和公认的国际准则基础上建立新的秩序,但是,由于世界力量对比严重失衡,其它国家还不能对强权国家进行有效制约,公正,合理世界新秩序的建立将经历更多的曲折和反复,今年3月21日联合国秘书长安南向连大地交了联合国的改革报告,各国正进行认真研究和磋商,但是,联合国改革问题涉及方方面面的利益,事观国际社会的未来,因此要充分估计改革的复杂和长期性,如果仓促行事,飞弹不能达到加强联合国在公祭事务中发挥主导作用的目的的,还会加深国际社会的分歧和矛盾

四军事力量在国际关系中的作用更加突出,以高科技为主的新一轮军备竞赛似难避免,美国对伊拉克发动的战争在物表明,军事力量依然是维系国家安全和现实国家意志的重要手段,伊拉克战争将刺激世界各国进一步加入大军事投入,加快高科技军备建设步伐,那些面临霸权国家军事威胁的中小国家为避免重蹈覆辙,将极力谋求获得战略反制手段;世界主要大国也在调整军事战略,把加强质量建军,提高国防能力作为实现国家安全战略的重要目标之一,美国引领了这场新军事变革,自上世纪90年代中期,美国就提出了新军事变革的各种设想,“9.11”事件使美国的安全形势发生重大变化,美国开始对其军事战略进行重大变革,内容涵盖了战略基础,军队规模与结构,武器采购与研发,海外部署调整等,期核心包括三个方面;一是军队结构与部署调整以“轻型,“灵活与机动”为指导思想,以印附新型威胁;二是重点加强亚太地区的军事部署,三是大力发展导弹防御系统,其着眼点布景是应付当前的反恐需要,主要是为了在全球保持远战略优势

在美国带动下,其它发达国家紧随其后,发展中国家如,印度,巴西,韩国等也都架入了新军事变革的行列,当这些国家的军事能力超过防御需要时,就会影起更大范围的军备竞赛

五局部战争和武装冲突频频发生,地区热点问题此起彼伏,冷战结束后,爆发世界大战的可能性已经排除,但由于民族,宗教矛盾,领土,资源纠纷,全力争夺,外来干涉等因素,尤其是霸权主义和强权政治促使局部战生和武装冲突突然保持高数量,据统计,去年一年共发生局部战生和武装冲突36起,其中新发生15起,比2003年增加4起.

总体上看,全球地区热点和解和激化的势头并存,朝鲜核问题的六方会谈虽然遭遇暂时的挫折,朝美仍以延续对话进程为主要政策取向,目前,双方分歧明显,疑虑很深,都要求对方先做让步,布什总统连任后的政策条件整,朝方不断提出新的条件,增加了解决朝核问题的变量,伊朗与欧盟就伊朗核问题的谈判取得进展,伊表

示可考虑短期内延长暂停轴浓缩活动,但不同意全面放弃核反应堆建设,美未放弃通过外交途径解决伊核问题,但同时坚持伊必须全部放弃核武器计划,并有考虑对伊动武的迹象,美国继续加大对中亚地区渗透的力度,美国借吉尔吉斯斯坦议会选举之机来扶持亲美市立发展,阿卡耶夫总统在外市立迫使下,辞去总统职务,即反对派实现了“和平夺权”不能排除,美国支持的“颜色革命”在中亚其它国家引发动乱,在中东地区,引发暴力冲突的恶性循环并未终止,美试图主导中东问题的走向,坚持坦以压巴政策,巴内部不断出现政治危机,中东和平进程正面临新的考验

六国际恐怖活动在劫活跃,霸权主义和强权政治仍是引想世界和平与安全的主要因素“9.11”事件后,在世界各国的严密防范和严厉打击下,国际恐怖主义势力不断受挫,处境日亦艰难,被迫分散转移并调整策略,但自2002年9月以来,国际恐怖活动在度活跃,特别是2003年5月伊拉克战争结束以来,国际恐怖活动更呈增加之势,据统计,2004年世界上共发生各类恐怖事件,310余起,比2003年增加了20%,共造长2700余人死亡,8100余人受伤,分别比2003年增加约60%和50%,这标志着“基地”组织和其它国际恐怖组织经过一段时间潜伏后,又逐步活要起来,国际恐怖活动抬头给反恐斗争造成新的困难,对世界和和平安构成新的威胁,这不能不引起世界各国的严重关注和警惕,但就世界全局而言,局势紧张撼动担的主要根源还是霸权主义和强权政治,布什政治上台后,凭借其超强的军事和经济优势,推行新的全球战略,大力加强军事实力,鼓吹“先发制人”借口反恐和消除大规模杀伤性武器,不断干涉别国内政,甚至公然以武力推翻伊拉克政府,布什总统连任后,美国对外政策有可能做某些调整,但以单边主义,先发制人,崇尚武力为特点的,全球战略不会有重大改变,因此,霸权主义,强权政治,军事干涉主义的新发展使国际安全行事面临更加紧张和复杂的局面

七世界经济增长加快,弹长期垒精的矛盾开始充分暴露,随着伊主要战士结束以及美、日等国刺激竞技措施初见成效,世界经济开始出现较快增长,2003全年世界经济增长率达3.2%,2004年达到5%,总的来看,世界经济增长的前景看好,但在长期低迷中织累的矛盾开始对国际关西产生负面影响,首先,围绕全球化问题的分歧成为南北矛盾的新焦点,“多哈回合”二害”咽2005年1月1日前结束,但去年九月在墨西哥坎昆举行的世贸组织部长级会议上,由于各成员在农业等问题上并没有达成一致,会议无果而终,“多哈回合”谈判陷入僵局,今年3月,世贸组织成员的代表在日内瓦就农业问题进行紧急磋商,警管各方一致同意要努力推动谈判,争取在年终达成框架协议,但谈判并未取得实质性进展,其次,在全球化发展受挫的情况下,区一经济集团画加速发展,区域经济的发展既为各国对外贸易和经济增长创造了有利条件,同时也未新一轮全球化的发展设置了一些障碍,第三,各种型式的贸易保护主义正在抬头,引发大国之间的经济摩擦增多,第四经济的高速增长导致各国对石油等能源需求不断增加,一些国家之间开始发生能源争夺的事件

八综合安全,普遍安全,区域安全等新观念成为广泛共识,绝对安全和军事联盟等旧安全受到阻碍,当今世界,传统安全威胁继续存在,新的非传统安全威胁不断出现,金融,能源,环境,卫生,社会等方面的不安全因素对全人类构成了越来越大的危害,因此,从世纪80年代起,许多国家提出了综合安全的概念,称之为,“大安全观”在联合国及其它国家的领导下,一大批抵御非传统安全威胁的条约,公约相继出台,起到了积极作用,实现综合安全,大国负有特殊责任,然而某些大国未能积极响应。

随着国际关系民主化的发展,普遍安全的原则受到更大的重视,现代条件下,小国,穷国与大国,富国享有同等安全的权利。

随着地区一体化的发展,区域安全有了新的内涵,地区内各国面临着共同的安全威胁,任何一国都不能独善其身,也无法单独解决,因此,各个地区组织都把区域内的安全合作作为首要任务,逐步完善安全机制。

但是,进入新世纪以来,美国仍在不断吹谷“绝对安全”概念和加强军事同盟的冷战思维,安全只能是相对的,一方的绝对安全必然构成另一方的不安全,绝对安全衍生的先发制人战略严重违反了国际法准则,冷战时期缔结的军事同盟以不符合和平发展的时代主题,而由美国主导的北约和美日,美韩,美澳军事条约和军事联盟又继续存在,而且还在不断加强,这些军事同盟都已逐渐成为纯进攻性组织,对其他国家构成了现实威胁。

从上述情况可以看出,近年来国际战略形势跌宕起伏,复杂多变,不稳定因素有所增加,但和平与发展仍是当今时代的主题,国际形势总体稳定的局面渴望保持,对于当前世界上存在的诸多矛盾和不稳定因素,各国应遵守联合国宪章的原则以及公认的国际关系准则,通过对话,协商,合作,不断缩小南北之间的差距,逐步改变不公正,不合理的国际政治,经济秩序,大力倡导国际关系民主化,促进共同发展和繁荣,只有这样,人类社会才能获得稳定可靠的国际环境,为此,中国政府倡导和平共处五项原则以及“互信,互利,平等,协作”的新安全观,中国式一个发展中的国家,正在满怀信念的全面建设小康社会,中国的建设和发展需要良好的国际环境,中国将不遗余力的改善和发展与世界各国尤其是周边国家的关系,中国的“和平崛起”决不汇兑其它国家构成威胁,中国愿同世界各国一起努力为世界和平,稳定和繁荣做出贡献。

二00五年六月

(在巴西与巴西高等军事学院座谈提纲)

Este documento foi impresso na gráfica da
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João
Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br